

o nó e o ninho

ESTUDO SOBRE A FAMÍLIA ESCRAVA
EM VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO, 1800-1871

Patrícia Merlo

EDUFES

EDUFES
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Editora filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu)
Av. Fernando Ferrari, 514 – *Campus* de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil · CEP 29075-910
+55 (27) 4009-7852 · edufes@ufes.br · www.edufes.ufes.br

Reitor	Reinaldo Centoducatte
Vice-reitora	Ethel Leonor Noia Maciel
Secretário de Cultura	Rogério Borges de Oliveira
Coordenador da Edufes	Douglas Salomão
Conselho Editorial	Cleonara Maria Schwartz, Eneida Maria Souza Mendonça, Giancarlo Guizzardi, Gilvan Ventura da Silva, Giovanni de Oliveira Garcia, Glícia Vieira dos Santos, Grace Kelly Filgueiras Freitas, José Armínio Ferreira, Julio César Bentivoglio, Luis Fernando Tavares de Menezes, Sandra Soares Della Fonte
Secretária do Conselho Editorial	Tânia Canabarro
Preparação e Revisão de Texto	George Vianna
Projeto Gráfico, Diagramação e Capa	Juliana Braga
Ilustração de Capa	Inspirada em Sclavinnen (6), Thomas Ender, Acervo BNDigital
Revisão Final	Jussara Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

M565n

Merlo, Patrícia Maria da Silva.
O nó e o ninho [recurso eletrônico] : estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871 / Patrícia Merlo. - Dados eletrônicos. - Vitória, ES : EDUFES, 2018.
223p. : il.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-7772-373-7
Também publicado em formato impresso.
Modo de acesso: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/774/browse?type=title&sort_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0>

1. Escravos - Vitória (ES) - 1800-1871. 2. Família - Vitória (ES) – 1800-1871. 3. Escravidão – Legislação. 4. Vitória (ES) - Política e governo – 1800-1871. I. Título.

CDU: 981.52

Elaborado por Silvana Lyra Vicentini Mourrahy – CRB-6 ES-000148/O

Patrícia Merlo

O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871

EDUFES

Vitória, 2018

Para Ana Luíza.

Agradecimento

Como disse João Cabral de Melo Neto, "um galo sozinho não tece uma manhã". Nos versos cheios de sabedoria do poeta, ele precisará sempre de outros galos. Produzir este livro não foi diferente. Ele traduz anos de pesquisa em arquivos, de leituras solitárias, diálogos em plena madrugada e noites insones. Reflete, por isso mesmo, os anos essenciais de minha formação no ofício de historiadora. Várias pessoas fizeram parte dessa trajetória e é justo agradecer a contribuição recebida.

Agradeço o financiamento da pesquisa pela Capes. Sem esse auxílio, minhas idas e vindas ao Rio de Janeiro durante o mestrado na UFF e o doutorado na UFRJ seriam bem mais custosas. Contudo, a pesquisa que resultou no material agora publicado começou muito antes, nos anos iniciais da graduação. Por isso, usarei a cronologia para agradecer meus mestres. A Adriana Campos, amiga, sobretudo mentora, agradeço o incentivo e ensinamentos. Foi com você que aprendi a dura rotina dos arquivos e que poderia buscar outros horizontes acadêmicos para ampliar minha investigação. A Mariza Soares e Hebe Mattos agradeço a confiança, a atenção dispensada e a oportunidade de conviver com duas grandes historiadoras, com as quais muito aprendi nos anos do mestrado. A Manolo Florentino, cujos textos me

inspiraram desde a graduação, agradeço-lhe pela oportunidade de um aprendizado singular para a confecção de minha tese.

Agradeço também à minha família, que sempre estimulou minha jornada acadêmica, mesmo sem compreendê-la. Aos amigos com os quais dividi dúvidas e descobertas, meu reconhecimento. Agradeço, em especial, a Marcia, comadre e amiga desde a graduação, cuja ajuda foi essencial nos primeiros anos de arquivo, e a Livia, amiga desde o mestrado, cujas conversas acadêmicas me ajudaram a não enlouquecer em face da ausência de respostas. Igualmente, a Lucas, que esteve presente em cada etapa da revisão final para publicação. Do mesmo modo, meu reconhecimento à equipe editorial da Edufes, que cuidou de cada detalhe desta publicação. A todos os demais, colegas, alunos e colaboradores, registro também minha gratidão.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História das Ideias Políticas da Ufes, do qual tenho a honra de participar enquanto docente. Em especial, ao coordenador, professor Sebastião Pimentel Franco, uma das gratas surpresas que a vida me reservou. Amigo fiel, conselheiro e incentivador. A você agradeço esta oportunidade de publicação.

Sumário

Apresentação | 9

Introdução | 11

Capítulo 1: Um panorama de Vitória, 1800-1830 | 20
De volta ao circuito: a nova política portuguesa | 24
A presença escrava e a produção de alimentos | 35
Sobre as fontes e as fortunas | 35
Sobre o tráfico de escravos | 49

Capítulo 2: Demografia e escravidão, 1800-1830 | 57
A demografia escrava nos inventários *post mortem* | 79
A razão homem/mulher, a presença africana na composição da escravaria e a distribuição etária | 82
Sobre a relação entre o tamanho da escravaria e o número de parentes | 88

Capítulo 3: Vitória na lógica do Império brasileiro, 1850-1871 | 97
De volta a Vitória: aspectos políticos e econômicos | 110
O fim do tráfico e a posse cativa em Vitória | 118

Capítulo 4: Ainda sobre demografia, 1850-1871 | 130
Os censos | 131
A demografia escrava nos inventários *post mortem* | 143
Algumas histórias: a demografia escrava em grandes plantéis | 151

Capítulo 5: O nó e o ninho: reflexões sobre a família escrava | 171
O nó: a família escrava nas fontes eclesiásticas | 177
Legislação e escravidão no Brasil | 179
O regime matrimonial legado à América | 181
O matrimônio nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* | 188
O ninho: a família escrava nas tramas do cotidiano | 193

Conclusão | 202

Referências | 206

Apresentação

Por ferir a sensibilidade do indivíduo contemporâneo, crente em direitos que jamais deveriam ter sido solapados, a escravidão é tema nobre de qualquer historiografia. No Brasil, igualmente o é por sua longuíssima duração, cujas derivações ainda ecoam nas cidades e no meio rural.

É natural que a maior parte dos estudos sobre o cativeiro aborde sobretudo as regiões em que o seu enraizamento produziu verdadeiras sociedades escravistas, onde as elites se reproduziam fundamentalmente por meio do trabalho escravo. Daí a secular proliferação de estudos sobre o Nordeste e o Sudeste brasileiros, em diversas épocas. O que não é razoável é que, sob o rótulo de "periféricas", ainda mereçam tão pouca atenção áreas nas quais o escravo, crioulo ou africano, também sustentava inúmeros homens livres e seus negócios.

O nó e o ninho, de Patrícia Merlo, contribui ao preenchimento dessa lacuna ao estudar a fundo o complexo agrourbano de Vitória, capital do Espírito Santo, ao longo do século XIX. Baseado em extensa documentação (inventários *post mortem*, testamentos, registros eclesiásticos e demais), o livro destaca a estrutura dos negócios escravistas, a constituição das fortunas e o tráfico de escravos na

região, mas vai além. Cruzando meticulosamente fontes diversas, a autora foca a atenção sobre a família escrava, com o que restitui aos cativos a natureza propriamente antropológica de sua cotidianidade. E o faz mediante o estudo detalhado da legislação eclesiástica colonial e imperial, além de estabelecer os contornos das famílias cativas e suas respectivas redes.

Alerto para a natureza "aberta" do estudo de Patrícia Merlo e me explico. Em vez de estabelecer conclusões definitivas, a autora buscou abrir picadas para trabalhos posteriores, indicando não apenas fontes a serem aprofundadas, mas também metodologias específicas a serem aplicadas. Portanto, o livro que o leitor tem em mãos, de leitura agradável e instigante, é também a base segura para inúmeros estudos futuros sobre a escravidão capixaba.

Manolo Florentino (Instituto de História da UFRJ)

Introdução

Ao longo das últimas décadas, a pesquisa histórica sobre o período colonial e imperial brasileiro sofreu significativas alterações. Os estudos orientados por abordagens teóricas apriorísticas cederam lugar a extensas investigações documentais caracterizadas pelo embate cotidiano do trabalho nos arquivos. A utilização de ampla documentação, sobretudo cartorial, possibilitou a inserção de novas dinâmicas e agentes sociais no mosaico descritivo da história do Brasil. Dentro dessa nova abordagem, verificou-se o crescimento substancial de pesquisas acerca do importante papel da escravidão nesse universo.[1]

Por meio da inclusão de novas fontes, como testamentos, censos, registros notariais e paroquiais, correspondências oficiais, entre outras tantas, a historiografia realizou um mergulho no cotidiano do

1 Trata-se de uma abordagem bem distinta da tradição historiográfica anterior aos anos de 1980, presente em obras como: *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional* (CARDOSO, 1962); *Casa-grande e senzala: origem da família patriarcal brasileira* (FREYRE, 2002); *História econômica do Brasil* (PRADO JR., 1974); *Formação do Brasil contemporâneo* (PRADO JR., 1971); *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808* (NOVAIS, 1979).

Brasil de outrora de modo a ultrapassar aquilo que Schwartz (1988) chamou tão apropriadamente de "varanda da casa-grande". Procurou-se, com isso, compreender melhor a sociedade por meio da interlocução não só com a camada senhorial, mas também, e fundamentalmente, com a dos trabalhadores subalternos e escravos.[2]

O resultado inicial desse esforço foi a descrição de tendências que contrariavam certas afirmações amplamente aceitas sobre a escravidão, consolidadas tanto na historiografia quanto no senso comum. As noções sobre família, nível técnico, produtividade, violência, entre outras tantas admitidas tradicionalmente, foram colocadas em xeque pelas novas pesquisas empíricas, demandando um número cada vez maior de investigações para a explicação desses resultados.

A dimensão dada à escravidão por essa ordem de estudos apresentou o escravo como um dos principais personagens na definição de seu destino.[3] As estratégias de luta dos escravos, desde as de caráter coletivo, como os quilombos e as revoltas, até as individuais, como a família e a alforria, tornaram-se os objetos prioritários de reflexão por parte dos historiadores. Um novo corpo conceitual emergiu gradualmente, redefinindo o escravo como um "sujeito social" capaz de posicionar-se diante da dominação senhorial, alterando ou influenciando o "devir". A África, terra natal dos escravos, passou a ser reconsiderada não só do ponto de vista geográfico e

2 Entre os trabalhos mais conhecidos enfocando essa temática, destacamos: *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil* (REIS, 1988); *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1850* (FLORENTINO; GÓES, 1997); *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, séc. XIX* (MATTOS, 1998); *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial* (FARIA, 1998); *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, séc. XIX* (SLENES, 1999); *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850* (KARASCH, 2000).

3 Essa dimensão é diametralmente oposta àquela colocada pela escola anterior, que considerava o escravo como um ser absolutamente passivo, espelhando apenas a vontade senhorial, ou rebelde, quando os senhores ultrapassavam os limites convencionais de violência.

político, mas também em relação aos mecanismos de (re)produção de cativos em seu território e de transplante de sua cultura para a América (CAMPOS; SILVA, 2007).

Do ponto de vista historiográfico, o crescente interesse pela diversidade que caracterizou o período apresenta-se nas várias pesquisas que, para além do eixo do Rio de Janeiro, passaram a incorporar, paulatinamente, regiões consideradas *periféricas*, como o Rio Grande do Sul, o interior de Minas Gerais (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2001) e o Espírito Santo. Aliados a tal perspectiva, nossa intenção, portanto, é observar a multiplicidade da experiência local, em termos de possibilidades de reconstituir a complexa rede de estratégias pessoais que acabaram atenuadas e mesmo esquecidas nas análises macro-históricas, destacando, por conseguinte, as formas de sociabilidade que caracterizam o cotidiano capixaba da época (LEVI, 2000).

Buscamos, dessa forma, acompanhar a nova dimensão dada às relações existentes entre os cativos, elegendo como objeto a família escrava, enfocando-a, todavia, num lugarejo comum. Afastada do furor da Corte e do eixo econômico central, mas nem por isso deslocada da sociedade complexa na qual estava inserida, Vitória não permaneceu alheia às transformações por que passou a colônia desde a chegada da família real até a constituição do Império brasileiro.

Nessa perspectiva, as referências historiográficas escolhidas para direcionar o trabalho aqui proposto orientaram-se pelo esforço de demonstrar a existência de uma dinâmica no desenvolvimento das atividades econômicas brasileiras e que não se encontrava ditada somente pelo exclusivo metropolitano. Logo, abandonando a ênfase no processo de consolidação do Estado moderno a partir de um modelo centro-periferia, que omitia as interações entre os distintos agentes em contextos circunscritos, optamos por um enfoque mais localizado, que, em função de exigências metodológicas, procurou identificar instâncias de ordem e abrangência diversas e reconstituir a natureza de suas relações (REVEL, 1998, p. 20-22).

Na verdade, é possível afirmar de antemão que, a partir do século XVIII, cresceu a importância de Vitória na geopolítica do Império português devido a sua ligação com a região das Minas Gerais. A documentação do Conselho Ultramarino mostra que, no caso do Espírito Santo, sua localização estratégica e a vulnerabilidade da baía de Vitória, principal entrada por mar em direção às minas, fizeram crescer as preocupações da Coroa com a possibilidade de desembarque de corsários em busca do ouro. Isso implicou na necessidade de reforçar a defesa do território como tentativa de evitar descaminhos do precioso mineral que se explorava no interior da colônia (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, relatórios de 06/06/1726; 22/01/1727).

Durante o século XVIII, período de militarização da Vila de Vitória, assistiu-se à construção de um dogma da administração portuguesa no Brasil, consubstanciado na seguinte afirmativa do Conselho Ultramarino: "quanto mais caminho houver, mais descaminho haverá". Com esse entendimento, vinham ordens rigorosas da Bahia para a construção de novas fortificações em Vitória, além de reformas nas já existentes. Ao longo de todo o período, a Capitania permaneceu como uma colônia dentro da colônia – subordinada ora ao Rio de Janeiro, ora à Bahia, e sempre à Coroa. Vitória se viu afastada do movimento comercial, atracando nos cais da ilha apenas embarcações que faziam as rotas costeiras com as capitanias próximas.

O fato é que o exame das fontes apresenta uma dinâmica na economia local em torno de alternativas à conservação da propriedade cativa, além da organização de uma produção de alimentos maior do que as necessidades básicas do lugar. Sem ser extraordinário, o desenvolvimento da produção local criava a necessidade do emprego de uma mão de obra significativa e um ambiente social, como indicam as fontes, favorável à constituição de famílias em cativeiro.

Partimos, portanto, da premissa amplamente aceita e comprovada da existência de famílias escravas no Brasil.[4] Nosso propósito principal foi caracterizar os tipos de arranjos familiares estabelecidos no seio da comunidade cativa, no período que se estende de 1800 a 1871, na região abrangida pela capital do Espírito Santo. Acreditamos que o estudo da escravidão nesta região, que se distingue por situar-se à margem das grandes regiões agroexportadoras brasileiras, apresenta-se como uma oportunidade para a comprovação da existência das famílias escravas para além das *plantations*, ou seja, em pequenas propriedades, sejam elas rurais, sejam urbanas, e entre os diversos grupos compostos por escravos especializados ou não.

Para enfrentar o desafio de compreender as peculiaridades da sociedade do Espírito Santo, em geral, e de suas escravarias, em particular, a pesquisa apresenta um perfil das escravarias capixabas, bem como uma caracterização socioeconômica dos proprietários locais e da riqueza produzida na região durante o período de 1800 a 1871. A inquirição contou, inicialmente, com inventários *post mortem*, testamentos anexos, livros de registro de batismos, casamentos e óbitos.

Os inventários e testamentos anexos fazem parte da documentação do Arquivo do Poder Judiciário do Espírito Santo. É importante destacar que, por informarem o universo material existente na região no período em tela, tais fontes formam o principal corpo documental deste estudo. Por meio do cruzamento dos dados oferecidos pelos inventários com os apresentados nos testamentos, reconstruímos o emaranhado de relações pessoais que caracterizavam o cotidiano escravista de Vitória para, nele, encontrar as famílias escravas.

Vale salientar que os inventários, tanto quanto os testamentos, apresentam limitações como fonte de informações relacionadas às

4 Duas obras são consideradas basilares na nova discussão em torno da família escrava: *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1850* (FLORENTINO; GÓES, 1997); *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, séc. XIX* (SLENES, 1999).

famílias cativas. É verdade que alguns inventários chamam a atenção pelo rigor na anotação das características conhecidas dos escravos e relevantes para o mercado. Outros, no entanto, pecam pela economia de palavras, deixando lacunas em elementos-chave à avaliação dos cativos, como a idade. Essas dificuldades das fontes cartoriais colaboraram com a tese de que os laços familiares cativos não se restringiam apenas aos mencionados por elas, uma vez que informações sobre primos, tios e avós são raras ou inexistentes. Por isso, revelou-se tão valioso o cruzamento com os dados eclesiásticos.

O segundo corpo documental utilizado foram os livros de batismo, casamento e óbito da Cúria Metropolitana de Vitória. Por meio dessa documentação, buscamos aferir com maior segurança a procedência dos cativos de Vitória, bem como a rede de relações familiares e sociais indicadas por tais registros. Assim, abandonando a análise pautada exclusivamente em inventários *post mortem*, procuramos, a partir das fontes eclesiásticas, elucidar os mecanismos legais de associação existentes entre cativos para a formação de famílias e redes de parentesco (NADALIN, 2004).

O parentesco consanguíneo estabelece, como é sabido, a primeira e fundamental relação social – a ligação entre mãe e filho –, e dela derivam-se as relações advindas de uma eventual figura paterna. Como bem destacou Louis Henry (1953, p. 281), as fontes paroquiais são documentos de primeira ordem para o estudo da demografia do passado. Por intermédio de tal *corpus*, mapeamos a configuração social favorecida pelo tempo de convívio, permitindo a constituição de laços de solidariedade presentes na partilha de rituais, de símbolos e de parentesco (FLORENTINO, 2005).

Somando-se a tais fontes, utilizamos ainda os Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo (Conselho Ultramarino), os Documentos Coloniais Impressos e relatos de viajantes. O conjunto de documentos produzidos pela burocracia possibilitou traçar um panorama do cotidiano em Vitória, viabilizando a iden-

tificação de uma rede de informações que forneceu melhor percepção do espaço material e social em estudo, permitindo mapear os grupos que compunham o cenário da Capital ao longo do período colonial e do século XIX (OLIVEIRA, 2008). Além de tais relatos, os dados apresentados pelas estatísticas nos Relatórios de Governo e no Censo Geral de 1872 viabilizaram um mapeamento demográfico razoável sobre o período em discussão.

Considerando a base documental apresentada, partimos da perspectiva metodológica proposta por Jaques Revel[5] no que se refere à escala de observação. Não se trata, portanto, da escolha entre escalas diferentes, adequadas a esse ou àquele fenômeno ou processo singular. Segundo ele, o emprego de escalas redefine as características do próprio fenômeno, qualquer que seja – posto que todos supõem interações específicas entre agentes capazes de mobilizar estratégias que lhes sejam compatíveis. Mais do que isso, tais escolhas estratégicas redefinem o processo, entendido como a inter-relação entre diferentes contextos em permanente mutação.[6]

Para tanto, torna-se imprescindível, seguindo o postulado de Revel, enfocar o processo histórico local. No nosso caso, ainda no contexto da colônia, buscamos formular hipóteses a partir dos elementos constitutivos e das variações conjunturais próprias da região, muitas

5 A proposta de Revel apresenta-se como uma alternativa no interior do debate sobre a micro-história e deve ser entendida como um avanço em relação a ela, no sentido de que estabelece as conexões entre o micro e o macro de forma integrada, abolindo a falsa oposição entre o local e o central.

6 De fato, embora implícita em qualquer análise que procure singularizar algum fenômeno social, isso apenas é possível a partir de deslocamentos metafóricos que imputam às categorias de análise a capacidade de agir (por exemplo, Estado, mercado, classe, etc.), já que a categoria de contexto não pode ser dissociada da categoria afim de escolha (estratégica). E, nesse sentido, apenas pessoas escolhem e agem em função dessas escolhas. Com isso, não se pretende cair na ilusão de que a sociedade é a soma das ações individuais; mas consideramos que as pessoas recorrem a um leque bastante variado de identidades, ou papéis, no decurso de suas vidas. De certa forma, aquelas categorias sociológicas não passariam da abstração dessas identidades, elas mesmas, por sua vez, constituídas historicamente (REVEL, 1998, p. 26-27).

vezes desprezadas nas análises que utilizam como parâmetros apenas os elementos hegemônicos do cenário colonial brasileiro. Esse enfoque no particular está em alinho com as atuais produções historiográficas, como destacou Jacques Revel (1998, p. 21-22):

> A escolha do individual não é vista como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve. [...] Não mais abstrair, mas, num primeiro momento, enriquecer o real, se assim o desejar, levando em consideração os aspectos mais diversificados da experiência social.

Sob esse prisma, procuramos, ao longo do presente estudo, investigar os vários contextos interdependentes que caracterizaram Vitória no período de 1800 a 1871. Mais que apenas a busca pelas categorias gerais, objetivamos compreender como a renovação de mão de obra cativa, via natalidade, influiu no perfil da família escrava na região e quais as redes de relações que se sobrepunham na constituição de tal mecanismo de agregação por parte tanto de escravos quanto de senhores.

Tendo em vista tais objetivos, caracterizamos, inicialmente, a região abrangida por Vitória no período que se estende de 1800 a 1830, destacando os aspectos relacionados à estrutura de negócios, constituição de fortunas e tráfico de escravos na região.

Na continuação, dedicamo-nos às questões demográficas da região no período de 1800 a 1830. Para tanto, buscamos descrever a paisagem humana de Vitória, discutindo a importância escrava na composição das fortunas, mapeando a relação entre tráfico e família escrava, a razão homem/mulher e a presença africana, além da relação entre o tamanho das escravarias e o número de parentes.

A seguir, apresentamos Vitória na lógica do Império brasileiro, enfocando, portanto, o período de 1850 a 1871. Afinal, entendemos

que discutir a escravidão no Espírito Santo passa por compreender em que medida as mudanças no cenário nacional ao longo do século XIX repercutiram localmente. Se por um lado estamos analisando uma região que pouco influenciou o cenário geral, por outro temos que considerar o quanto esse cenário atingiu e moldou os contornos dessa pequena sociedade.

Adiante, retomamos a questão da demografia, mas já na segunda metade do século XIX, quando procuramos analisar as consequências do fim do tráfico para a família escrava em Vitória, bem como os padrões de casamentos e a relação entre o tamanho das escravarias e o parentesco, num contexto de alteração de eixo econômico de Vitória para a região do Itapemirim.

Ao final, voltamos nossa atenção aos laços legais que viabilizaram a constituição formal de famílias cativas no Brasil – o dito *nó* –, por meio de um estudo detalhado sobre a legislação católica vigente na colônia e, mais tarde, no Império, acerca da aplicação dos sacramentos aos escravos. Já o *ninho*, nascido do cruzamento das várias fontes eclesiásticas, indica os contornos das famílias escravas capixabas e suas respectivas redes relacionais.

De fato, desde o início de nossas pesquisas, estamos convencidos desse duplo papel da família escrava: a de ser tanto o *nó* quanto o *ninho*. Essencial a livres e a escravos, a família, como bem definiu Sheila Faria (1998), configurava-se ponto de convergência de todos os aspectos da vida cotidiana, privada ou pública. Enredada nos nós da burocracia, se avaliada do ponto de vista legal e católico-cristão, constituía-se ela, porém, ao mesmo tempo, o ninho, o abrigo, a proteção, num mundo duro e hostil. A família cativa estava, de fato, sujeita à regra, mas também ao desejo. Era a família que viabilizava a construção de sociabilidades dentro e fora do cativeiro, a preservação de memórias, de ritos e identidades, assim como a prática da fraternidade, da ajuda mútua ou, enfim, de todos os laços que definiam o cotidiano de seus membros.

Capítulo 1. Um panorama de Vitória, 1800-1830

Na parte alta da ilha, onde hoje se situa a cidade de Vitória, ficava a Vila de Nossa Senhora da Vitória, capital da Capitania do Espírito Santo e cabeça da Comarca no início do século XIX. Espremida entre as montanhas e o mar, a localidade era uma típica vila colonial portuguesa construída seguindo o relevo das encostas, como tantas outras povoações litorâneas do Brasil Colônia. O naturalista Saint-Hilaire (1974, p. 75) assim a descreveu, em jornada à Província do Espírito Santo:

> A Vila de Vitória, como vimos, foi construída a sudoeste da grande ilha chamada outrora "Duarte Lemos", e do lado ocidental da baía; ocupa o dorso de uma colina pouco elevada; apoiada ao monte de forma variada, é pitoresca e coberta de florestas, entre as quais se mostram rochedos nus. [...] As ruas de Vitória são calçadas, porém mal; têm pouca largura, não apresentando qualquer regularidade.

Também o bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho (2002, p. 124), quando de uma de suas visitas à Capitania do Espírito Santo, observou, no tocante à localização da Capital:

> [A] vila [de Vitória] é das mais antigas do Brasil, e agradavelmente situada em anfiteatro no declive do monte, e fronteira a uma funda baía, que vai fazer barra segura e excelente na distância de uma légua debaixo de Piratininga.

Como indicam as narrativas dos visitantes, no desenho urbano irregular de Vitória, ao longo das encostas, destacam-se as ruas estreitas, em grande parte sem calçamento, sobretudo ladeiras, que, em época de chuva, ficavam quase intransitáveis. Ladeiras e ruas onde nasceram histórias. Cenários onde viviam pessoas, cujas casas, naquele tempo, eram contadas como "fogos".

No plano central da Comarca situava-se a Igreja Matriz, e ao norte, a alguns metros, a Capela de Santa Luzia, acompanhada pelo Convento dos Franciscanos, tendo à frente a Igreja de Santiago. Em seguida, o antigo Colégio dos Jesuítas, então Paço do Governo, constituía-se ponto estratégico de onde se avistava toda a baía, o cais e os trapiches, as oscilações da maré em seu eterno movimento, o lameiral dos mangues frequentados por caranguejos e a Casa de Misericórdia. Ao longe, as ilhas da Fumaça e de Santa Maria e o Forte São João, redondo, com seus canhões férreos. A posição privilegiada do Palácio do Governo não escapou ao olhar arguto do naturalista francês, que registrou:

> O mais belo adorno da Capital do Espírito Santo é, sem contestação, o antigo convento dos jesuítas, hoje Palácio do Governo, situado no extremo da cidade. Edifício de um andar, é quase quadrado, tendo num dos lados vista para o mar, e a fachada voltada para a cidade, dando sobre pequena praça [...]. Diante da parte que dá para o mar, há uma espécie de terraço coberto de grama, ao qual se che-

> gava, vindo da baía, por uma escadaria ladeada por duas filas de palmeiras (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 46).

Uma leitura dos inventários do período mostra que, apesar de muitos moradores possuírem negócios fora da Vila, sobretudo atividades ligadas à produção agrícola que se estendia ao longo da costa, grande parte deles residia próximo ao Largo da Matriz, ou na Rua das Flores, ou na Rua do Fogo ou na Ladeira do Pelourinho. Outros viviam nas proximidades da Capela de Santa Luzia, cujo acesso se dava por meio de rampas e degraus de pedra. Alguns se assentavam nas proximidades da Igreja do Rosário, na Rua Pernambucana, ou, então, nas ruas do Mercado e da Alfândega, onde aportavam canoas e lanchas que penetravam a baía para embarcar ou descarregar mercadorias e passageiros.

Próximo à "Prainha", como era conhecido o lugar, ficava a ladeira de acesso ao Forte São Diogo, aos fundos da Matriz, da Casa do Paço e da Casa do Governo. Nessas passagens sobressaíam os edifícios públicos e as casas de estuque e telha, pintadas de cal, térreas ou assobradadas, com rótulas e varandas de madeira. Sobre os aspectos gerais da Vila e sua ocupação pelos moradores, afirmou ainda Saint-Hilaire (1974, p. 45):

> Aqui, entretanto, não se veem casas abandonadas ou semi-abandonadas, como a maioria das cidades de Minas Gerais. Dedicados à agricultura, ou a um comércio regularmente estabelecido, os habitantes da Vila de Vitória não estão sujeitos aos mesmos reveses dos cavadores de ouro e não têm motivos para abandonar sua terra natal. Cuidam bem de preparar e embelezar suas casas. Considerável número delas tem um ou dois andares. Algumas têm janelas com vidraças e lindas varandas trabalhadas na Europa. A Vila de Vitória não tem cais; ora as casas se estendem até a baía, ora se vê, na praia, terreno sem construção, que tem sido reservado ao embarque de mercadorias.

Vitória, principal núcleo urbano da Província do Espírito Santo e sede administrativa colonial, apresentava uma rede variada de serviços e ocupações burocráticas. Concentrava a maior parte das vendas em grandes e pequenas casas de comércio espalhadas por toda a região, num mundo marcado pela especificidade rural circundante e especializado na produção de alguns artigos básicos.

Os estoques dessas casas de comércio, não obstante, apresentavam rico sortimento, incluindo tecidos, algumas vezes roupas prontas, bem como enfeites, cadarços, rendas, utensílios de cama e mesa, além de ferramentas, adornos e artigos de papelaria. Na Vila, encontrava-se também a maior parte dos trabalhadores especializados, muitos deles escravos, exercendo as funções mais diversas, como pedreiros, carpinteiros, sapateiros, mestres de ofícios, alfaiates, marinheiros, quituteiras, passadeiras e lavadeiras.

Assim era Vitória, cercada por fazendas de cana, algodão, milho, arroz, mandioca e outras culturas menores, construída no cotidiano por uma população pequena e diversificada, abarcando proprietários, senhores, missionários, soldados, brancos, negros, mulatos, pardos, crioulos, livres, escravos ou libertos. Uma Vitória tecida sob expectativas as mais distintas, refletindo, em escala reduzida, a contradição de fundo do cenário colonial brasileiro, a saber: uma sociedade hierarquizada e excludente que dependia da mão de obra escrava para se perpetuar no poder (FRAGOSO, 1998). Marcada estava Vitória, portanto, assim como o restante do vasto território colonial em que se inseria, pelo convívio e o conflito latente entre desiguais.

Como as demais povoações brasileiras da época, uma grande massa de escravos concentrava-se em Vitória, fenômeno inerente a uma sociedade apoiada basicamente na economia escravista (KARASCH, 2000; MATTOSO, 1982). Espalhados por todos os locais – nos mercados, na alfândega, nos trapiches, pelas ruas e no interior das igrejas e das casas – e a qualquer hora do dia, os cativos eram parte fundamen-

tal na vida cotidiana da Comarca. Se, por um lado, assumiam papel indispensável no dia a dia da Vila e em toda a sua organização econômica, por outro, poderiam representar, em certas situações, uma ameaça silenciosa. Afinal, em virtude do caráter peculiar da escravidão urbana que floresceu em Vitória, os escravos passavam grande parte do tempo longe do controle de seus senhores, sem um feitor que vigiasse seus passos, trabalhando nas ruas ou em domicílio, ou seja, circulando livremente pelo espaço urbano da cidade (ELTON, 1987, p. 34).

De volta ao circuito: a nova política portuguesa

O século XVIII, período de isolamento e militarização da Vila de Vitória, refletiu a materialização de um dogma da administração portuguesa no Brasil, expresso na seguinte máxima do Conselho Ultramarino: *Quanto mais caminho houver, mais descaminho haverá.* Segundo a perspectiva metropolitana, a Província do Espírito Santo deveria exercer o papel estratégico de defesa das Gerais, ficando expressamente proibidas quaisquer entradas por suas terras ou águas em direção àquelas regiões. Com esse entendimento, vinham ordens rigorosas da Bahia para a construção de novas fortificações em Vitória, além de reformas nas já existentes.[7]

Ao longo de todo o período, a Capitania permaneceu como uma colônia dentro da colônia – subordinada ora ao Rio de Janeiro, ora à Bahia, e sempre à Coroa. Vitória viu-se, assim, afastada do movimento comercial com o exterior, sendo permitido atracar nos cais da ilha apenas embarcações que percorressem as rotas costeiras entre as capitanias próximas.

O alvorecer do século XIX marcou um novo momento na relação entre a elite local, já acostumada a certo grau de autonomia, e

7 Para maiores informações, conferir Conselho Ultramarino/Brasil (2000, relatórios de 06/06/1726; 22/01/1727), entre outros documentos.

os mandatários do Império. O governo de Silva Pontes (1800-1804), sobre quem falaremos mais a seguir, foi decisivo, nesse quesito, ao iniciar um caminho de independência em relação à Bahia, deixando a Capitania submetida apenas à Coroa. Novos acordos, negociados entre os mandatários locais e os representantes reais, foram postos em movimento, primeiramente por Silva Pontes, e, após, por seus sucessores, Manoel Tovar (1804-1811) e Francisco Rubim (1812-1819).

Esse processo marcou o fim do isolamento capixaba, principalmente por meio da abertura de novos caminhos e vias oficiais rumo ao interior, com seus respectivos fiscos e quartéis, como forma de evitar os ditos "descaminhos", sobretudo aqueles dominados pela ação de contrabandistas e invasores. Nesse contexto, inscreve-se o projeto de abertura de vias de comunicação com Minas Gerais – especialmente pelo Rio Doce –, o povoamento da região interiorana e a construção de quartéis estratégicos, além da criação de um corpo burocrático encarregado de controlar a política local.

No dia 29 de março de 1800, um novo governador da Capitania tomava posse (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 20/05/1800). Antônio Pires da Silva Pontes Paes Leme e Camargo, ou apenas Silva Pontes, como ficaria conhecido, acabara de chegar da cidade de Salvador. Natural de Mariana, capitão de fragata, doutor em Matemática pela Universidade de Coimbra, lente da Academia de Marinha de Lisboa, geógrafo experimentado em missão de relevo no Brasil, condecorado com o Hábito de Aviz, membro da Comissão de Limites (OLIVEIRA, 2008, p. 244), trazia consigo importantes recomendações da metrópole lusitana em relação ao Espírito Santo.

Uma vez estabelecido, Silva Pontes dedicou-se à solução das fugas generalizadas de cativos, que se repetiam já há algum tempo nos arrabaldes da Capital. Contornado o problema escravo e consciente da necessidade de reforçar o poderio militar do governo, fatores esses imprescindíveis à preservação da ordem por ele resgatada, o governador passou então a dedicar-se à missão para a qual

foi enviado: o estabelecimento de vias de comunicação entre o Espírito Santo e Minas Gerais, tendo sido especialmente recomendada a abertura da navegação do Rio Doce (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 20/05/1800).

Centrado nesse objetivo, o governador Silva Pontes agiu com presteza inusitada. Pouco mais de seis meses após sua posse, já escrevia ele ao Conde de Linhares comunicando a grandiosidade da obra de navegação entre Minas Gerais e Espírito Santo pelas águas do Rio Doce. Em carta de 10 de setembro de 1800, Silva Pontes afirma, em relação a tal iniciativa, que "[...] os nossos descuidos nacionais, [foram] reparados agora pela vasta compreensão do Príncipe Nosso Senhor e pela atividade incansável do Ministro da Repartição Sr. Dom Rodrigo [...]" (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 10/09/1800).

Ao início de outubro daquele mesmo ano, já estavam demarcados os limites entre a Capitania do Espírito Santo e a de Minas Gerais. Os passos seguintes envolveram a definição das jurisdições fiscais das duas capitanias para a cobrança de impostos e a instalação de destacamentos militares ao longo da via. Em novembro, Silva Pontes instituiu o Corpo de Pedestres, composto principalmente de mestiços e somando 256 praças exercitados em artilharia de campanha e de costa, dobrando assim o número de soldados a serviço do governo. A eles caberia não só a vigilância das vias, para evitar o contrabando, como também a preservação da segurança e o controle social (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, cartas de 08/10/1800 e 05/11/1800).

Em diversas de suas cartas, Silva Pontes reafirmava sua intenção de realizar a navegação direta entre o Espírito Santo e o Reino, o que beneficiaria Minas Gerais, dada a comodidade para a entrada de gêneros da Europa, destacando ele, certa feita, que dessa forma "[...] se evitaria a fadiga de os esperar pelo Rio de Janeiro" (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 10/11/1800).

A preocupação de Silva Pontes com a navegação do Rio Doce, além da influência de Dom Rodrigo na execução de tal projeto, foi descrita por Saint-Hilaire nos seguintes termos:

> Em princípios deste século, o matemático Antônio Pires da Silva Pontes Leme fora nomeado Capitão-mor da Província do Espírito Santo, por proteção de Dom Rodrigo, Conde de Linhares (1974, p. 11).

> [...] o Rio Doce foi explorado de maneira mais regular pelo Governador Pontes, que, apesar de suas extravagâncias, prestou ao Brasil, sua pátria, relevantes serviços com seus sábios trabalhos.

> Pontes afrontou todos os perigos, subiu o Rio Doce e começou o mapa desse rio [...]. O Ministro de Estado, Dom Rodrigo Coutinho, Conde de Linhares, tinha muita instrução e imaginação muito ardente, para deixar de se interessar pela utilidade que podia existir no comércio com a Província de Minas Gerais e o do litoral do Rio Doce, tornado afinal navegável. Assim, fez esforços para afastar muitos obstáculos que se opunham a que se subisse esse rio (1974, p. 84-85).

Entre 1800 e 1804, mais de trinta correspondências oficiais endereçadas à Lisboa, Queluz e à Bahia demonstram o intercâmbio regular entre o governador Silva Pontes e as autoridades metropolitanas, informando-as a respeito das decisões tomadas, consultando-as sobre diversas questões ou prestando relatório de atividades desenvolvidas. Em sua pré-memória, Silva Pontes fez um balanço de seu governo, em que destacou a importância da abertura do Rio Doce e a necessidade de povoamento da região interiorana da Capitania (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 25/08/1802).

O governo Silva Pontes, portanto, veio a inaugurar um período de importantes transformações na Vila de Nossa Senhora da Vitória, que, ao longo do século XIX, criaram novas perspectivas de

desenvolvimento para o Espírito Santo. O projeto de abertura de vias de comunicação com Minas Gerais, assim como o povoamento das áreas desabitadas e a construção de quartéis estratégicos, teve continuidade nos governos subsequentes – Tovar e Rubim –, pois só assim seria possível garantir a eficácia dos caminhos oficiais como forma de neutralizar os temidos *descaminhos*.

Em dezembro de 1804, Silva Pontes deixa o governo do Espírito Santo, retirando-se para o Rio de Janeiro, onde viria a falecer cinco meses depois. Em seu lugar, assume, em 17 de dezembro do mesmo ano, Manoel Vieira de Albuquerque e Tovar, fidalgo da Casa Real e major de Cavalaria (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 20/04/1804). A administração de Tovar, dono de temperamento impetuoso, foi marcada por diversos incidentes. Seu governo estendeu-se até 1811, procurando dar continuidade ao projeto iniciado pelo antecessor. Isso é o que evidencia sua primeira carta ao então Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, João Rodrigues de Sá e Melo, o Visconde de Anadia, em que comentou o governador:

> É certo Exmo. Senhor que só com uma penada da Real Determinação de fazer idêntica a Comarca com a Capitania, pode a navegação direta com o Reino ter o maior acréscimo a benefício destes povos e da Capitania de Minas Gerais (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 15/03/1805).

Tovar descreveu ainda os vários portos capixabas capazes de receber as embarcações vindas da Europa, em particular Benevente, Guarapari, Vila Velha e Vitória, destacando que esse último teria condições de receber de treze a catorze navios grandes. Na mesma carta, solicita ele, inclusive, o envio de vinte ou trinta casais de Ilhéus para povoar o Rio Doce, "[...] como também a franqueza de conceder sesmaria em suas margens" (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 15/08/1805).

Em outras cartas enviadas à Metrópole, Tovar, a pedido do Corpo de Comércio de Vitória, insistia nos imensos benefícios, para os homens de negócio da Vila de Vitória, derivados do comércio direto com o Reino, destacando o interesse da Real Fazenda da Capitania na realização de tal objetivo. Além da preocupação com o Rio Doce e com o estabelecimento do comércio direto com a Europa, o governador mostrou-se também interessado em fortalecer o aparato militar da Capitania, recebendo, por decreto de 4 de junho de 1807, o posto de Coronel Comandante do Regimento de Infantaria de Milícia (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 20/09/1806 e 04/06/1807).

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, vem facilitar ainda mais o acesso ao real gabinete por parte do governo da Capitania, deflagrando um período de fértil intercâmbio de correspondências entre ambas as instâncias. Um importante episódio diz respeito à solicitação de Tovar para o envio de um ajudante e um secretário administrativos. Em resposta, a carta régia de 29 de maio de 1809 criou a Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda, além de extinguir a Provedoria, subordinada à Junta sediada na cidade de Salvador (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000).

O governo Tovar finalizou o projeto, iniciado por Silva Pontes, de independência do Espírito Santo em relação à Bahia, desfazendo os últimos laços administrativos e de ordem militar que vinculavam as duas capitanias. O sonhado intercâmbio com Minas Gerais, porém, continuaria apenas um projeto. Comentando as tentativas de ocupação da região interiorana levadas a cabo por Tovar, Saint-Hilaire (1974, p. 92) escreveu:

> Tovar era então Governador da Capitania do Espírito Santo. Querendo secundar as intenções do ministério, cuidou de interessar os cultivadores da província a se estabelecerem nas margens do Rio Doce. [...] Todavia, [...] imaginavam-se as margens do Rio Doce como uma região pavorosa, onde se era devorado pelos insetos, atacados por

> doenças perigosas e onde, sem cessar, se corria o risco de ser massacrado por botocudos.
>
> Desesperado de conseguir povoar Linhares, a administração mandou para lá camponeses espanhóis, que tinham vindo das Ilhas das Canárias para chegar a Montevidéu e naufragaram perto de Vitória.

A despeito das tentativas de colonização das áreas contíguas ao Rio Doce, como atesta o estabelecimento da Povoação de Linhares (1809) em suas margens, as pequenas embarcações que singravam a via conduziam apenas soldados, armas e munições para os destacamentos do interior (MARQUES, 1878, p. 119). Os constantes conflitos com os indígenas e as disputas políticas entre Tovar e as principais figuras de Vitória – tais como o ouvidor Desembargador Alberto Antônio Pereira; o comerciante Pedro Carreira Viseo; o tesoureiro dos ausentes, Manuel Fernandes Guimarães; e o padre Manoel de Jesus Pereira, coadjutor do vigário; entre outros – contribuíram para o desinteresse e crescente temor em relação ao Rio Doce. Na perseguição que promoveu contra seus desafetos, Tovar não hesitou em utilizar os soldados, além da ameaça de desterro para a dita região, *carregados de ferro*, o que cumpriu de fato em relação a boa parte dos perseguidos (OLIVEIRA, 2008, p. 266).

O governador seguinte, Francisco Alberto Rubim, Capitão de Mar e Guerra da Armada Real, Comendador e Cavaleiro da Ordem de Cristo, condecorado por seus serviços no Mediterrâneo (1790-1799) e, posteriormente, na costa da África e no Brasil, tomou posse no dia 5 de outubro de 1812, permanecendo no posto até o final de 1819 (MARQUES, 1878, p. 142). Encontraria ele a Capitania em situação desoladora. Os desmandos de Tovar levaram à redução da produção agrícola e do corte de madeira, bem como a uma retração no comércio em Vitória. Por meio de perseguições, ele logrou espalhar o pânico entre os cidadãos capixabas nos últimos anos de seu governo.

Tendo em vista tais problemas e constatando que a Capitania estava ocupada unicamente no litoral, Rubim retomou o antigo projeto de povoar seu interior. A primeira iniciativa nesse sentido foi a criação, em 15 de fevereiro de 1813, de uma colônia de açorianos. Trinta casais foram instalados no sertão da margem norte do Rio Santo Agostinho, que demarcava os limites da Vila de Vitória, dando origem à Povoação de Viana (RUBIM, 1934). No mesmo ano, com o intuito de "favorecer o comércio, a navegação e a agricultura", determinou ele a desobstrução do Canal de Camboapina, aberto pelos jesuítas para a ligação do Rio Jucu com a baía do Rio Espírito Santo (MARQUES, 1878, p. 119).

O passo seguinte foi a determinação de se plantar mandioca para a fabricação de farinha nas propriedades e quartéis estabelecidos ao longo do Rio Doce. É o que contou Rubim, em correspondência, ao Conde de Linhares:

> Persuadido, que onde é desprezada a agricultura, e não gera o dinheiro à população, e fontes de Indústria e Comércio não podem ter aumentado, e que sem abundância de mantimentos tudo cai na languidez, e no ócio, no vício, determinei a todos os Comandantes de Destacamentos que não só fizessem com toda a atividade a plantação de mandiocas, e que igualmente esta fosse feita pelos soldados, que estivessem de descanso ou folga; igualmente obriguei a todos os habitantes a fazerem a mesma plantação (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 3/11/1813).

Além da mandioca, seu governo incentivou oficialmente as culturas de trigo, linho e café. Para acelerar o povoamento e expandir a agricultura – até então restrita ao Rio Doce –, o governo passou a distribuir sesmarias às margens de todos os rios da Capitania (OLIVEIRA, 2008, p. 268).

Rubim deu continuidade ao projeto iniciado por Silva Pontes, e seguido por Tovar, de promover a abertura de novas vias de comunicação com Minas Gerais. Ao contrário de seus antecessores,

porém, ele não concentraria esforços apenas no Rio Doce. Ao governador coube também o papel pioneiro de empreender a abertura de estradas na Capitania. A mais importante, ligando Vitória a Vila Rica, começou a ser executada em agosto de 1814, tendo sido finalizada no início de 1820 (MARQUES, 1878, p. 120). Apesar disso, mais uma vez, o antigo sonho de intercâmbio com Minas Gerais não chegou a se concretizar.

Saint-Hilaire, visitando a Província durante a administração de Rubim, registrou o seguinte a respeito do governador:

> Passava, em geral, por homem íntegro; tinha talento e atividade. A nova Vila da Vitória foi fundada por sua iniciativa, fez abrir estradas entre o litoral e Minas Gerais, fundou a Igreja da Vila de Linhares; reedificou, na Vila de Vitória, parte do Palácio do Governo e ajudou a embelezar essa Vila (1974, p. 11).

Seu governo foi responsável pela restauração da Santa Casa de Misericórdia de Vitória e pela fundação de um hospital para os enfermos pobres, em 1817 (OLIVEIRA, 2008, p. 259). No mesmo ano, a Capital recebeu iluminação pública fornecida por quarenta lampiões de azeite de mamona, por meio de um contrato com o comerciante local João Teixeira Maia. Passou também a contar com professores de latim e das primeiras letras, além de um boticário licenciado (MARQUES, 1878, p. 221). O governador procurou, ainda, melhorar o aspecto urbano de Vitória, obrigando os moradores a limparem e a reconstruírem as fachadas dos casarios, que já haviam descido as encostas do núcleo inicial da Vila. Rubim também deu início aos primeiros aterros dos manguezais que ficavam no caminho do Porto dos Padres, em Pelames e no Largo da Conceição (VASCONCELLOS, 1978, p. 66).

Comentando em sua *Memória* sobre a Vila de Vitória, lembrou o governador:

> Ainda que não rica, é, contudo assento, e cabeça da Comarca; sua perspectiva bastante elegante, suas casas, pela maior parte, são de sobrados, e reformadas todas por um só gosto à moderna, e seus habitantes, os homens, se ocupam no comércio, para o qual possuem embarcações costeiras, e nos diferentes ofícios, e as mulheres em cozer e fiar (RUBIM, 1934, p. 117).

O bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano Coutinho, que esteve na Capitania durante a administração de Rubim, destacou em carta endereçada ao Rei D. João VI:

> A Vila de Vitória, se não tem tido aumento muito sensível na população, pareceu-me ter melhorado alguma coisa nas obras das igrejas e outros edifícios públicos para o exercício da religião, como são: o conserto que se fez na Igreja da Misericórdia; o novo hospital e cemitério da mesma nos arrabaldes da vila, os reparos que se fizeram na excelente capela do colégio, que foi dos jesuítas, e que serve de Palácio de Governo [...]: e tudo isso por diligência do governador Francisco Alberto Rubim, de cuja devoção e capacidade não posso deixar de dar um bom testemunho (COUTINHO, 2002, p. 124).

Nomeado governador do Ceará, Francisco Alberto Rubim deixou a administração da Capitania a 12 de setembro de 1819. Na ocasião, o Corpo Militar da Capital contava com 416 praças, o orçamento estava saneado e em melhor situação do que aquela por ele encontrada (COUTINHO, 2002). Seu governo, falando em termos gerais, encerra o projeto administrativo iniciado por Silva Pontes: a burocracia estava organizada; os dirigentes locais integrados à máquina administrativa; o interior estava razoavelmente povoado e guarnecido por destacamentos militares, e, apesar de a navegação do Rio Doce não ter se consolidado, havia estradas que ligavam as principais freguesias à Capital. Os caminhos serviriam agora aos "novos" antigos donos do poder.

Entre 1820 e 1823, com as agitações políticas do período, a economia da Capitania sofreu novos abalos, sobretudo em relação às rendas públicas (OLIVEIRA, 2008, p. 280). O governador Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos[8] assume o posto em 20 de março de 1820. Sua gestão coincidiu com o movimento da independência, o que, na prática, significou agitação e cessação quase total das atividades propriamente administrativas. Pequenos motins assolaram a Capital sob o pretexto das "questões de nacionalidade". Mas o anúncio da independência foi recebido com aplausos pelas câmaras das vilas, embora não estivessem elas muito seguras sobre o significado do evento. Na Capital, como no interior, a aclamação de D. Pedro foi comemorada com festejos (OLIVEIRA, 2008, p. 277-80).

Apesar das conturbações, foi nesse período que a antiga Vila de Vitória se viu elevada à categoria de cidade, pela lei de 17 de março de 1823 (ELTON, 1987, p. 105). No início de 1824, assumia o cargo de Presidente da Província o bacharel Ignacio Accioli de Vasconcellos, que aí permaneceria até o início de 1829.

Discorrendo sobre a situação em que encontrou a Província ao assumir o governo, afirmou Accioli que "[...] para qualquer parte que se lance os olhos nesta Província não se vê um objeto que não peça providências" (OLIVEIRA, 2008, p. 283). A despeito da crise, entretanto, seu governo refletiu o crescimento urbano da Capital. As ruas receberam reparos no calçamento, assim como consertos nas fontes. O número de estabelecimentos de ensino chegou a 27 em toda a Comarca, com uma população escolar de 705 alunos (VASCONCELLOS, 1978, p. D). Era o início de um novo tempo para Vitória. Os anos subsequentes assistiriam à consolidação da economia cafeeira, à chegada de imigrantes europeus para ocupar a região central da Província e à transição da cidade colonial para a Vitória moderna. Mas essa é outra história.

8 Esteve à frente do governo do Piauí de 01/01/1814 até 14/07/1819.

A presença escrava e a produção de alimentos

Vitória, como visto, constituía-se no principal núcleo urbano e na sede administrativa colonial do Espírito Santo. Em virtude de ser a capital e cabeça da Comarca, apresentava uma rede de serviços e ocupações burocráticas variadas, concentrando a maior parte das vendas em grandes e pequenas casas de comércio espalhadas por toda a região. A despeito da concentração urbana, tratava-se de um mundo marcado pela especificidade rural circundante e especializado na produção de alguns produtos básicos – como outras tantas cidades coloniais brasileiras –, com uma produção agrícola baseada em cana-de-açúcar, algodão, milho, arroz e mandioca.

Quando buscamos determinar os níveis de riqueza em Vitória nas primeiras décadas do século XIX, encontramos algumas obras de historiadores capixabas que afirmam ser esse um período de "estagnação econômica" (ALMADA, 1984; BITTENCOURT, 1987; NOVAES, 1968; SIQUEIRA, 1984). Procurando na bibliografia geral as referências sobre Vitória, frequentemente se encontram definições que a perfilam como uma vilania pobre, apagada no contexto nacional e distanciada dos padrões coloniais de acumulação de riqueza vigentes no Brasil do século XIX.

A partir daqui, tentaremos indicar algumas hipóteses alternativas de interpretação da economia capixaba nas primeiras décadas do século XIX. Feita tal caracterização, buscaremos discutir em que medida os cativos se apresentavam relevantes na composição das fortunas locais, definindo sua importância no funcionamento da economia capixaba.

Sobre as fontes e as fortunas

Para a viabilização desta pesquisa, além de relatos de viajantes e da documentação produzida pela burocracia, em especial, rela-

tórios e correspondências dos governadores, utilizamos uma base documental composta, sobretudo, por inventários *post mortem* e testamentos anexos. Cabe considerar que tais inventários, produzidos pela Justiça, têm a função de apresentar descrição detalhada do patrimônio da pessoa falecida para que se possa proceder à partilha dos bens. Logo, esses documentos são feitos para aqueles que tiveram algo a deixar. É importante destacar o valor dos inventários, enquanto fontes históricas privilegiadas, na compreensão do universo material, uma vez que seu objetivo primordial é a descrição patrimonial.

Os inventários do século XIX chamam a atenção pelo número de itens listados e pelo grau de detalhe no arrolamento dos bens. A riqueza de informações varia entre os diversos inventários, mas, como regra, a descrição comporta bens móveis e imóveis, assim como sua respectiva avaliação. Essa listagem minuciosa das riquezas acumuladas inclui objetos de uso doméstico, roupas, ferramentas de trabalho, casas, lavouras, terras, animais, escravos e até doenças que poderiam estar atingindo algum dos cativos, afetando a atribuição de seu valor. Para além da curiosidade, tais narrativas informam a realidade da vida material e cotidiana dos homens de outrora.

De outra parte, os inventários apresentam diversas lacunas que dificultam o trabalho de interpretação de certos dados. Por essa razão, o documento anexo ao inventário e que mais elementos nos oferece sobre a trajetória individual, os desejos e os laços familiares do falecido constitui-se o testamento. É considerável o número de inventários de Vitória que contém a transcrição dos testamentos, como destacou Sheila Faria (1998, p. 226):

> Se os inventários *post-mortem* pouco ou nada diziam além da situação material dos homens e mulheres à época da sua morte, o mesmo não ocorria com os testamentos. Extremamente ricos, esta fonte permite o conhecimento da origem e dos nomes dos pais do testador, número de

> casamentos e de filhos (muitas vezes enumerando os já falecidos) e uma infinidade de detalhes individuais sobre sentimentos e relações familiares.

No que segue, analisamos a totalidade de processos de inventários abertos e testamentos anexos, referentes a Vitória, ao longo das primeiras três décadas do século XIX. No total, foram pesquisados 170 inventários e 127 testamentos anexos, em que encontramos 1.367 cativos. Os testamentos e inventários, base empírica deste trabalho, apresentam alguns cenários elucidativos a respeito da estrutura da riqueza material existente na Capital da Província do Espírito Santo à época em exame.

Antes de passarmos à análise das fontes, faz-se necessário explicitar o instrumental utilizado no tratamento dos patrimônios inventariados. A hierarquia das fortunas foi realizada a partir de valores-limite, fixados em réis, conforme as categorias propostas por Kátia Mattoso (1982, p. 160). O próximo passo foi a conversão dos valores para libras esterlinas, buscando-se, como frisou João Fragoso (1998, p. 47), uma ideia mais precisa das variações temporais da distribuição de riqueza.

Tabela 1 – Distribuição das fortunas em réis, Vitória, 1800-1830

Faixas	Inventariados	%	Total em réis	%
Até :200	19	11,2	2:353$904	0,8
:201 a 1:000	82	48,2	40:023$808	13,8
1:000$001 a 2:000	35	20,6	58:739$190	20,2
2:000$001 a 10:000	32	18,8	132:363$191	45,5
10:000$001 a 50:000	2	1,2	57:265$380	19,7
Total	170	100,0	290:745$473	100,0

Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1800-1830

Tabela 2 – Distribuição das fortunas em libras esterlinas, Vitória, 1809-1830 [9]

Faixas	Inventariados	%	Total em libras	%
1-200	83	59,3	7.953,11	15,5
201 -500	30	21,4	9.160,54	17,8
501- 1.000	19	13,6	13.498,93	26,3
1.001-2.000	6	4,3	7.687,12	15,0
2.001-5.000	1	0,7	4.437,15	8,6
5.001-10.000	1	0,7	8.621,16	16,8
Total	140	100,0	51.358,01	100,0

Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1800-1830

Como é possível observar nas Tabelas 1 e 2, se, por um lado, estamos diante de pequenas fortunas, por outro, é alta a desigualdade em sua distribuição. Vitória, assim como o Rio de Janeiro (FRAGOSO; FLORENTINO, 1998) e a Bahia (MATTOSO, 1982), era marcada pela concentração da riqueza nas mãos de uma minoria. De forma semelhante à região agroexportadora fluminense, onde, segundo Fragoso e Florentino (1998, p. 73), metade dos agentes sociais detinha algo em torno de 6 % da riqueza, enquanto os 10 % mais ricos concentravam em suas mãos dois terços dela, Vitória também era marcada por forte hierarquização no seio da sociedade como um todo, haja vista a desigualdade na repartição da riqueza evidenciada pelos dados das tabelas.

9 O corte 1809-1830 explica-se em função da tabela de conversão de réis para libra apresentada por Mattoso – Flutuações cambiais do real –, cujas médias anuais se iniciam em 1808. Como não temos nenhum inventário deste ano, iniciamos a conversão no ano de 1809 (MATTOSO, 1982, p. 254).

Seguindo as categorias de Kátia Mattoso, podemos identificar duas *fortunas consolidadas* na Vitória do início do século XIX, cujos montantes estão entre 10:000$000 e 50:000$000 contos de réis. Tais inventários concentram 30,2 % da soma das fortunas dos 34 mais ricos, e 19,7 % do montante total da riqueza inventariada.

O primeiro desses inventários, aberto em 1812, referia-se ao legado de Desidério José da Costa, senhor de engenho, cujas posses correspondiam ao total de 27:012$080 réis, ou £ 8.621,36. Uma leitura atenta do documento permitiu avaliar os ativos sobre os quais se assentava sua fortuna, de caráter exclusivamente rural. Dono de 69 escravos, dedicava-se à produção de aguardente e açúcar, cujas somas chegavam a 5:592$850 réis. Possuía rebanhos, não apenas bovino, mas também cavalos, cabras e carneiros, avaliados em mais de 1:500$000 réis. Os móveis da casa atingiam a cifra de quase 3:000$000. Tratava-se de oratórios, catres, várias mesas com cadeiras, baús, imagens, objetos de cobre, utensílios de ferro e de latão, além de joias, castiçais e pratarias (4,7 % da fortuna).

Vale ainda destacar a posse de terra, que, sozinha, respondia por 30,7 % do patrimônio total do fazendeiro, ou seja, mais de 8:000$000 réis. Outro dado revelador sobre a origem da riqueza listada é a inexistência de posses urbanas entre os bens inventariados. Por fim, Desidério tinha uma dívida de 10:085$535 para com dois credores, o que não chegava a ameaçar a solidez de sua fortuna. Este perfil – proprietário de terras, produção voltada para a exportação e presença significativa de cativos – corresponde à noção corrente na historiografia de um típico "senhor de terras e de homens".

Já o segundo inventário, aberto em 1827, diz respeito às posses do reverendo Torquato Martins de Araújo, avaliadas em 30:253$300 réis, ou £ 4.437,15. Ao contrário de Desidério, o reverendo Torquato possuía uma fortuna fundada em bens variados. Dono da maior escravaria encontrada – 129 cativos, avaliados em 17:059$400 réis –, dedicava-se à produção de cana, aguardente,

açúcar, algodão, milho e café, possuindo, também, rebanhos variados, que correspondiam a 1:260$000 réis.

Além disso, o reverendo era proprietário de três trapiches e quatro armazéns nos pontos mais importantes de Vitória, bem como de casas alugadas e lojas onde seus escravos especializados prestavam serviços diversos. Os bens imóveis somavam 9:319$544, abarcando desde propriedades agrícolas nas cercanias de Vitória até diferentes propriedades na cidade. Sua casa, localizada na Rua da Praia, foi estimada em 850:000 réis. Os bens móveis totalizavam 3:412$044 réis, reunindo mobília fina, louças, pratarias, castiçais, talheres, jarras e copos de prata, joias de ouro, ferramentas diversas, apetrechos dos engenhos, couros, além de utensílios de igreja – e até mesmo um órgão. Por fim, o reverendo tinha uma dívida de 2:621$800 para com seu sócio em alguns negócios, Francisco Pinto Homem, valor módico diante do total dos bens por ele amealhados ao longo da vida. Diferentemente de Desidério, cuja fortuna se radicava exclusivamente na produção agrícola, o reverendo Torquato possuía, como visto, negócios bem mais diversificados, envolvendo desde a produção agropecuária até a prestação de serviços, incluindo ainda o aluguel de casas, armazéns e cativos.

Abandonando a categoria de *fortunas consolidadas* e observando nossa base documental, podemos apontar a existência, assim como na Bahia (MATTOSO, 1982, p. 162), de um estrato de fortunas intermediárias em Vitória. Trata-se de 32 inventários cujos montantes variam entre 2:000$000 e 10:000$000 contos e que, juntos, respondem por 45,5 % do total da riqueza inventariada. Interessa-nos, agora, conhecer a origem das fortunas que compõem essa camada intermediária. Apesar de a maior parte dos inventários não fornecer dados sobre a ocupação profissional dos falecidos, é possível, por meio de alguns recortes, identificar-se a origem das riquezas, o que poderá elucidar os tipos de ativos preferenciais nos quais se materializavam as fortunas da época.

Tabela 3 – Composição das fortunas médias, Vitória, 1800-1830

Ativos	Montante (réis)	%
Bens urbanos	24:514$944	19,7
Bens rurais	22:423$830	18,0
Escravos	62:015$086	49,8
Joias e metais	5:165$786	4,1
Dívidas a receber	10:520$619	8,4
Montante bruto	132:363$191	100,0

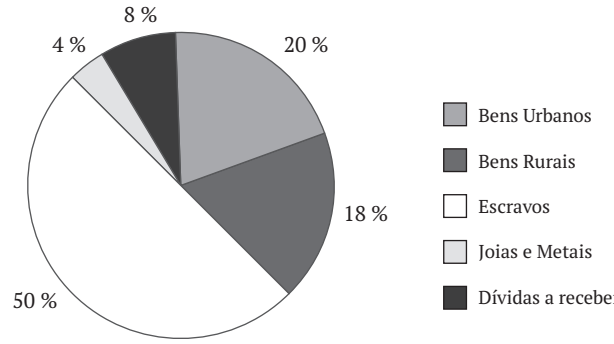
Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1800-1830

Dos 32 inventários levantados, verificou-se que 20 apresentavam bens rurais: lavouras de cana, de algodão, de arroz, gado, engenhos de açúcar, casas na roça, entre outros bens, além de escravos que podiam ser utilizados tanto em atividades agrícolas quanto urbanas. Em 24 deles existe menção também a prédios na cidade. Esses dados indicam que as fortunas eram constituídas tanto por bens rurais quanto urbanos, que, por si só, não esclarecem a base da riqueza. Interessa-nos verificar a origem econômica dessas fortunas. Para tanto, escolhemos avaliar o peso dos bens na constituição das fortunas para tentar estabelecer um perfil da principal atividade econômica desenvolvida pelo inventariado. Com esse procedimento, constatamos que o primeiro fator determinante na constituição das fortunas é a posse de escravos, pois esses correspondem a 49,8 % do montante bruto da riqueza desses 32 inventários. Dos 1.367 escravos arrolados, 567 estão concentrados nas mãos da camada intermediária, ou seja, 41,5 %. Enquanto os bens rurais correspondem a 18 % do total de riqueza, os prédios urbanos respondem por 19,7 %.

Essa forma de interpretar os dados sugere que as fortunas intermediárias de Vitória estavam fundadas, principalmente, na posse de escravos, seguida por empreendimentos próprios ao meio urbano,

o que, apesar disso, não indica um distanciamento das atividades agrárias, já que a diferença percentual entre ativos urbanos e rurais é de apenas 1,7 %, como pode se observar no Gráfico 1 a seguir.

Gráfico1 – Participação de bens econômicos na composição das fortunas médias, Vitória, 1800-1830



Fonte: Tabela 3

Concorre ainda, para a confirmação dessa assertiva, o fato de que, entre as fortunas médias, poucos são os inventários fundados exclusivamente em um único tipo de atividade. Entre esses, destaca-se o do comerciante Pedro José Carreira Vizeu. O monte-mor do seu inventário é de 3:566$876 réis, do qual um terço corresponde a dívidas a receber de terceiros. Possivelmente, Pedro, além de comerciante, praticava também empréstimos. Em seu inventário, há indicativos da prática da usura, já que o montante a receber está em mãos de quinze indivíduos. Os outros dois terços dizem respeito a secos e molhados comercializados por ele num estabelecimento na Vila de Vitória. Não consta entre seus bens a posse de um escravo sequer.

Na maioria dos inventários com montantes superiores a 2:000$000, verificamos, contudo, que as fortunas se baseavam, primordialmente, na posse de escravos, na propriedade urbana e na rural. Além de negócios diversificados, contavam com empréstimos

e juros, aluguel de casas e escravos, além do comércio de secos e molhados. Vale lembrar que todos esses proprietários viviam na Vila ou mantinham lá casas à sua disposição, o que não os impedia de realizar investimentos significativos na produção agrícola.

Tais constatações parecem apontar para um perfil híbrido da riqueza possuída pela camada média capixaba, caracterizado pelo não predomínio de um determinado tipo de bem. A presença de empreendimentos urbanos importantes na constituição das fortunas parece indicar a possibilidade de tais atividades consistirem em fonte de investimento para obtenção de recursos a serem direcionados para o meio agrário, ou uma fonte complementar de renda àquela produzida nas lavouras.

Antes de prosseguirmos, é preciso proceder à seguinte reflexão adicional: a Vila de Vitória era uma tradicional localidade colonial portuária, incluída na categoria de cidade comercial nas primeiras décadas do século XIX. As atividades não se distinguiam, pelo menos para os contemporâneos, entre urbanas e rurais. Mesmo porque, naquele tempo, os limites que separavam a vida urbana das atividades rurais configuravam-se tênues. Essa diferenciação seria, por consequência, anacrônica. Para os residentes na Vila, a aplicação de seus recursos estava diretamente ligada à própria sobrevivência e à tentativa de fazer crescer seus bens. O investimento em atividades rurais pode ser interpretado, seguindo Fragoso e Florentino, como a manifestação tangível do "ideal aristocratizante arcaico" da época:

> Na verdade, muito mais do que a busca de segurança, a transformação do grande comerciante [...] em rentista urbano e/ou senhor de homens e terra denotava a presença de um forte ideal aristocratizante, identificado ao controle de homens e à afirmação de certa distância frente ao mundo do trabalho. Nada mais natural, em se tratando de uma elite mercantil forjada em meio a um sistema no qual a realização da produção escravista pressupunha a contínua reiteração da hierarquização e exclusão dos outros agentes

> sociais. Tratava-se enfim, de uma estrutura cujo funcionamento tinha como pré-condição a constituição de relações de poder (FRAGOSO; FLORENTINO, 1998, p. 107).

Cabe lembrar que a escravidão brasileira foi herdeira direta do caráter estamental da sociedade portuguesa de Antigo Regime. Desde os tempos coloniais, a sociedade que se formou no Brasil obedeceu aos princípios de hierarquia trazidos pelos colonos portugueses. Nesse sentido, o investimento em terras tinha um significado social que extrapolava a busca por riquezas. Os homens de então pretendiam, com o acúmulo de bens de raiz, galgar destaque no cenário político e social, o que não significava que esse tipo de investimento representasse fortunas exclusivamente rurais. Inclusive, a busca por terras vem, a nosso ver, reforçar o próprio caráter pouco consolidado dessas riquezas. Haveria a hipótese, então, de que, sendo fortunas não consolidadas, a posse de terras fosse um ideal perseguido e sua extensão seria apenas um índice de sucesso do empreendedor. Aqui, poderíamos evocar o exemplo de Desidério, cuja posse de terras responde sozinha por 30,7 % de sua fortuna. Vejamos, ainda, alguns casos que apontam na mesma direção.

Há inventariados que, além de participarem de atividades agrárias, cultivarem lavouras, possuírem rebanho e escravos de eito, praticavam outros negócios, como o aluguel de imóveis. Um exemplo é o de D. Anna de Azevedo, detentora de um monte-mor de 4:153$226 réis, constituído, entre outras coisas, de uma escravaria com 32 cativos e um sítio com lavouras de algodão, mandioca e cana, onde também criava gado vacum. Residia ela numa casa de morada na Vila, onde possuía três outros imóveis, possivelmente alugados.

Uma característica adicional observada diz respeito aos empréstimos a juros e similares – prática utilizada por quase todos os inventariados –, que também denunciariam o estágio de consolidação das fortunas e, mais do que isso, indicariam a busca de prestígio e reconhecimento social. Vale lembrar que o ato de empréstimo não

se refere apenas à moeda ou à circulação monetária propriamente dita. Tais operações podiam também ser levadas a efeito por meio de produtos em geral. Esse é o caso do Sr. Francisco Lemos Ramos Rocha. Dono de uma fortuna de 3:253$969 réis, possuía apenas cinco escravos, uma roça de mandioca e duas casas na Vila. Tinha a receber de terceiros, porém, a quantia de 1:627$904 réis, quase metade de toda a sua fortuna. É forçoso concluir que o Sr. Francisco tinha na concessão de crédito sua ocupação principal, uma vez que o montante a receber estava dividido entre oito pessoas, tendo, portanto, parte considerável de sua fortuna sustentada pela prática da usura.

Kátia Mattoso, comentando a posição dos empréstimos em sua análise dos inventários baianos, assinala:

> Emprestar e tomar emprestado não são práticas vergonhosas numa sociedade em que solidariedade e ajuda mútua constituem um fundamento das relações vivenciadas, da vida de família e dos vínculos entre os mais ricos e menos ricos. Dificuldades imprevistas podem acontecer a qualquer um. Os que tomam emprestado agem sempre de boa fé. Os que emprestam, habituados a taxas que se elevam a 2 % ao mês, não consideram que estejam praticando a usura. A mesma impressão de generosidade pode motivar tanto quem empresta um ou dois mil-réis a alguém que precisa comprar o que comer, quanto a quem adianta somas bem mais elevadas a um senhor de engenhos que ainda não colheu sua produção. Capacidade de fazer empréstimos, isto é, de encontrar facilidades na praça para tal, como a capacidade de poder emprestar, isto é, de dispor da liquidez necessária, são ambas sinais de opulência e, sobretudo, de prestígio (MATTOSO, 1982, p. 166).

Destacamos ainda as fortunas fundadas, quase que completamente, na posse de escravos. Elas sugerem um emprego bastante ampliado da mão de obra, seja no trabalho da lavoura, seja em ativi-

dades tipicamente urbanas, como o aluguel ou a venda de produtos sob o controle do senhor, os ditos escravos de ganho.[10]

D. Anna Maria dos Anjos deixou uma fortuna de 2:708$900 réis. Possuía dezesseis escravos, que respondiam por metade de sua riqueza. Vivia na Vila, onde mantinha uma casa e era proprietária de outra, num sítio em Santo Antônio, local onde cultivava roças de mandioca e um canavial. No caso de D. Anna, é grande a possibilidade de seus escravos serem de ganho, já que suas poucas posses imobiliárias não justificariam o emprego de toda a mão de obra. Além disso, seis de seus escravos eram especializados em carpintaria e provavelmente prestavam serviços na Vila. Quase metade dos inventariados com fortunas na faixa de 2:000$000 réis apresentavam indícios de que parte de seus escravos poderiam ser alugados ou prestarem serviços a outros.

Eis, então, o mosaico que compunha as fortunas médias capixabas: negócios diversificados, aplicações variadas, que marcam as tentativas de fazer crescer a riqueza e, com isso, lograr prestígio social. Importa recordar aqui que estamos a analisar uma ínfima minoria de cidadãos proprietários de bens. Pela amostra em questão, podemos constatar que estamos diante de uma elite hierarquizada, a cujo topo seria difícil ascender. Se num primeiro momento optamos por descrever o estrato superior dessa hierarquia, ou seja, as fortunas acima de 2:500$000 réis, a partir daqui nos ocuparemos em analisar os outros 136 inventários, buscando identificar suas principais formas de investimento da riqueza.

Esses pequenos proprietários correspondiam a 80 % dos inventariados e respondiam por 34,8 % do total de riqueza inventariada. A partir da compilação de seus bens, obtém-se o perfil de tais proprietários: em sua maioria, pessoas de pouco luxo, donos de casas

10 "Escravo de ganho era aquele que saía às ruas em busca de serviço, dispondo de seu tempo e força de trabalho por um período limitado, e que recebia pelo serviço prestado remuneração em dinheiro" (ALGRANTI, 1988, p. 66).

simples ou sobrados cobertos de telhas, outros de palha, algumas roças, sítios, escravos, ferramentas, umas poucas cabeças de gado. Possuíam ainda alguma louça e objetos de metal – porém de forma irregular. Do mesmo modo, um ou outro móvel, por vezes uma joia ou uma imagem sagrada.

Apesar de possuírem somente pouco mais de um terço da riqueza total inventariada, eles controlavam 1.168 escravos, ou 85,4 % do total. Esse dado revela-se ainda mais interessante se considerarmos a mão de obra escrava como fator determinante na constituição das fortunas capixabas. Vejamos em maior detalhe a composição dos ativos tangíveis nesses inventários em particular:

Tabela 4 – Composição dos inventários* post mortem *inferiores a 2:000$000 réis, Vitória, 1800-1830

Ativos	Montante	%
Bens urbanos	11:525$040	9,8
Bens rurais	8:175$897	7,0
Escravos	58:401$845	49,9
Joias e metais	10:286$392	8,8
Dívidas a receber	28:621$463	24,5
Montante bruto (em réis)	90:227$996	100,0

Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1800-1830

Apesar de corresponder praticamente à metade da riqueza de tais proprietários, podemos considerar relativamente pequeno o valor das escravarias, considerando o número significativo de cativos. Essa realidade tem uma explicação bastante razoável: as pequenas e médias escravarias reuniam um grande número de escravos com menos de 16 ou mais de 40 anos, faixas etárias com menor valor de mercado. Parece provável que a concentração de cativos com idade entre 16 e 40 anos nas escravarias maiores deva-se ao poder aqui-

sitivo superior de seus proprietários. E eram os preços, sem dúvida, que explicavam o relativo afastamento dos pequenos e médios investidores do segmento mais valioso do mercado de cativos.

Outra característica interessante é que entre os pequenos proprietários, assim como entre aqueles cujas fortunas estão acima de 2:000$000 réis, os prédios urbanos (9,8 %) superam os bens rurais (7,0 %). Aparentemente, esse grupo estava mais ligado ao meio urbano. Em sua maioria, eles residem na Vila de Vitória ou em suas mediações. A julgar por suas propriedades, estão mais inclinados a viver de aluguéis (de casas ou escravos), de modesto comércio e alguns empréstimos a juros. Uma especificidade que não verificamos entre os mais afortunados, mas que se revela entre os pequenos proprietários, é a posse de moedas e dinheiro em espécie, o que, juntamente com o acúmulo de joias e metais, parece apontar para a tentativa de entesouramento, ou mesmo para a constituição de fundos de empréstimos, haja vista a prática comum de tal atividade.

No que diz respeito às atividades comerciais, verifica-se certo afastamento das fortunas menores das casas de comércio mais importantes, mas não do comércio em si. Quase sempre, os menos abastados estavam envolvidos com algum tipo de atividade transitória ou de pequenas vendas de "secos e molhados". Deixemos falarem por si as evidências.

O Capitão Francisco da Costa Silva, morador da Vila de Vitória, possuía dez escravos, nenhuma lavoura ou roça, apenas duas casas de morada na Vila. O montante dos escravos correspondia a 23 % do total do inventário, as casas a 13 %, enquanto os outros 64 % cobriam dívidas a serem recebidas de cinco pessoas. Analisemos o seguinte aspecto: qual seria a necessidade de manter ele dez escravos domésticos? A menos que o Capitão morasse em um casarão, o que não era o caso, visto que seus bens imóveis somavam a pequena quantia de 100$000 réis, seriam desnecessários tantos serviçais. Logo, podemos suspeitar que boa parte desses escravos, senão to-

dos, eram de aluguel ou de ganho, o que justificaria a posse de tamanha mão de obra. Outra questão evidenciada é a dos empréstimos, afinal quase dois terços da fortuna de Francisco estavam aí concentrados: o que justificaria tantos empréstimos, senão a obtenção de algum lucro? Como já dissemos, estamos diante de um comércio informal, não declarado, mas real.

Abandonando o comércio informal, constatamos ainda a existência das pequenas casas de comércio onde se vendiam tecidos, fitas, cadarços de cintos, anéis, medalhas e brincos de ouro, além de fivelas e algumas bandejas de prata. Um pequeno comerciante chamado Antonio Ferreira de Almeida, morador da Vila e dono de quatro escravos, mantinha um estabelecimento de "secos e molhados" e vendia roupas. Os bens de sua loja correspondem a quase um terço de sua fortuna, sendo ele um dos poucos inventariados a possuir dinheiro em espécie: 294$400 réis. Além de tudo, era credor de quinze pessoas, cujos empréstimos contabilizavam 520$474 réis, dos quais 140$265 alocados a um único devedor.

Destarte, os dados evidenciam que os mais pobres possuíam, além de significativas escravarias, diversificados negócios e operações financeiras de pequeno porte, cujo principal veículo de acumulação tomava a forma de investimentos no meio urbano e nas atividades desenvolvidas. À tal constatação acrescentaríamos a da existência de uma cadeia de endividamentos que formava um incipiente sistema de crédito entre os agentes locais.

Sobre o tráfico de escravos

O evento do tráfico parece ser o elemento estrutural com maior probabilidade de haver produzido modificações na composição das escravarias, até mesmo em Vitória, marcada pelo relativo afastamento dos centros importadores de cativos. Ao longo do período de vigên-

cia do tráfico, Vitória recebeu a maior parte de seus escravos da Bahia. Como informa o conselheiro de Estado do rei de Portugal, Francisco Manoel da Cunha, dirigindo-se ao Conde de Linhares em 1811:

> [A] capitania do Espírito Santo, antigamente tão florescente pelo comércio direto com a Europa e África, perdeu o seu brilhantismo. [...] Algumas vezes as embarcações daquela capitania vão a Pernambuco e Rio Grande do Sul, mas a sua navegação ordinária é sempre ao longo das costas limítrofes do Rio de Janeiro e Bahia (CUNHA, 1849).

Na verdade, a partir do final do século XVIII, a carestia nos preços dos cativos parece ter dificultado sua aquisição pelos comerciantes capixabas. No início de 1800, o eixo comercial voltara-se para os portos do Rio de Janeiro. Apesar disso, o elevado preço continuava um empecilho à aquisição de novos escravos, como atesta uma das primeiras cartas do governador Silva Pontes ao Conde de Linhares, onde se lê:

> Sendo somente a efeitos, que os escravos nesta colônia se acham extremamente caros, a proporção dos interesses que produzem, sendo o atual motivo de sua carestia a enorme exportação que se faz da Bahia para Monte Video e Buenos Aires dos escravos novos da Costa da Mina. Eu tenho a honra de ter sido testemunha de que V. Ex. desaprova este comércio, não obstante os pesos duros que ele tem feito cunhar na Casa da Moeda da Bahia. Também ouvi sempre ao Sr. Martinho de Mello, que Deus tenha em glória, reprovar energicamente o interesse que nos pode provir de semelhante meio, que aumenta os braços de um vizinho sempre ambicioso. Contudo o negócio para as colônias espanholas está como desvio, assim na Bahia como no Rio de Janeiro, como atestam os negociantes desta praça (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 20/05/1800).

Nas décadas seguintes – a despeito das tentativas descritas de implementação da navegação direta entre Vitória e Lisboa –, escravos, assim como outras mercadorias, continuaram chegando à baía de Vitória oriundos, principalmente, do Rio de Janeiro (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 15/03/1805). Por essa razão, ao tratarmos sobre o tráfico, tomaremos por base os dados referentes aos portos do Rio de Janeiro (FLORENTINO, 1995), buscando verificar em que medida as escravarias de Vitória acompanharam os padrões lá observados. Afinal, apesar das oscilações no comércio entre as capitanias do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do Oitocentos (FRAGOSO, 1998, p. 2-7), os produtores capixabas continuaram necessitando de escravos, aumentando, inclusive, seus plantéis por meio da importação de africanos.

Os inventários levantados apontam uma população africana vinda, principalmente, de Angola, enquanto os demais não formavam um contingente superior a 5 %. Torna-se relevante conhecer as rotas que trouxeram esses cativos até as terras capixabas, porquanto não se tem notícia de embarcações saídas do Porto do Rio de Janeiro trazendo escravos para o Espírito Santo, excetuando-se apenas de uma carga, em 1812 (FRAGOSO, 1998, p. 101). Sobre a importância de se estabelecerem as rotas internas dos escravos chegados ao Brasil, Mamigonian afirma:

> A exploração das rotas terrestres, marítimas de cabotagem ou ainda fluviais, para a investigação das rotas internas do tráfico de escravos por todo o país há de ser o tema mais promissor dentre os ainda pouco explorados nesta área. O hipotético mapa das "rotas dos escravos" no Brasil seria completo com trabalhos acerca do tráfico atlântico conduzido a partir de pontos que não fossem o Rio de Janeiro e a Bahia, com suas respectivas rotas do tráfico interno (2004, p. 38).

É grande a lacuna no que tange à pesquisa das rotas de escravos no Brasil. Na ausência de estudos específicos sobre as origens étnicas dos africanos no Espírito Santo, vincula-se aqui o termo *angola* aos cativos oriundos de toda uma parte da África Ocidental que comportava diversos portos visitados pelos negociantes cariocas (naturais do Rio de Janeiro) e distribuídos ao longo da costa conhecida por Angola (THORNTON, 2004, p. 254).

É importante destacar, todavia, que do Rio de Janeiro não se traziam para o Espírito Santo somente angolas. A respeito da movimentação do porto carioca nas primeiras décadas do século XIX, Fragoso (1998, p. 167) esclarece que as embarcações de menor porte, como as lanchas, transportavam majoritariamente artigos destinados aos mercados externos, enquanto as maiores (sumacas e bergantis) detinham a hegemonia dos produtos voltados para o mercado interno. A Capitania do Espírito Santo, de sua parte, entre os anos de 1812 e 1822, enviava, segundo Campos (2006, p. 580), mais lanchas do que sumacas e bergantis para o porto carioca, caracterizando principalmente transações de mercadorias para o exterior do país. No mesmo sentido, Florentino (1995, p. 46) apresenta informações precisas a respeito da distribuição de africanos por meio da navegação de cabotagem, indicando que, para o Espírito Santo, partiram, em 1812, quase 2 % dos escravos embarcados para outras partes do Brasil pelo Porto do Rio de Janeiro.

Descrito o cenário, optamos pela distribuição dos inventários em três subperíodos, o que facilita a visualização da variação da posse e concentração dos cativos sob estímulos diferentes. A periodização proposta segue os dados oferecidos por Florentino e Góes (1997, p. 48-49), utilizando, porém, marcos temporais mais apropriados aos dados encontrados nas fontes pesquisadas. Assim, optamos por dividir o período em três recortes: 1800 a 1809, 1810 a 1819 e 1820 a 1829. A referência foi o movimento de entrada de escravos no país através do Porto do Rio de Janeiro. Consideramos os seguintes eventos do tráfico:

a) o período de 1800-1809 apresentou relativa estabilidade na entrada de cativos;

b) o período de 1810-1819 foi de aceleração da oferta africana e de incremento no tráfico; e

c) o período de 1820-1830 foi marcado por desenfreada compra de cativos, seguida por uma crise na oferta africana, desencadeada pelo prenúncio do fim do tráfico.

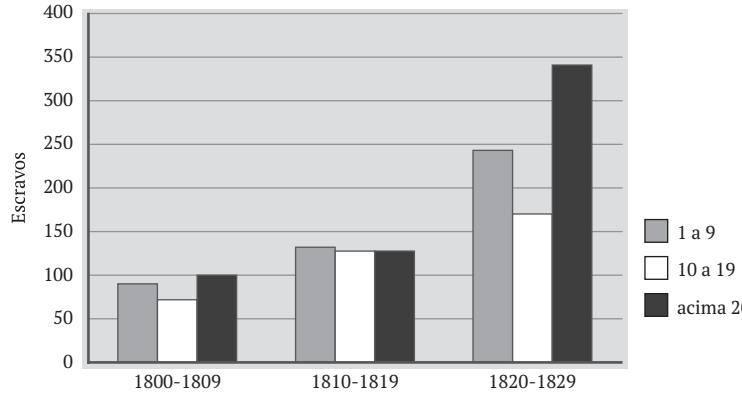
Verificamos que, entre 1800 e 1809, a maioria dos inventariados de Vitória possuía entre 1 e 9 cativos (74 %), seguidos por uma pequena camada média, com posse entre 10 e 19 escravos (18 %); já as poucas escravarias superiores a 20 cativos respondiam por apenas 8 %, enquanto os não proprietários representavam 18 % dos inventários referentes ao período.

Podemos observar o primeiro impacto do incremento do tráfico, sentido, sobretudo, a partir de 1809: a porcentagem de não possuidores de cativos sofreu uma queda de 4 %, causada, possivelmente, pelo aumento da oferta africana. Em contrapartida, cresce a representatividade dos pequenos proprietários (1 a 9), chegando a representar 64 % dos donos de escravarias; um pequeno crescimento pode também ser observado entre os proprietários médios, que saem de 15 % para 18 %. Ao lado disso, a representatividade dos proprietários de escravarias com 20 ou mais cativos cai pela metade, passando a representar apenas 4 % dos inventariados. O motivo desse aparente afastamento dos maiores investidores do mercado de cativos é questão que ainda não conseguimos responder.

O terceiro intervalo, período de crise na oferta de mão de obra africana e de alta nos preços, caracteriza-se por um crescimento dos inventários sem cativos, compreendendo 15 % do total levantado; os pequenos proprietários continuam sendo os mais representativos, atingindo a marca de 62,8 %; os proprietários médios sofrem pequena queda, ficando em 14 %; já as escravarias com 20 ou mais

cativos dobram sua representatividade para 8,1 %. Vejamos como está concentrada a posse de cativos entre os proprietários:

Gráfico 2 – Flutuação da posse de cativos segundo tamanho da propriedade, Vitória, 1800-1829



Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1800-1830

A partir desses dados, começa a se delinear a primeira característica das escravarias de Vitória: são pequenas, em sua maioria detêm entre 1 e 9 cativos. O Gráfico 2 reitera o expressivo número de pequenos e médios proprietários, enquanto as escravarias com mais de 20 cativos, apesar de concentrarem sempre mais que 33 % do total arrolado, apresentam uma relativa estabilidade ao longo dos dois primeiros intervalos, seguida por um forte crescimento no período que se estende de 1820 a 1829.

O conjunto desses dados parece demonstrar que, ao contrário do Rio de Janeiro – onde o incremento do tráfico, sobretudo entre os anos de 1809 e 1811, correspondeu ao aumento da porcentagem de escravos detida pelos grandes proprietários (FLORENTINO; GÓES, 1997) –, em Vitória, a tônica foi o crescimento de pequenas e médias escravarias, acompanhado por uma contínua concentração de cativos nas mãos desses proprietários. Isso demonstra que havia um in-

teresse por parte de proprietários ou rentistas urbanos pelo investimento em escravos. Por outro lado, o período final (1820-1829), em que a concentração de escravos nas mãos dos maiores proprietários teve crescimento significativo, passando a representar 59,7 % do total de cativos arrolados no período, mostra que as compras de escravos se concentraram nas mãos de proprietários mais abastados.

Ora, se o interesse dos pequenos e médios investidores de Vitória por escravos continuava a crescer no mesmo período (1820-1829), parece provável que o aumento nas escravarias maiores se deva a um maior poder aquisitivo de seus proprietários. Aparentemente, o que explica o relativo afastamento dos pequenos e médios investidores do mercado de cativos é a alta de preços desencadeada pela suposta supressão do tráfico em 1830.

Além disso, como explicam Florentino e Góes, essas situações de aumento de preço dos escravos denotam o caráter elitista da empresa escravista, que, nesses momentos, exclui os segmentos inferiores que optaram pelo lucrativo investimento em escravos. Mesmo não havendo uma elite muito abastada em Vitória, e sendo característica a posse de escravos em estratos mais baixos da população, tais como donos de vendas, sitiantes etc., o aumento de preço dos escravos implicou no afastamento dos pequenos proprietários do acesso ao mercado. Segundo os autores:

> Em última instância, o tráfico destinava-se a abastecer de escravos, não a sociedade como um todo, mas sim a uma elite que, por meio dele, reproduzia seu lugar social e desse modo, reiterava a sua distância em relação a todos os outros homens livres (FLORENTINO; GÓES,1997, p. 65).

Verificamos, à vista disso, que, apesar da existência de uma elite local capaz de absorver 39 % da mão de obra escrava, é significativo o papel desempenhado pelos proprietários com rendas pequenas ou médias. Vale lembrar que mesmo as famílias mais abastadas do

Espírito Santo não seriam consideradas parte da elite colonial brasileira, caso fossem comparadas aos montantes do agrofluminense. Ainda que se verifique nas regiões circundantes uma economia baseada na produção agrícola para o abastecimento interno, como roças de mandioca, algodão, cana etc., a posse de cativos em Vitória corresponde a um padrão que podemos considerar comum às propriedades urbanas, em que o espaço limitado e as necessidades diferentes impunham um menor número de trabalhadores.

Capítulo 2. Demografia e escravidão, 1800-1830

Nosso objetivo neste capítulo é analisar as principais características demográficas da escravidão em Vitória entre 1800 e 1830. A ausência de censos e estimativas exatas para o período colonial, todavia, impossibilita uma avaliação segura dos dados populacionais da cidade no período. Os números empregados na tentativa de traçar o panorama humano da região, portanto, devem ser tomados com reserva. Na busca de um quadro mais preciso, utilizamos as informações presentes na documentação produzida pela burocracia administrativa, as memórias estatísticas dos dirigentes da Capitania, o relato de Auguste de Saint-Hilaire, presente na Capitania em 1818, tal como os inventários *post mortem* do período.

Devemos ressaltar não ser nossa pretensão esgotar o estudo do tema, apesar de tratar-se de um campo, sem dúvida, fértil. Seja como for, acreditamos que a análise em questão só adquire verdadeira inteligibilidade se embasada em dados estatísticos que tornem possível avaliar a representatividade dos fatos estudados. Até porque a própria escravidão dependia de tais fatores: havia muita diferença,

para o cativo, em pertencer a pequenos ou grandes plantéis, bem como em fazer parte de uma comunidade onde o tráfico atlântico e/ou interno atingisse de maneira consistente a demografia local. Ou então, ao contrário, onde esse comércio tivesse pouca importância, permitindo uma evolução demográfica mais natural, com maior equilíbrio entre os sexos e idades.

Sem dúvida, outros fatores influenciaram o cotidiano cativo, delimitando um perímetro no interior do qual o escravo construía sua existência concreta. Procuramos agregar os dados obtidos de forma a permitirem um estudo das diferentes variáveis ao longo do tempo, evitando-se assim generalizações para todo o período. Além disso, tivemos a preocupação constante de utilizarmos o método comparativo, com a dupla finalidade de estabelecer a representatividade dos dados e formar um quadro teórico capaz de dar conta de totalidades mais amplas.

Antes de passarmos às estimativas propriamente ditas, cabe lembrar num átimo como se deu a povoação do Espírito Santo ao longo de boa parte de sua história, a saber, por meio da concentração populacional na faixa litorânea da Província. Não que essa característica lhe fosse exclusiva. Ainda, na década de 1940, afirmava Caio Prado Júnior em sua *História econômica do Brasil* (1974, p. 71):

> A maior concentração do povoamento é na faixa costeira; mas esta mesmo largamente dispersa. O que havia eram núcleos de maior ou menor importância distribuídos desde a foz do rio Amazonas até os confins do Rio Grande do Sul. Mas entre estes núcleos medeava o deserto, que em regra não servia nem ao menos para as comunicações que se faziam de preferência por mar.

Tempos depois, Raymundo Faoro recordaria tal característica da povoação colonial em *Os donos do poder* (2001, p. 180), afirmando:

> A conhecida e repetida advertência de Frei Vicente do Salvador dá a medida da civilização litorânea: "Da largura da terra do Brasil para o sertão não trato" – escrevia no começo do século XVII –, "porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de andar arranhando ao longo do mar como caranguejos."

Não podemos, porém, desconsiderar as nuances próprias da colonização capixaba, destacando-se, em especial, as dificuldades de penetração no território interior oriundas dos constantes conflitos com os indígenas, que se estenderam até a segunda metade do século XIX (SALETTO, 1998). Além disso, tem-se também os desdobramentos da descoberta do ouro nas Minas Gerais, que, como mencionado no capítulo anterior, implicou no isolamento e militarização de Vitória e na proibição de qualquer incursão para o interior da Capitania. Esse quadro populacional, confinado ao ambiente costeiro do Espírito Santo, foi percebido pelo governador Silva Pontes no alvorecer do século XIX:

> A gente desta Província se acha toda acomodada, lavrando algodão, e algum açúcar e milho, com a venda de tais gêneros que exportam para a Bahia e Rio de Janeiro, suprem a necessidade de vestuário europeu, sendo-lhe suficiente a farinha de mandioca da Província, e o peixe da sua Costa para se manterem. E sendo rodeada de Gentio inimigo todo o perímetro da Colônia, desde a Barra do Rio Doce até o da Barra do Paraíba do Sul, não se entranham os colonos para o centro do Sertão [...] não se retiram jamais de suas vizinhanças, nunca se deliberando formar estabelecimento onde os matos estão sem dono, e a abundância abandonada ao Corpo do Gentio (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 25/08/1802).

Quando da viagem de Saint-Hilaire ao Espírito Santo, em 1818, as características de ocupação humana do espaço local, aparentemente, não haviam se modificado. Nas palavras do naturalista francês:

> Na Província do Espírito Santo, a população retida pelo medo aos indígenas, se acha localizada em pelotões no litoral e a apreciação que faço do território desta província não abrangeria suas florestas, ainda desconhecidas e só habitadas pelos índios selvagens (1974, p. 14).

Ao tratarmos da questão populacional, portanto, não podemos perder de vista a maciça concentração litorânea da ocupação territorial do Espírito Santo, o que, a nosso ver, justifica em grande parte a permanência dos habitantes em Vitória e seus arredores até 1850. Afinal, além de capital da Província, de principal centro urbano regional, de constituir-se em *locus* burocrático e administrativo, Vitória desfrutava de posição estratégica. Graças à localização de sua baía, ao longo da qual se espalhavam pequenos cais, a Capital mantinha uma navegação regular com outras províncias. Além disso, os vários braços de rios com foz ao longo dessa baía facilitavam o acesso ao interior próximo. Tais fatores devem também ser considerados explicativos da acentuada concentração populacional na faixa litorânea da Província. Em virtude da falta de uma estimativa populacional referente ao ano de 1800, utilizaremos as informações referentes ao ano de 1790, fornecidas pelo Capitão-mor Ignacio João Mongiardino, que esteve à frente do governo da Capitania do Espírito Santo no período de 1789 a 1798. No que se refere à Vitória, ele afirmou:

> Que se compõem esta Vila de habitantes livres 2.327, e os escravos 4.898, para mais; tirando os que se acham fora, discorrendo dela para a parte Norte [...]. [Toda a Capitania] faz o total número de seus habitantes, em 22.493, para muito mais e não para menos (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 11/07/1790).

Mongiardino oferece detalhada descrição sobre a malha populacional distribuída pela Capitania, centrada nas categorias livres, escravos e índios, não fazendo menção a forros ou a categorias baseadas na cor. Apresenta também dados referentes à importação e exportação de gêneros de primeira necessidade. Vejamos:

Tabela 5 – Estimativa da população total da Capitania do Espírito Santo, 1790

Principais Vilas	Livres		Escravos		População Total
	Número	%	Número	%	
Vitória	2.327	32,2	4.898	67,8	7.225
Nova Almeida[11]	2.712	98,4	42	1,6	2.754
Vila Espírito Santo	814	43,4	1.064	56,6	1.878
Guarapari	1.789	71	728	29	2.517
Benevente	3.107	96,8	102	3,2	3.209
Outras povoações	-	-	-	-	4.919
Total	10.749	-	6.834	-	22.502

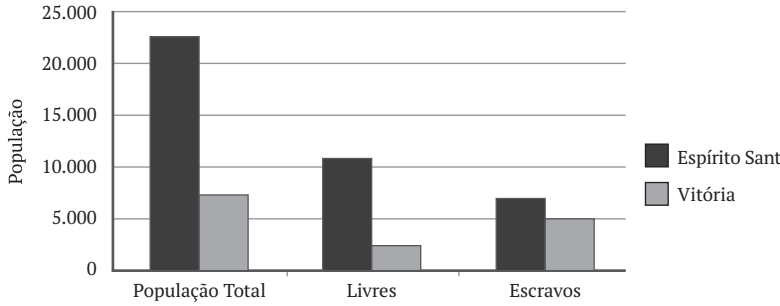
Fonte: CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 11/07/1790

Como é possível perceber, Vitória apresentava a maior concentração populacional da Capitania, com 32 %. E o que de fato chama a atenção nos dados apresentados é o número de cativos, sobretudo no tocante à Capital, onde representariam 67,8 % da população total. Em relação a todo o Espírito Santo, os escravos perfaziam 38,8 % do total. Vitória, portanto, concentrava a maior

11 Também conhecida como Vila Nova de Almeida, foi, até a expulsão dos jesuítas, em 1759, um dos principais aldeamentos indígenas próximos a Vitória. Sua população livre era composta exclusivamente por índios, que se dedicavam, sobretudo, ao cultivo da mandioca e do algodão. A mão de obra escrava negra era pouco utilizada, como mostram os números (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 11/07/1790).

parte da mão de obra cativa utilizada na Capitania do Espírito Santo. Proporcionalmente, a Vila do Espírito Santo (atual Vila Velha) era a segunda em utilização de tipo de mão de obra, porém, em termos numéricos, o grosso da escravaria localizava-se mesmo na Capital.

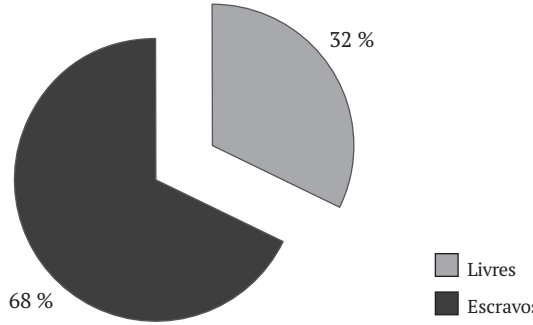
Gráfico 3 – Estimativa da distribuição populacional da Capitania do Espírito Santo, 1790



Fonte: Tabela 5

O Gráfico 3 possibilita uma comparação da população de Vitória com o total da Capitania, evidenciando o alto índice de escravos em comparação com o de homens livres da Vila. O Gráfico 4, por sua vez, permite-nos observar essa distribuição na Capital em dados percentuais:

Gráfico 4 – Estimativa da distribuição populacional da Vila de Vitória, 1790

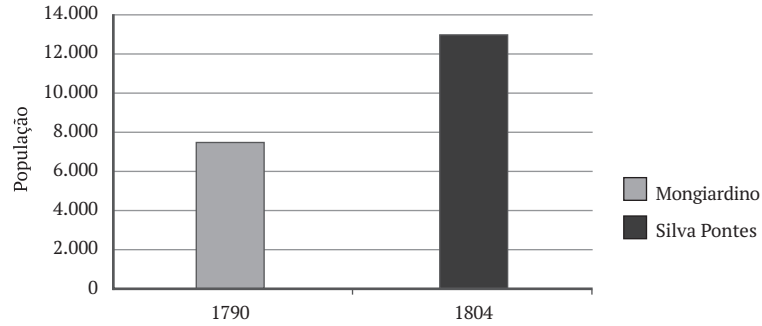


Fonte: Tabela 5

Apesar de o governador Silva Pontes não ter deixado registros mais específicos sobre a estrutura populacional capixaba, em sua pré-memória, datada de 25 de agosto de 1802, repetiria ele o número total de 22 mil habitantes na Capitania (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 11/07/1790). Quanto à população da Capital, a primeira referência em números aparece em uma carta enviada por Silva Pontes ao Príncipe Regente, datada de 8 de agosto de 1804. Nela, o governador informava "[...] entre as Vilas da Província e a Capital de Vitória constante de treze mil almas" (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 20/04/1804).

Se aceitarmos os números apontados por Silva Pontes acerca da população da Capital e compará-los aos fornecidos na estimativa em 1790, verificamos que em quatorze anos o número de habitantes de Vitória teria mais que duplicado. Vejamos:

Gráfico 5 – Estimativa sobre o crescimento populacional de Vitória, 1790-1804



Fonte: CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, cartas de 11/07/1790 e 20/04/1804

Diversos fatores podem ter influenciado esse crescimento. Entre eles, talvez o de maior impacto esteja relacionado ao processo de centralização e fortalecimento do poder público, característico do período em que Silva Pontes esteve à frente do governo da Capitania.

Como já dito, essa tendência à centralização encontrava-se atuante em regiões cuja produção interessava mais à Coroa, tais como Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro. Com a diminuição na produção de ouro, porém, tornou-se cada vez mais necessário resguardar o erário real do perigo dos "descaminhos". O Espírito Santo não escaparia a tal processo. Para tanto, era imprescindível a criação de um corpo burocrático na Capital, o que, provavelmente, não se deu a partir apenas da arregimentação de moradores. Funcionários mais especializados foram trazidos para compor tal burocracia. Diante disso, toda uma estrutura de serviços passou a ser necessária para atender às novas demandas sociais, que exigiam, certamente, uma entrada ainda maior de cativos.

Além disso, a formação de destacamentos militares que garantissem não apenas a ordem pública, mas, também, as exigências do fisco, pode ter influenciado o crescimento populacional na Capital. Esses destacamentos recebiam treinamento em Vitória, provocando

um aumento temporário da população local. Saint-Hilaire apresenta algumas evidências nesse sentido:

> O matemático Antônio Pires da Silva Pontes [...] era homem instruído, mas extravagante, que abusou de sua autoridade [...]. Tinha mania de retirar os agricultores de suas terras para retê-los por meses inteiros na Vila de Vitória, a fim de exercitá-los em serviço militar (1974, p. 11).

Além dos treinamentos militares, parte desses soldados era desviada para o corte da madeira, condução de víveres e reparos de armazéns e fortalezas da Capital, segundo informações do próprio governador (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 05/11/1801). Apesar de não informar o número de escravos, a forma como agiu Silva Pontes na solução das fugas cativas, que marcaram o início de seu governo, e a sua preocupação com a prática generalizada de manumissão indicam a atenção dispensada pelo governador no controle da população afrodescendente, como ele mesmo confessou:

> [...] a liberdade testamentária [a prática] de manumitirem todos os escravos como legado pio [...] e todos estes depois de livres abandonam a agricultura, e se dão a uma espécie de tráfico de revenda de frutos que descem das roças, e ficam, portanto uns braços inúteis (CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 20/05/1800).

Soma-se a isso a informação sobre a criação de um Corpo de Pedestres composto de pretos, brancos e índios. Ao que parece, a população negra concentrada na Vila era significativa e, possivelmente, acompanhou a taxa de crescimento geral da Capital. Ao comentar sobre essa iniciativa, Adriana Campos explica:

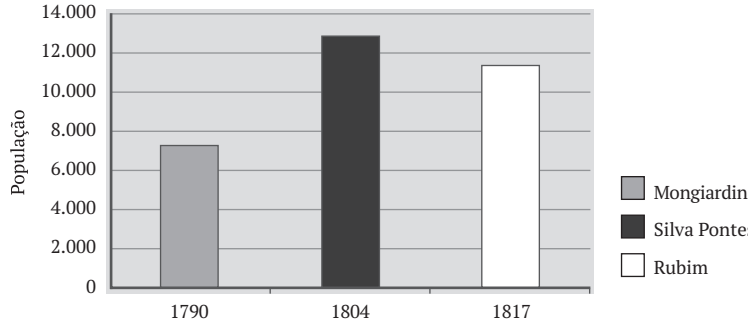
> Pensando em oferecer uma atividade aos desocupados, Silva Pontes criou um Corpo de Pedestres para empregar os indivíduos que nada de produtivo fizessem na cidade. Sua opção foi a criação de divisões daquela força policial segundo o conceito de cor – ou raça. Foram distinguidos quatro comandos. Uma divisão compunha-se da "raça cruzada de mestiço", uma outra de pretos, outra de índios e, finalmente, uma de brancos. A referência à cor era absolutamente clara. Para Silva Pontes, não pareceu absurdo proceder à partição dos comandos do Corpo de Pedestre conforme tal critério. Ao contrário, no entendimento do Governador, parecia mais sensato assim fazê-lo, já que, afinal, numa sociedade hierárquica, cada qual deve ocupar seu lugar específico no edifício social (2003, p. 101).

A ausência de dados mais seguros, contudo, impede maior precisão sobre a concentração da população afrodescendente na Capital na primeira década do século XIX.

A próxima referência sobre população na Província pode ser encontrada na *Memória* escrita pelo governador Francisco Alberto Rubim, dizendo respeito ao ano de 1817. O Espírito Santo teria, então, uma população total de 24.585 habitantes, dos quais 11.433 estariam em Vitória, distribuídos em 2.055 fogos (RUBIM, 1934, p. 117-126).

Comparando os dados apresentados, observamos que entre o governo de Silva Pontes e o de Rubim houve um decréscimo na população de Vitória próximo a 12 %, o que poderia ser explicado em função do projeto de povoação do interior, em andamento desde o início de 1800. Além disso, durante o governo Rubim, foram criadas leis permitindo a distribuição de sesmarias às margens de quaisquer rios do Espírito Santo.

Gráfico 6 – Estimativa da variação populacional de Vitória, 1790, 1804, 1817



Fonte: CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, cartas de 11/07/1790 e 20/04/1804; RUBIM, 1934, p. 117-126

Saint-Hilaire, de sua parte, registra em seu diário de viagem que, em 1818:

> A população do Espírito Santo não subiu a mais de 24 mil almas e não se pode saber a superfície habitada desta província, na qual, por 152 léguas quadradas, cada légua contém na média, cerca de 150 indivíduos (1974, p. 14).

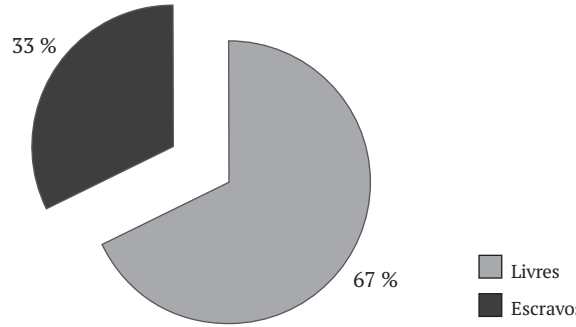
Sobre a composição da população da Capital, provavelmente se referindo apenas à parte alta da ilha, onde estava o polo urbano principal e a máquina administrativa, Saint-Hilaire declarou que a população de Vitória alcançava, em 1818, 4.245 habitantes, dos quais cerca de um terço de escravos e pouco mais de um quarto de brancos (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 47). Já o bispo carioca D. José Coutinho, ao tratar da população da Freguesia de Vitória em 1819, dizia que "[...] há de andar [ela] por perto de doze mil almas, seu povo geralmente pobre, mas dócil e civilizado" (2002, p. 124).

De maneira geral, o conjunto de tais informações apresenta uma possibilidade de pensarmos a composição populacional da

Vila. Vejamos: se na parte central um terço da população era composto de escravos, o arrabalde, formado por fazendas, sítios e chácaras, concentraria, provavelmente, uma taxa igual ou superior de cativos, uma vez que, como área rural, possuía maior demanda de mão de obra escrava.

Considerando-se então a figura relativa à população total da Capital apresentada por Rubim, 11.433 almas, aplicando a estimativa de Saint-Hilaire de que a terça parte desse total seria de cativos, chegamos ao número de 3.811. Verifiquemos graficamente essa distribuição:

Gráfico 7 – Estimativa da distribuição populacional em Vitória, 1818



Fonte: RUBIM, 1934, p. 117-126; SAINT-HILAIRE, 1974, p. 14

Se levarmos adiante a proporção sugerida pelo francês de que um quarto da população seria composto por brancos, chegaremos a algo em torno de 2.858 indivíduos; e o restante, 8.575 almas, sendo constituído por negros, pardos, índios e mestiços em geral. Tendo em vista os relatos apresentados até aqui, acreditamos ser possível afirmar que Vitória era mestiça, com forte predominância negra.

Se, por um lado, o número de cativos caiu ao longo do período 1790-1819, por outro, mulatos, pardos e mestiços deveriam represen-

tar pouco mais de 70 % da população da Capital (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 47). O próprio Saint-Hilaire descreve, em diferentes momentos, a presença de negros e mulatos nos diversos locais públicos e privados, por exemplo, ao comentar sobre as Tropas de Pedestres:

> Os pedestres, todos mulatos ou negros livres, formam uma tropa de ordem inferior; são encarregados de levar as ordens do governo e ocupam os diferentes postos destinados a proteger a região do ataque dos selvagens [...].
>
> Deviam ser em número de 400 [...] por ocasião de minha visita (1974, p. 15-16).

O viajante descreve ainda a presença dos escravos na agricultura, na manufatura do algodão e da farinha de mandioca, bem como nos trabalhos domésticos e demais ofícios (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 46-58).

Podemos reforçar nossa hipótese a partir dos dados apresentados pelo Presidente da Província Ignacio Accioli de Vasconcellos, em sua *Memória estatística da Província do Espírito Santo* (1978). Sobre o ano de 1824, Accioli informa haver no Espírito Santo 35.353 habitantes e 5.274 fogos, sendo que, desse total, 13.038 almas estariam em Vitória, alocadas em 2.580 fogos. Quanto à distribuição populacional na Capital, teríamos 7.912 livres e 5.126 cativos. O mapa da população de Vitória, referente a 1824, elaborado por Ignacio Accioli de Vasconcellos, encontra-se a seguir:

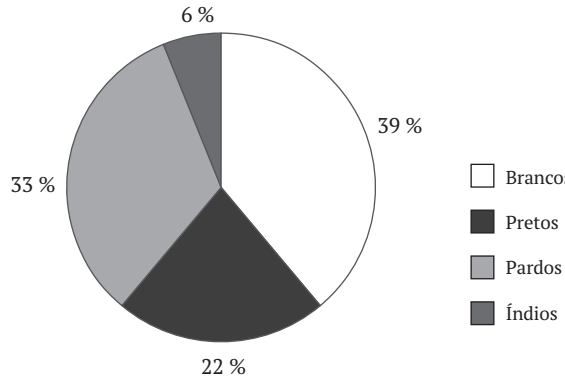
Quadro 1 – Mapa da população da Freguesia de Vitória, 1824

Brancos		**Índios**		**Pardos livres**		**Pardos captivos**		**Pretos livres**		**Pretos captivos**	
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1.427	1.640	224	249	1.248	1.369	1.073	925	849	906	1.466	1.562

Fonte: VASCONCELLOS, 1978, p. K

No Quadro 1, observamos que dos 7.912 habitantes livres de Vitória, 4.372 são pretos ou pardos, 473 são índios e apenas 3.067 são declarados brancos. Tal distribuição concorre para a hipótese de que estamos diante de uma população majoritariamente mestiça. Outra informação que se destaca é a maior presença feminina em todas as categorias, à exceção de pardos cativos, contudo, infelizmente, não temos dados suficientes para avaliar as razões de tal assimetria. Voltando à distribuição da população livre em geral, tem-se o gráfico abaixo:

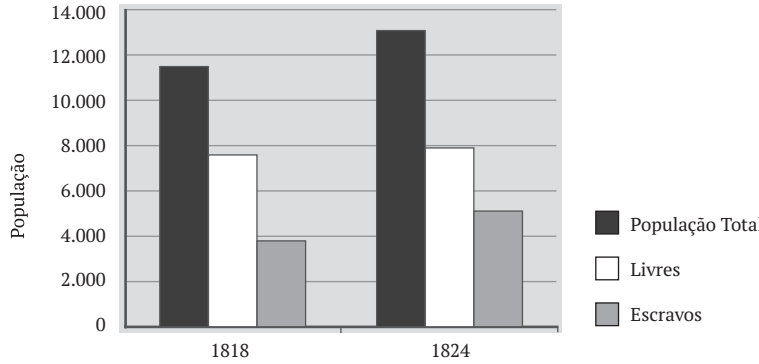
Gráfico 8 – Distribuição da população livre de Vitória segundo categorias de cor ou origem, 1824



Fonte: Quadro 1

Quanto aos escravos, somavam eles 5.126 em 1824, dos quais 1.998 pardos e 3.027 pretos. Ao compararmos com a estimativa de 1818, percebemos um novo crescimento no número de escravos de Vitória: o índice sobe de 33 % para 39 %. No Gráfico 9, adiante, podemos observar o crescimento populacional ao longo dos dois períodos e as variações na sua distribuição.

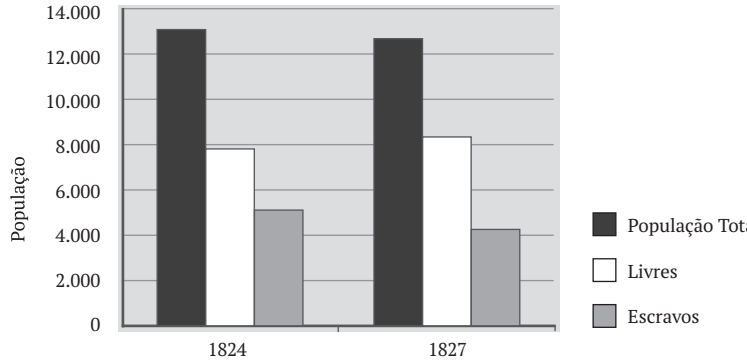
Gráfico 9 – Estimativa do crescimento populacional em Vitória



Fonte: RUBIM, 1934, p. 117-126; VASCONCELLOS, 1978, p. 66

Ainda na *Memória estatística* redigida pelo Presidente Accioli, encontramos o censo referente ao ano de 1827. Segundo ele, a população total da Província alcançava então 35.879 habitantes, dos quais 12.704 em Vitória, alocados em 2.600 fogos. Destes, 4.324 eram cativos e 8.380 livres. Como é possível observar em relação ao censo anterior, a população cativa teria sofrido uma queda de aproximadamente 20 %. Em relação à cor, porém, os brancos responderiam por 3.714 almas, ao passo que os outros grupos, principalmente pardos e pretos, somariam 8.990, ou seja, 70,7 % da população da Capital, sendo os índios apenas 164 indivíduos desse total (VASCONCELLOS, 1978, p. K). A comparação gráfica entre os dois censos é realizada a seguir:

Gráfico 10 – Estimativa da variação populacional de Vitória



Fonte: VASCONCELLOS, 1978, p. I

Como podemos visualizar no Gráfico 10, a população total de Vitória sofre pequena queda no segundo intervalo, devido unicamente à queda no contingente escravo, porquanto os homens livres registraram, com efeito, discreto aumento. Quanto a essas mudanças, explicou detalhadamente Accioli:

> A população [da Província] em três anos tem aumentado na razão de 6 para 409, razão bem pequena na verdade, o que prova emigração, e esta bem se manifesta na classe dos índios, e pretos forros onde o aumento nestes três anos é negativo, podendo-se atribuir quanto aos Índios o recrutamento para a Força de Terra, Arsenal, e Marinha da Corte, para onde se tem remetido por vezes não poucos; e quanto aos Pretos forros não há outra razão que ocultarem-se eles mesmos, ou aqueles que os deviam declarar, sendo igualmente certo terem sido mandados em 1825 alguns para o 2º Corpo de Artilharia de Posição da 1ª Linha [...]. Nos pardos cativos também a diferença é negativa, ignoram-se as causas, e só se sabe que muitos deles têm sido remetidos para fora da Província para caixeiros, e que se não acabou a mania das

> velhas e velhos da Província de alforriarem todos os escravos, especialmente os mulatos, chegando depois a pedirem esmolas (VASCONCELLOS, 1978, p. K, L).

O comentário do Presidente Accioli nos fornece algumas pistas para pensarmos a variação na população cativa ao longo do período. Em primeiro lugar, segundo informa ele, muitos escravos eram remetidos para fora da Província por caixeiros, o que poderia ser prática comum, se considerarmos o comércio inter-regional que ligava Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, além da Corte.[12]

Em função da crescente tensão em torno do suposto fim do tráfico em 1830, a demanda por cativos, provavelmente, aumentou em tal comércio. Outra rota possível dos caixeiros seria a Vila de São Mateus, localizada na parte norte do Espírito Santo, especializada na produção de farinha de mandioca. Um indicativo neste sentido é o crescimento de 16 % no número de cativos do censo da localidade entre 1824 e 1827.[13]

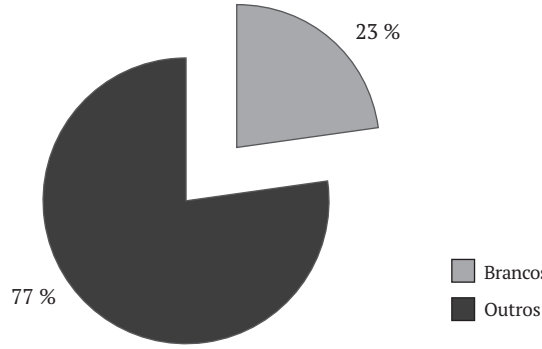
Outro fator explicativo para a diminuição dos cativos, segundo Accioli, estaria nas alforrias (VAINFAS, 2000, p. 29). No entanto, não podemos perder de vista a informação de que os escravos eram alforriados "pelas velhas e os velhos da Província", o que indica que muitos dos senhores adeptos da prática da manumissão só o faziam ao final de suas vidas. Tal constatação fortalece a hipótese de que a alforria funcionava também como instrumento de controle, uma vez que por meio das promessas de liberdade era possível conseguir escravos mais dóceis ao longo da vida (FLORENTINO, 2005).

12 As memórias estatísticas apresentam por meio dos mapas de comércio a relação frequente entre estas províncias; somam-se a isso os relatórios e cartas dos presidentes de Província.

13 Segundo informa, em 1824 eram 2.655 cativos; em 1827, 3.027 cativos (VASCONCELLOS, 1978, p. K).

Apesar disso, as alforrias devem ser vistas como características de um sistema voltado à sua autoconservação, cuja continuidade não se realizava somente por meio da violência. Outros mecanismos trabalhavam para sua sustentação. A escravidão no Brasil serviu-se das alforrias como instrumento voltado a assegurar a fidelidade e lealdade do escravo por meio de uma promessa.[14] Por ora, temos a seguinte distribuição da população da Capital segundo a cor:

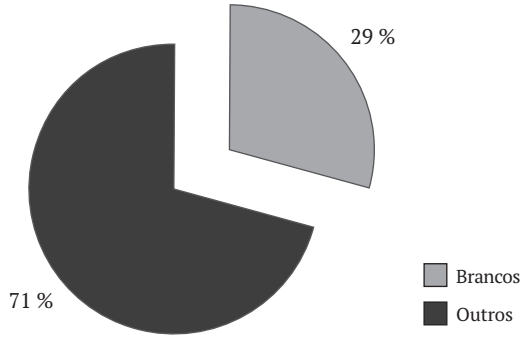
Gráfico 11 – Estimativa da distribuição populacional de Vitória segundo a cor, 1824



Fonte: VASCONCELLOS, 1978, p. K

14 Na verdade, a manumissão, por certo, não se constituía privilégio da escravidão moderna. Desde a Antiguidade sua prática é bastante conhecida, fornecendo, inclusive, os fundamentos jurídicos – de extração romana, utilizados no Direito Brasileiro. As interpretações sobre esse tema, todavia, têm-se modificado muito nos últimos anos. A tese da "negociação" trouxe novos contornos ao assunto. Muitos, atualmente, entendem a alforria como resultante de negociações entre as partes envolvidas. Nesse sentido, veja-se Campos (2003) e Bellini (1988).

Gráfico 12 – Estimativa da distribuição populacional de Vitória segundo a cor, 1827



Fonte: VASCONCELLOS, 1978, p. K

O Presidente Accioli não informa quais os métodos de aferição dos dados, mostrando-se inclusive pessimista em relação aos números apresentados, sobretudo no tocante àqueles relacionados aos escravos. Em seus próprios termos:

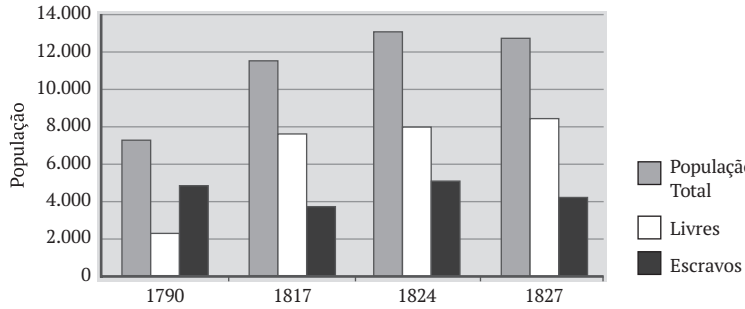
> As escravas cativas em 1824 eram 4.595, quero supor, se é possível, que metade sejam celibatárias, e que a terça parte sejam infecundas, ficará 1.532, que deverão produzir ao menos 1.000 por ano de ambos os sexos, e em três anos 1.500 do sexo feminino, que somado com 4.595 dá 6.095, número que difere do que dão os mapas 1.314: não se fala nos óbitos, assim como nos 50 deste sexo que entram por ano [...] que derrota se pode fazer com tal bússola! (VASCONCELLOS, 1978, p. K).

Apresentado o cenário, podemos arriscar algumas conclusões sobre a demografia capixaba no período de 1800 a 1830.[15] Partimos

15 De fato, muitas possibilidades ainda ficam em aberto, porém, para realizarmos maiores incursões, necessitaríamos de outros dados. Como não é esse o objeto principal deste trabalho, optamos por não nos aventurarmos por demais em suposições.

do pressuposto de que, ao longo de todo o período, a malha populacional da Capital sofreu significativas alterações. Sua população cativa, no entanto, permaneceu entre os extremos de 32 % e 70 % da população total. Mesmo nos momentos em que o número de cativos atingiu menores índices, a população composta por negros libertos, pardos, mulatos e mestiços continuou representando a maioria, chegando a responder por 70 % do total de habitantes. Assim, a afirmação de Vitória como uma vila negra não redunda em exagero, como pode ser visto na comparação dos dados:

Gráfico 13 – Variação da distribuição populacional de Vitória entre livres e escravos



Fonte: CONSELHO ULTRAMARINO/Brasil, 2000, carta de 11/07/1790; RUBIM, 1934, p. 117-126; VASCONCELLOS, 1978, p. K

Adriana Campos, ao abordar a questão da cor, defende que no período colonial os indivíduos com alguma linhagem africana não eram, por certo, raros e tampouco se restringiam a uma só classe social. Segundo a autora:

> [...] a elevada mestiçagem prevalecente no país dificultava ainda mais quaisquer distinções entre negro escravo e negro livre ou entre mestiço escravo e mestiço livre, para ficar apenas em dois exemplos representativos. Essa dificuldade fica evidente se considerarmos que, à época da

> Independência, em estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, ao menos dois entre cada três habitantes se enquadravam nas categorias "de cor" ou "escrava" (2003, p. 95).

Apesar de sua população diminuta, a Província do Espírito Santo contava com elevada taxa de afrodescendentes. Pois bem, verifiquemos novamente a influência do contexto nacional na definição dos contornos locais. Nesse sentido, é interessante perceber que, mesmo afastado do grande comércio de escravos, o Espírito Santo tinha, proporcionalmente, características muito semelhantes às verificadas nos maiores centros. Ou, ainda, em números:

Tabela 6 – População afrodescendente no Brasil Império

	Brancos	**Pop. afrodescendente**	**Escravos**	**% Pop. afrodescendente**	**% Escravos**	**Total**
Espírito Santo (1827)	8.336	14.595	12.948	40	36	35.879
Minas Gerais (1821)	136.693	206.640	171.204	40	33	514.537
Rio de Janeiro (1840)	112.973	64.592	224.012	16	57	401.577

Fonte: CAMPOS, 2003, p. 95

Em função dessa concentração, não era difícil que escravos fossem confundidos com mestiços livres, o que propiciava, em alguns casos, até mesmo a liberdade para cativos em fuga. O contrário também podia ocorrer, quando mestiços precisavam comprovar sua condição civil de liberdade. Como assinala Campos, mais uma vez:

> Assim, em face da larga mestiçagem da sociedade colonial brasileira, a Coroa portuguesa preferiu ser reticente em relação à população de cor, evitando, inclusive, legislar sobre a condição civil dos negros e mestiços libertos. Sob esse aspecto, não se operaram grandes mudanças imediatamente após a Independência. A situação legal das pessoas com ascendência africana permaneceu indefinida, sobretudo em relação à cidadania (2003, p. 96).

A indefinição em relação à cidadania, contudo, não significou ausência de instrumentos para garantir o controle e a segurança diante do aumento da população dita "de cor", seja ela escrava, seja liberta. O aumento dos destacamentos militares, das várias tropas e do número de praças demonstra as apreensões da sociedade capixaba, dependente desse segmento da população cuja ausência ameaçaria todo o edifício econômico sob o qual se assentava a estrutura social da época.

Nesse sentido, os governadores empreenderam, desde 1800, uma obra centralizadora que devia, por um lado, garantir a ordem escravista, mantendo a população "de cor" devidamente vigiada e, por outro, extrair o quinhão metropolitano tão reclamado pela Coroa portuguesa, que, a essa altura, já se tornara dependente de sua colônia. O Espírito Santo, após mais de um século de esquecimento, voltou a integrar as preocupações da Metrópole, que lhe dispensou tratamento, até certo ponto, especial, enviando Silva Pontes, amigo do poderoso Conde de Linhares, Ministro da Marinha e Negócios de Ultramar, para iniciar a edificação da obra, tardia nessas terras, de centralização burocrática e militar, já em pleno desenvolvimento nas partes mais rentáveis da colônia.

Ao longo de nosso levantamento, encontramos indícios de que a montagem da máquina centralizadora trouxe novos traços à paisagem da bucólica vila colonial de Vitória. Além dos personagens típicos da sociedade escravista, coloriam a cidade, a partir de então,

uma sorte de agentes da Coroa: fiscais, meirinhos, pedestres, passageiros, capitães etc. Era o público imiscuindo-se no privado, que gozara tanto tempo de liberdade, mesmo que vigiada pela longínqua Coroa. Agora, os escravos deixariam de ser assunto privado dos senhores e passariam a integrar as preocupações do governo. Como mostrou Leila Algranti, o poder público assumiu feições de feitor. Eram as mudanças em nome da permanência.

A demografia escrava nos inventários post mortem

Como constatamos no mapeamento da população de Vitória, os escravos representavam, ao longo do período que se estende de 1790 a 1830, entre 33 % e 68 % da população total da Capital. Estavam eles, com efeito, em toda parte: na lavoura, na Vila, dentro das casas, prestando serviços urbanos, exercendo ofícios especializados. Conviviam com os livres, trabalhando para ou com eles. Aliás, se os escravos se configuravam bens obrigatórios para os mais ricos, também o eram para os menos abastados. Entre os 52 inventariados com montantes menores que 500$000, 33 possuíam entre 1 e 5 escravos.

Os dados levantados nos inventários capixabas revelam a distribuição da escravaria por diversas frações sociais, indicando uma alta taxa de distribuição da propriedade cativa. Entre 1800 e 1830, nunca menos de 84 % de todos os inventariados eram donos de escravos. Como é possível perceber, a escravidão permeava a sociedade como um todo (SCHWARTZ, 1988).

A Tabela 7 permite visualizar a distribuição dos cativos nos diferentes tamanhos de escravarias:

Tabela 7 – Estrutura de posse de escravos, Vitória, 1800-1830

Tamanho da Escravaria	Proprietários	%	Escravos	%
1	11	8	11	1
2	17	12	34	2
3	16	11	48	4
4	17	12	68	5
5	8	6	40	3
6 a 9	36	25	264	19
10 a 14	14	10	167	12
15 a 19	12	8	203	15
20 acima	12	8	532	39
Total	143	100	1.367	100

Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1800-1830

Inspecionando os dados expostos, percebe-se que 49 % dos proprietários possuíam entre 1 e 5 escravos. Já entre os cativos, 34 % viviam em plantéis pequenos e médios, enquanto 39 % viviam em propriedades com mais de 20 cativos.

É interessante observar que estudos acerca de regiões voltadas para a produção de alimentos têm demonstrado sistematicamente uma estrutura de posse onde a maioria dos escravos vivia em pequenos e médios plantéis – até 10 –, enquanto os proprietários possuíam majoritariamente de 1 a 5 cativos. Esse o caso, por exemplo, da cidade de Curitiba, onde os dados referentes a 1804 mostram que 60 % dos escravos viviam em pequenos e médios plantéis, enquanto 70,5 % dos proprietários tinham até 5 cativos (LUNA; COSTA, 1981, p. 216-217). No sul de Minas, encontramos estrutura semelhante entre 1831 e 1838: em torno de 45,5 % dos escravos viviam em pequenas e médias propriedades, enquanto 72,5 % dos senhores detinham até 5 cativos (LIBBY, 1988, p. 105-108).

Apesar de quase a metade dos proprietários em Vitória possuírem pequenas escravarias, a concentração de cativos em tais propriedades não foi tão elevada, pois encontramos, a rigor, uma distribuição razoavelmente balanceada dos escravos: 34 % em plantéis com até 10 escravos; 27 % em propriedades entre 10 e 20 escravos; e 39 % nas propriedades com mais de 20 cativos. Se o conjunto dos dados indica a concentração de cativos nas mãos de um grupo restrito de proprietários, tem-se também que a propriedade escrava em Vitória se encontrava disseminada em amplos setores da sociedade local, não importando a extensão das posses. Afinal, a grande maioria dos inventariados tinha ao menos um escravo.

Sobre o perfil dos inventariados sem cativos, 27 ao todo, 48,2 % deles referiam-se a pequenos proprietários, com montantes inferiores a 200$000; porém 29,6 % possuíam entre 200$000 e 1:000$000; 18,5 %, entre 1:000$000 e 2:000$000; e 3,7 % acusaram fortuna acima de 3:000$000. Supor, portanto, que a ausência de cativos estivesse relacionada estritamente a uma possível limitação no poder aquisitivo seria um equívoco.

Outras variáveis são importantes para explicar a ausência da propriedade cativa. Entre elas, destaca-se o tipo de propriedade ou negócio, que poderia não demandar trabalhadores cativos. Enquadra-se nessa hipótese o caso do comerciante Pedro José Carreira Vizeu, visto anteriormente. O monte-mor do seu inventário era de 3:566$876, do qual um terço correspondia a dívidas a receber de terceiros, ou seja, possivelmente, além do comércio, ele se dedicava aos empréstimos. Os outros dois terços de seu patrimônio diziam respeito a secos e molhados comercializados num estabelecimento na Vila de Vitória. Não constava entre seus bens a posse de um escravo sequer. É possível que, quando necessitasse de trabalhadores cativos, ele simplesmente os alugasse, o que evitava os investimentos vultosos na aquisição de cativos.

Outra variável a ser considerada é a ascendência social. Alguns forros, por exemplo, apesar de possuírem capital para investir em

cativos, não o fizeram, como ocorrido com Desidério da Trindade, crioulo forro, filho da finada forra Josefa Maria Angola. Carpinteiro, dono de uma fortuna de 1:672$044, trabalhava em parceria com seus dois sobrinhos e não possuía nenhum escravo. Membro da Irmandade de São Benedito de N. S. dos Pardos e N. S. dos Remédios, deixou em seu testamento um terço de suas posses para as irmandades a que pertencia e pediu que os recursos fossem utilizados na compra da liberdade de seus confrades.

Não pretendemos, com tal exemplo, afirmar ter sido Desidério a regra no que tange aos forros. Afinal, outros forros possuíam cativos. Basta mencionar o caso de João Corrêa Guiterra, forro pardo, sitiante dedicado ao cultivo do algodão e da mandioca, cujo montante declarado no inventário chegava a 927$770, sendo ele dono de quatro escravos, que representavam 58 % de sua riqueza.

A razão homem/mulher, a presença africana na composição da escravaria e a distribuição etária

Se, de uma parte, os inventários examinados indicam a alta concentração de cativos nas mãos de um grupo restrito de proprietários, de outra, eles confirmam que a propriedade escrava em Vitória estava distribuída entre toda a sociedade local, não importando a extensão das posses.

A partir daqui, no entanto, passaremos a observar a razão homem/mulher entre os cativos ao longo dos períodos analisados, com vistas a encontrarmos alguns indicativos da demografia escrava local. Não custa lembrar que uma assimetria entre os sexos poderia inviabilizar arranjos familiares de uma parcela de indivíduos, que, em tese, permaneceriam sós (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 61). Antes, porém, de prosseguirmos com análise dos dados, é pertinente voltar à assertiva de Antônio Carlos Jucá de Sampaio, segundo a qual:

> [...] a empresa escravista gerava também demografias distintas. Teríamos, por um lado a "demografia dos escravos", caracterizada por uma reprodução endógena, baseada nas relações estabelecidas pelos cativos no interior de suas próprias comunidades (casamentos, uniões consensuais, compadrios, etc.). Por outro lado, teríamos a "demografia da *plantation*" cuja reprodução era de caráter exógeno, baseada na aquisição de novos escravos através de compras. É da síntese dessas duas demografias, cada uma com pesos variáveis conforme a realidade estudada, que nasce a demografia escrava propriamente dita (1994, p. 113).

Partindo dessa compreensão, buscamos aferir em que medida se relacionaram, em Vitória, tráfico e crescimento endógeno. Para realizarmos essa aproximação, analisamos as principais variáveis demográficas que conformavam a população escrava: (i) a razão homem/mulher; (ii) a procedência; (iii) a distribuição entre faixas etárias; e (iv) os laços de parentesco.

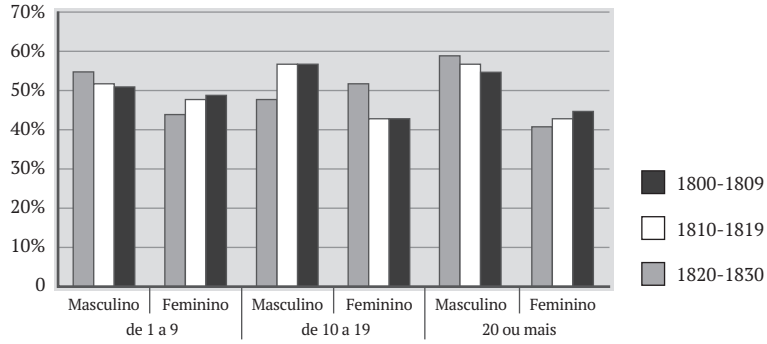
Em Vitória – ao contrário dos grandes centros, onde o incremento do tráfico a partir de 1808 e o consequente aumento na entrada de africanos nos portos brasileiros acarretaram uma maior presença de escravos do sexo masculino, causando um desequilíbrio etário na escravaria[16] –, é pequena a diferença entre o número de homens e mulheres ao longo de todo o período. A flutuação da concentração masculina variou entre 41 % e 59 % do total de escravos arrolados nos inventários ao longo dos diferentes intervalos de tempo, enquanto a concentração de mulheres variava nas proporções inversas. Os dados mostram que as maiores escravarias concentravam mais homens cativos do que mulheres, fenômeno recorrente na li-

16 Conforme demonstrado por Florentino e Góes, para o agrofluminense, "[...] de 1790 a 1830, era uma constante o desequilíbrio entre homens e mulheres cativos no interior das propriedades de todos os tamanhos – os homens representavam entre 55 % e dois terços de toda a escravaria em todos os intervalos de tempo" (1997, p. 61).

teratura sobre o assunto (FARIA, 1998; FLORENTINO; GÓES, 1997; SLENES, 1999, FLORENTINO, 2005).

Mantendo a periodização proposta no capítulo inicial, vejamos graficamente como se apresentava a distribuição dos cativos, considerando o sexo e o tamanho da propriedade:

Gráfico 14 – Percentual de cativos por sexo segundo tamanho da propriedade, Vitória, 1800-1830



Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1800-1830

Os índices acima apontam para uma relativa simetria entre sexos na composição da escravaria em Vitória, sobretudo naquelas com até 9 cativos. O primeiro passo para entendermos essa composição é, talvez, uma outra característica dos plantéis locais: a alta concentração de crioulos. Esse era o grupo que representava a maior parte dos cativos, independentemente do tamanho da propriedade.

Como é possível observar a partir da Tabela 8, era baixa a presença de africanos na composição das escravarias capixabas – não chegavam a representar 20 % do total de cativos. O grupo de procedência africana predominante é o angola, o que reafirma que a rota principal que alimenta o mercado cativo em Vitória é a do Rio

de Janeiro.[17] Apesar da diversidade dos grupos de procedência que compunham as escravarias capixabas, três grupos respondem por quase todos os cativos arrolados: crioulos, 79 %; angolas, 14,3 %; e benguelas, 3,4 %.

Tabela 8 – Procedência dos escravos, Vitória, 1800-1830

Procedência	Número	%
Crioulo	1.080	79,0
Índio	2	0,1
Mestiço	5	0,4
Angola	196	14,3
Benguela	46	3,4
Africano	10	0,7
Mina	14	1,0
Cabinda	5	0,4
Congo	4	0,3
Guiné	2	0,1
São Tomé	1	0,1
Umbanda	1	0,1
Nagô	1	0,1

Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1800-1830

17 Como destacou Karasch, a praça mercantil carioca recebia a maior parte de seus escravos do centro-oeste africano. Essa região era normalmente dividida em três sub-regiões principais: Congo Norte (Cabinda), Angola e Benguela. As ligações entre o Rio de Janeiro, Angola e Benguela datam do século XVII. Ao longo dos séculos seguintes, tais relações só prosperaram. No século XIX, os escravos oriundos dessas regiões já respondiam pela maior porcentagem dos aportados no Rio de Janeiro. Vitória reproduz, em escala local, as características do Rio, no que tange aos grupos africanos predominantes na composição das escravarias (KARASCH, 2000, p. 50).

No entanto, o que realmente chama a atenção em relação aos cativos de Vitória é o fato de a maioria deles serem nascidos no Brasil[18], e não na África. Essa peculiaridade fica ainda mais evidente se comparada com o próprio Rio de Janeiro, principal fornecedor da mercadoria para Vitória, onde, segundo Karasch (2000, p. 42), em 1832, os escravos de origem africana representavam 73,3 %, ao passo que os de origem brasileira, 9,8 % na composição das escravarias da cidade.

Essa diferenciação quanto à composição das escravarias reforça a hipótese de ter sido pequena a influência do tráfico na reposição de cativos nas propriedades de Vitória. Um dado que pode contribuir para essa hipótese é a distribuição dos africanos por idade. Dos 280 deles arrolados, 201 possuíam entre 14 e 40 anos. Destes, 72 eram mulheres e 129, homens. Tanto entre angolas, grupo de procedência africana predominante, quanto entre benguelas, os homens representam a maioria dos arrolados nessa faixa etária.

É interessante destacar que, desse total de africanos, 83,2 % estavam nos inventários com montantes entre 1:000$000 ou mais contos. Tal constatação reitera o relativo afastamento dos pequenos proprietários do acesso ao mercado de cativos, sobretudo em conjunturas de aumento de preço (1820-1830), quando os proprietários de escravarias com mais de 20 cativos passaram a concentrar 64,3 % dos africanos aportados em Vitória.

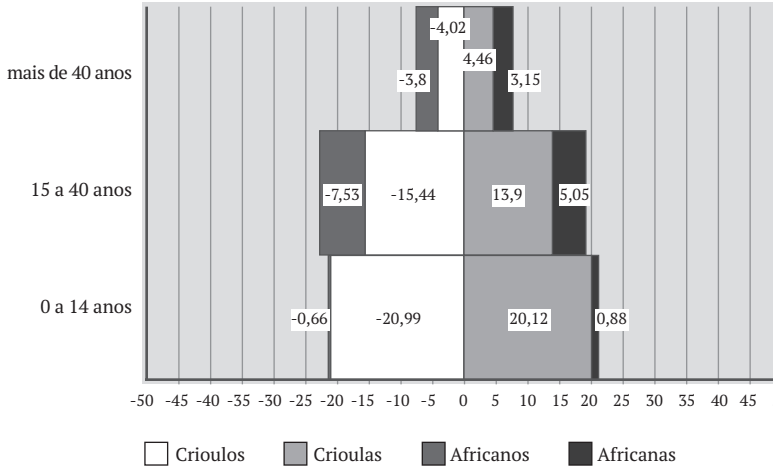
Entre os 79 africanos com mais de 40 anos, 22 eram mulheres e 57, homens, dos quais 88,8 % angolas e 5,5 % benguelas, distribuídos quase uniformemente pelas três faixas de escravarias, apresentando maior concentração naquelas com mais de 20 cativos, que respondiam por 41,2 % dos arrolados.

O conjunto desses dados indica que, apesar da pouca representatividade na composição das escravarias locais, os africanos aportados em

18 Não queremos com isso afirmar que tais escravos tivessem nascido todos em Vitória; provavelmente, muitos eram oriundos do mercado interno. Nossas fontes, porém, não autorizam maiores incursões nesse sentido.

Vitória eram, em sua maioria, homens em idade produtiva, concentrados, sobretudo, nas maiores propriedades, enquanto os africanos com mais de 40 anos representavam 28,2 % do total arrolado no período. De todo modo, a predominância angola foi a tônica. A distribuição da escravaria por grupos etários é representada graficamente a seguir:

Gráfico 15 – Distribuição etária e por gênero dos escravos em Vitória, 1800-1830 (por cem)



Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1800-1830

O Gráfico 15 reforça a alta representatividade de crioulos, que pode ser interpretada como indício de escravarias já antigas, nas quais teve lugar uma paulatina renovação de mão de obra via natalidade, apesar do ingresso de recém-chegados pelo tráfico. Nessas escravarias, a tendência teria sido a substituição da lógica demográfica baseada no desequilíbrio entre sexos, com maioria de homens adultos, pela lógica demográfica da família escrava, o que teria resultado num quase equilíbrio entre os sexos, ocasionado, em parte, pelos nascimentos no interior das propriedades (MATTOS, 1998). Florentino, tratando sobre a composição das escravarias, afirma:

> Entre os cativos do Brasil predominavam os adultos, poucos dos quais chegavam aos cinquenta anos de idade. O desequilíbrio entre os sexos variava segundo as flutuações do tráfico [...]. Obviamente, quanto mais tempo afastado do mercado de escravos estivesse um plantel, menos acentuados eram tais desequilíbrios: em fazendas que por vinte anos não compravam cativos, o equilíbrio entre os sexos era a norma, e as crianças podiam corresponder a 1/3 da escravaria; em estabelecimentos apartados do mercado há cinquenta anos, podem corresponder a quase metade de todos os cativos (2005, p. 210).

Estudos recentes têm demonstrado que os engenhos mais antigos apresentavam um menor desequilíbrio entre sexos e uma proporção expressiva de crianças, indicando a simpatia dos senhores com a reposição de parte da mão de obra por meio da natalidade (FARIA, 1998, p. 294).

Sobre a relação entre o tamanho da escravaria e o número de parentes

Como dito inicialmente, a posse de cativos em Vitória se caracterizou pela relativa simetria na sua distribuição entre pequenas, médias e grandes escravarias. Cabe agora verificar as consequências desse fenômeno sobre a constituição de arranjos familiares.

Entre 1800 e 1830, de 22,1 % a 41,2 % dos escravos arrolados em Vitória estavam unidos por laços de família primários. A frequência desses laços e sua recorrência temporal demonstram a sobrevivência das famílias e mesmo um crescimento das ligações de parentesco. Verificamos também uma oscilação no crescimento dos índices de parentesco independentemente do tamanho da escravaria.

Apesar do incremento do tráfico a partir de 1808, a tônica em Vitória foi um relativo equilíbrio entre os sexos no interior das pro-

priedades cativas, o que facilitaria a formação de núcleos familiares. Ao longo dos três períodos, o índice geral de aparentados praticamente dobrou de tamanho. Esses dados confirmam, primeiramente, estarmos diante de escravarias antigas, onde a lógica da família escrava já se consolidara. Eles sugerem também que, em Vitória, a aproximação do suposto fim do tráfico em 1830 desencadeou uma procura geral por mulheres, visando dessa forma à reposição natural de mão de obra cativa, implicando assim no relativo equilíbrio entre os sexos. A partir da Tabela 9 podemos observar quantos eram os indivíduos parentalmente vinculados nos intervalos de tempo que estamos analisando:

Tabela 9 – Taxas de cativos aparentados, por tamanho da escravaria, Vitória, 1800-1830

Tamanho da escravaria	1800-1809			1810-1819			1820-1830		
	1-9	10-19	20 ou +	1-9	10-19	20 ou +	1-9	10-19	20 ou +
Número de escravos	90	71	101	130	129	91	244	170	341
Total de escravos aparentados nas três faixas	58			108			311		
(%) Parentes de primeiro grau	29,4	12,0	58,6	32,5	37,0	30,5	26,4	21,5	52,1
(%) Total de parentes em primeiro grau	22,1			30,8			41,2		

Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1800-1830

É razoável apontar a existência de forte concentração de escravos aparentados nas propriedades com 20 ou mais cativos, numa proporção oscilando entre 30,5 % e 58,6 %. Para Florentino e Góes (1997, p. 95), essa concentração dos laços de família dentro das grandes escravarias constituía indicação da relação diretamente proporcional entre o tamanho da propriedade e o parentesco, esse último evento surgindo como elemento fundamental no estabelecimento da paz entre os cativos.

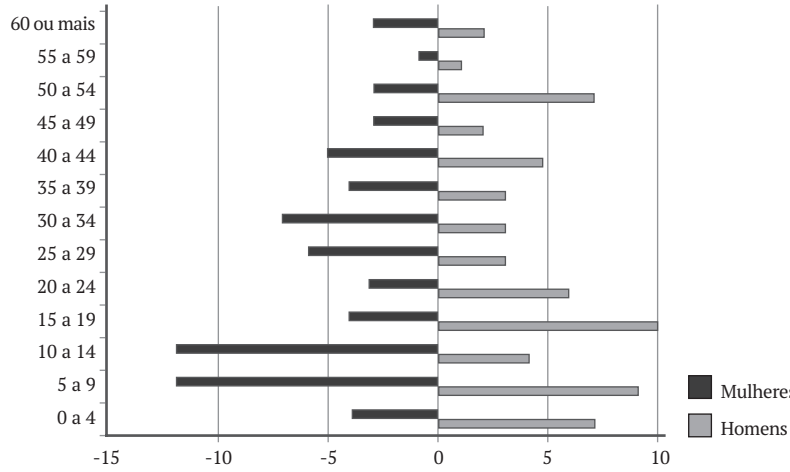
Nossos dados parecem fortalecer essa hipótese. De fato, é no interior das maiores escravarias de Vitória que localizamos o maior número de famílias nucleares, numa razão de 75 %. Esse dado reflete o fato de que, no interior dessas propriedades, encontravam-se maiores oportunidades de escolhas de parceiros, além de condições mais favoráveis à sobrevivência dos arranjos familiares ao longo do tempo, haja vista 54 % deles estarem unidos há mais de dez anos.

Um claro exemplo das relações aqui mencionadas é oferecido pela escravaria do Reverendo Torquato Martins de Araújo. O inventário, aberto no dia 21 de fevereiro de 1827, arrolava 129 escravos, dos quais apenas 11,6 %, angolas. Do total de cativos, 106 eram aparentados, distribuídos em 23 famílias nucleares. Surpreendentemente, 65 deles (61 %) eram filhos de 22 cativas. Trata-se de uma taxa de fecundidade[19] de 3,0 %, razoável, sob todos os aspectos, ao se considerar as condições de vida no cativeiro. Soma-se a esses dados o fato de que quase a metade da escravaria (49,6 %) era composta por nascidos no cativeiro onde viviam. Essa informação indica a reposição de mão de obra por meio do nascimento, confirmando a reprodução em cativeiro como alternativa possível de manutenção dos plantéis.

19 Nas línguas neolatinas, faz-se diferença conceitual entre *fertilidade* e *fecundidade*. Na área da demografia, portanto, *fertilidade* denota a "capacidade de gerar filhos", e *fecundidade*, a "efetiva frequência dos nascimentos" (HOUAISS; VILLAR, 2001).

A taxa de fecundidade das escravas do Reverendo Torquato, apesar de um pouco maior, coaduna-se com as verificadas, de maneira geral, nas escravarias inventariadas. Dos 611 cativos menores de 14 anos arrolados nos inventários ao longo de todo o período, 387 são filhos de escravas nascidos no cativeiro. Essas crianças, fruto de uniões entre cativos, representam 28,3 % do total de escravos inventariados em Vitória. São filhos de 149 mães cativas, unidas por diferentes arranjos familiares, e indicam uma taxa de fecundidade de 2,6 %. Vejamos a distribuição etário-sexual:

Gráfico 16 – Distribuição etário-sexual dos escravos de Torquato Martins de Araújo, 1827



Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1850-1871

Como é possível notar, não há grande desequilíbrio sexual, pois os homens respondem por 48,8 % dos cativos. As crianças até 14 anos representam 37,2 % do total e os velhos, 17,8 %. Na verdade, a maioria feminina, associada à pequena presença de africanos e ao grande número de crianças, parece indicar o afastamento do mercado de cativos. Com o objetivo de melhor esclarecer esses dados, vejamos a caracterização da propriedade citada.

Apesar de possuir engenhos de cana e algodão, o Reverendo Torquato tem uma propriedade bastante diversificada, incluindo trapiches, lojas, depósitos e escravos especializados. Nem todo trabalho demandado carecia de braços jovens ou masculinos, como o eito. Muitas mulheres (63,5 %) eram empregadas na tecelagem do fio de algodão, onde poderiam inclusive trabalhar com seus filhos por perto; outras, em trabalhos domésticos. Parte significativa dos escravos em idade entre 14 e 40 anos trabalhava nas fazendas. Desses, 17 eram homens com ofício e prestavam serviços na Vila, de casa em casa, nas lojas ou depósitos. Além disso, 8 desses escravos especializados haviam aprendido o ofício com seus pais; outros 3 cativos especializados, em vias de comprar suas alforrias, tinham como condição no testamento treinar, cada um, dois outros escravos, para que então gozassem sua liberdade. A idade dos filhos variava entre 0 e 25 anos, com a maior concentração na faixa de 0-14 anos. Há na fonte indícios de que a maior parte das crianças seja constituída por netos de africanos nascidos no cativeiro. Um indicativo concreto é que, entre as 5 angolas com mais de 50 anos, 3 eram avós e conviviam com seus filhos e netos.

Um exemplo dessa convivência é o da família cuja matriarca se chamava Maria Angola. Ela tinha 70 anos. Seu filho, o crioulo Gonçalo, era um carpinteiro de 42 anos, casado com Juliana, também crioula, de 35 anos. Eles eram pais de Bruno, 18 anos, Agostinho, 17 anos – ambos carpinteiros, como o pai –, além de Venâncio, de 8 anos, e Ingrácia, de 6. Um arranjo nuclear pautado na convivência intergeracional no mesmo cativeiro.

A descrição não deixa dúvida quanto à estabilidade da relação familiar. Gonçalo conviveu com sua mãe por toda a vida. A partir do casamento com Juliana, uma união de pelo menos 18 anos, Gonçalo e sua família passaram a viver juntos numa das casas cobertas de palha, num dos engenhos do Reverendo, localizado em Maruípe, a alguns quilômetros do núcleo urbano principal. Maria Angola não apenas

viu seu filho crescer, como também seus quatro netos, com oportunidade de dar continuidade à memória de seus ancestrais, ensinando ritos, histórias e recordações. Como lembra Russell-Wood (2001, p. 26):

> O transporte para o Novo Mundo destruiu as unidades familiares e separou as pessoas do mesmo grupo étnico [...], mas não destruiu a consciência de uma identificação com base na etnia e nos grupos de parentesco e família, ou em parentesco fictício, criado entre os companheiros de embarcação (malungos) nos navios negreiros. Eram esta consciência e esta memória coletiva que possibilitavam que as pessoas de descendência africana reconstituíssem sua identidade através da família e da etnicidade no Brasil, provendo um amortecedor contra os cruéis aspectos da instituição escravista.

A família escrava, certamente, não correspondia a um modelo africano específico, mesmo porque as sociedades africanas se apresentavam em formato tanto matrilinear quanto patrilinear, ainda que no interior de uma mesma região, refletindo uma pluralidade de variações e complexidades ligadas às formas reprodutivas e de parentesco (MEILLASSOUX, 1995).

A natureza e a composição do lar cativo dependiam da especificidade regional e temporal. Nos limites das possibilidades cotidianas, no entanto, a família cativa guardava sua antiga função de organizadora da autoidentidade e dos valores compartilhados. O exemplo de Maria Angola revela ainda a importância da mulher cativa como vínculo principal de construção do parentesco, bem como o papel das avós africanas, que, apesar de muitas vezes não aparecerem nas fontes, davam continuidade à memória de seus antepassados ao conviverem com seus netos.

Outro aspecto importante a ser ressaltado diz respeito à estratégia do crioulo Gonçalo, que, segundo o testamento, por ocasião da abertura do inventário, já havia pago metade de sua liberdade.

Por se tratar de escravo especializado, Gonçalo, possivelmente, trabalhava a ganho, o que lhe permitia angariar um pequeno pecúlio suficiente para adquirir metade de sua liberdade, o que não deve ter sido tarefa fácil, a julgar por sua idade, 42 anos, e seu valor, estimado em 190$600. Podemos imaginar que Gonçalo, carpinteiro experiente, uma vez que seu preço chega a ser 50 % maior do que o de outros escravos na mesma faixa etária, precisou de quantia maior que o usual para efetuar a compra.

Ao pagar por metade de sua liberdade, Gonçalo, porém, conseguiu garantir que uma porcentagem maior dos lucros obtidos com seu trabalho ficasse em sua posse, o que poderia significar a compra futura da liberdade de algum membro de sua família. Ao ensinar seu ofício aos filhos, capacitava-os a conseguirem também seu próprio pecúlio, com o qual poderiam sonhar com a liberdade. A nosso ver, o caso dessa família, em particular, corrobora a ideia de existência de certas estratégias por meio das quais os cativos buscaram garantir espaços de autonomia e resistência, apesar da escravidão.

Gostaríamos de chamar a atenção sobre o número significativo de cativos aparentados nas pequenas e médias escravarias. Nelas, entre 12 % e 37 % dos escravos possuem algum tipo de parentesco de primeiro grau. Cabe considerar que, se por um lado as escravarias com mais de 20 cativos respondiam por 75 % dos arranjos nucleares, por outro as pequenas e médias abrigavam 66,7 % dos arranjos formados por mãe e filhos. Esses dados parecem indicar a importância feminina na composição das famílias, reforçando a hipótese de ser "[...] sobre a mulher cativa e seus filhos crioulos [nascidos no Brasil] que se constrói a possibilidade da família escrava" (MATTOS, 1998, p. 126).

A paz – postulada por Florentino e Góes –, fruto dos laços de parentesco cativo, era igualmente fundamental nas menores escravarias. De acordo com tal compreensão, o casamento religioso afigurava-se conveniente aos escravos. O deus dos católicos não aprovava

a separação de casais, e, de fato, eram minoritárias as famílias cindidas quando da partilha de uma herança. A respeitabilidade conferida pelo sacramento católico ajudava a compreender a disposição com que os falantes bantos se puseram a frequentar e a ressignificar o culto católico. O casamento entre os cativos também era conveniente ao senhor: naquelas circunstâncias, os casais tinham menos motivos de queixa (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 177).

É possível, por certo, que a família escrava resultasse em algum tipo de renda política para senhores. Parece-nos, não obstante, que ela resultava mais propriamente em melhora nas condições de sobrevivência de seus membros dentro do cativeiro, sendo, antes de tudo, resultante da atuação dos escravos na busca pela construção de espaços de autonomia e de identidade social.

A existência de arranjos familiares entre cativos, portanto, indica que, apesar de terem o controle institucionalizado, muitas vezes, os senhores fizeram concessões a seus escravos, visando garantir, assim, a preservação de sua propriedade e da economia na qual se inseriam. Retomando Lígia Bellini (1988, p. 74), sobre esse aspecto particular da relação entre ambos os atores sociais em tela:

> Na convivência cotidiana, na micropolítica da vida diária, podemos observar escravo e senhor tendo freqüentemente que negociar entre si, enfrentar-se, fazer acordos, enfim criar espaços em que um e outro têm chance de exercer influências e pequenos poderes [...]. Trata-se na realidade, de jogos singulares de poder e sedução, favorecidos por situações que muitas vezes envolvem os corpos do senhor e do escravo.

As relações familiares por afinidade ou consanguinidade eram fatores constitutivos da vida cotidiana dos cativos, informando mais que o pertencimento a um grupo, as mediações e alianças que refletiam na construção de identidades coletivas.

Portanto, os padrões demográficos de Vitória entre 1800 e 1830 indicam a alta representatividade de crioulos, significativos índices de nascimentos no interior dos plantéis, forte presença feminina e o afastamento do mercado de cativos. Parece prudente, portanto, a hipótese de que estamos diante de escravarias já antigas, nas quais ocorreu uma paulatina renovação de mão de obra via natalidade, apesar do ingresso de recém-chegados pelo tráfico. Nas escravarias capixabas, apesar da vigência do tráfico até 1830, a tendência parece ter sido a substituição da lógica demográfica baseada no desequilíbrio entre sexos, com maioria de homens adultos, pela lógica demográfica da família escrava, o que teria resultado num quase equilíbrio entre os sexos, ocasionado, em parte, pelos nascimentos no interior das propriedades.

Capítulo 3. Vitória na lógica do Império brasileiro, 1850-1871

Amplamente discutida pela historiografia[20], a cena política da década de 1820 deu início ao processo de construção da nação brasileira, o que imprimiu novos rumos aos negócios públicos, dada a construção de espaços para o exercício da liberdade política. E, se num primeiro desdobramento, com a elevação do Brasil à condição de Reino Unido, o Estado brasileiro dava seus primeiros passos neste lado do Atlântico, o projeto separatista promoveu, num segundo momento, importante mudança de percurso, embora o projeto bra-

20 No período histórico em questão, a palavra "independência" indicava o poder da sociedade para elaborar as leis que deveriam estabelecer as relações políticas e mercantis entre os homens livres, diferenciando-se, portanto, da decisão de promover o rompimento com a Corte em Lisboa e com Portugal. Foi durante o movimento de lutas políticas, particularmente em 1822, que o vocábulo passou a ser sinônimo do rompimento com o Reino europeu. Cabe lembrar, igualmente, que também o termo "emancipação" adquiriu sentido preciso nessa época, pois, na interpretação de políticos e proprietários que deram sustentação ao governo joanino e posteriormente ao governo de D. Pedro, a América portuguesa encontrava-se "emancipada" do estatuto de colônia a partir da elevação a Reino, em 1815. Sobre essas questões, ver: Oliveira (1999, p. 197) e Lyra (1994, p. 149).

gantino, como berço lusitano, se afigurasse o veículo mais seguro na transição para a autonomia na América.

Não se pode negar, em vista desses fatos, as *permanências portuguesas* nesse processo. Mesmo a denominação *Império*, atribuída à nova entidade política que se emancipou em 1822, seria um legado da Ilustração Portuguesa, reciclado pela geração da independência. Efetivamente, o termo representava um daqueles muitos traços de *continuidade dentro da ruptura* que caracterizaram o processo de formação do Estado brasileiro no século XIX, tendo ajudado a conferir ao novo ente político um centro, o embrião de uma identidade (um nome) e um imaginário territorial (LYRA, 1994).

Nas primeiras décadas do Oitocentos, especialmente no período de consolidação da independência, poucos foram os membros da elite dirigente nacional que defenderam o fim do tráfico e a abolição da escravatura – a principal exceção tendo sido José Bonifácio de Andrada e Silva (SILVA, 1999). Para a maioria dos políticos e intelectuais da época, "a incorporação da modernidade da civilização europeia parava aí" (SALLES, 1996, p. 102).

Muito já se discutiu a respeito de na Europa, principalmente na Inglaterra, as relações sociais terem sido profundamente modificadas em decorrência da Revolução Industrial, enquanto a sociedade brasileira permaneceu estruturada em bases tradicionais e conservadoras, mesmo depois da independência (BLACKBURN, 2002). Conforme Pedro Calmon (2002, p. 5), a elite teria se encarregado de uma "intransigente defesa" da estrutura social herdada do período colonial. A economia continuava calcada na escravidão, uma instituição tão poderosa que, como dito, "colocar-se contra a sua existência, naquele momento, era praticamente inviabilizar a Nação" (SALLES, 1996, p. 88). Mesmo diante das pressões externas pela extinção do tráfico, os escravos eram considerados parte importante, senão essencial, da infraestrutura que amparava a economia do Brasil. A manutenção do tráfico era considerada "um mal inevitável, em

todo o caso diminuto, se comparado à miséria geral que a carência de mão de obra poderia produzir" (HOLANDA, 1995, p. 75).

Apesar de a maior parte da elite brasileira ter optado pela manutenção do *status quo* e a promoção apenas das mudanças estritamente necessárias, os embates com o governo inglês em relação ao tráfico de cativos seria tema constante no Brasil recém-emancipado. Ainda em 1810, havia sido firmado um Tratado de Aliança e Amizade, que estabelecia os princípios para uma futura abolição do tráfico. A Convenção Adicional, em 28 de julho de 1817, regulamentou o apresamento das embarcações que navegassem ao norte do Equador carregadas de africanos, e, entre outros itens, definiu comissões mistas anglo-portuguesas no Rio de Janeiro, em Serra Leoa e em Londres. As conversações prosseguiram até 1825, centradas na barganha envolvendo o reconhecimento da independência em troca de garantias seguras da abolição do tráfico. O reconhecimento viria ainda em 1825, seguido pelo tratado anglo-brasileiro de 13 de novembro de 1826, prevendo o fim definitivo do tráfico para dali a três anos, mantendo os termos da Convenção de 1817 (RODRIGUES, 2000, p. 98).

Resolvida a questão do reconhecimento, a principal preocupação da jovem nação foi a organização de um governo que mantivesse, ao mesmo tempo, a unidade territorial e a autonomia das províncias, já que a herança colonial era ausência de uma tradição de governo central e frouxos laços de união entre as antigas capitanias.[21] Comentando sobre o período, Campos (2003, p. 122) afirma:

> Assim, a monarquia e a unidade nacional foram tornadas sinônimos durante a Independência, mas restou a

21 Segundo José Murilo de Carvalho, a herança colonial pode ser resumida em três aspectos: uma fraca presença metropolitana, incapaz de exercer administração centralizada, recorrendo, então, à descentralização política e administrativa; um poder privado forte, mas oligárquico, centrado na grande propriedade da terra e na posse de escravos; a colônia consistia num ajuntamento frouxo de capitanias, para as quais o poder do vice-rei era pouco mais que nominal (CARVALHO, 1998).

> insatisfação das províncias prejudicadas por um governo centralizado no Rio de Janeiro, que conspirava contra as "liberdades" das elites regionais. O Primeiro Reinado foi identificado ao despotismo porque havia usurpado a autonomia das províncias em favor de um governo excessivamente centralizado. Na década de 1830, a Regência viu-se dominada por esse sentimento antiabsolutista. O governo central foi quase totalmente esvaziado de poder por meio de uma reforma da Constituição, que ficou conhecida como Ato Adicional.

Os debates em torno da questão do tráfico, entretanto, não deixaram a cena. Na verdade, durante a Regência, iniciada em 1831, o clima parecia propício à proibição do tráfico. Externamente, as perseguições inglesas aumentaram, enquanto, no plano interno, a situação política gerada pela abdicação de D. Pedro I, seguida pela ascensão de um ministério liberal favorável ao fim do tráfico, desmotivou os importadores por algum tempo, ao que se somou ainda a queda nos preços do algodão maranhense (RODRIGUES, 2000, p. 107).

O "período liberal", de 1831 a 1837, porém, não foi unânime na condução do problema do tráfico, pois a atividade paulatinamente retomou o seu nível anterior e até mesmo teve aumentado seu volume, apesar das duras penas previstas pela lei. É importante perceber que, para muitos parlamentares da época, tráfico e escravidão eram considerados assuntos distintos. Nesse sentido, esclarece Hebe Mattos (2000, p. 30-31):

> As imagens da escravidão podiam ser usadas com êxito nas lutas do liberalismo de elite ou popular, pois traziam em si uma efetividade cotidiana que ninguém parecia questionar. O combate político do liberalismo brasileiro das primeiras décadas da monarquia à instituição da escravidão se concentraria na luta contra o comércio negreiro e na denúncia do tráfico africano, tendo nas pressões dos escravos crioulos pelo acesso à alforria [...] sua contrapartida mais radical.

O fim do tráfico permaneceu como tema dos debates parlamentares até a década de 1850, mantendo-se como pendência entre as representações conservadoras e liberais e seus respectivos gabinetes. José Murilo de Carvalho ilustra com propriedade a postura dúbia prevalecente entre os membros da elite política nacional de então:

> O emprego público constituía a principal alternativa para os enjeitados do latifúndio escravista, mas, uma vez no governo, os funcionários e a elite em geral não podiam matar a galinha dos ovos de ouro que era a própria agricultura de exportação baseada no trabalho escravo, fonte da maior das rendas públicas (1996, p. 51).

Mas, no limiar dos anos de 1840, a pressão inglesa pelo cumprimento dos termos do tratado de 1826 e da proibição do comércio negreiro tornou urgente a reflexão sobre o tráfico e a garantia da integridade do território brasileiro. Como destaca Rodrigues:

> Até poucos anos antes, a necessidade de mão-de-obra era vista como alicerce do poder imperial e como garantia da continuidade da produção agrícola, e o tráfico era um elemento fundante da nação, justamente por prover essa mão-de-obra destinada a tocar a produção. Até os meados de 1840, os ingleses não haviam se convencido de que o tráfico era imprescindível para a produção brasileira [...] tornando-se cada vez mais insistentes para que a proibição fosse cumprida. Fazia-se urgente a avaliação sobre a necessidade concreta de se manter o tráfico de africanos e se ele dava, naquele momento, alguma garantia para a manutenção da soberania ou se, ao contrário, a ameaçava (2000, p. 114).

A sistemática recusa do governo brasileiro em assinar um novo tratado, nos moldes em que o governo britânico desejava, levou à promulgação unilateral da *Bill Aberdeen*, em 8 de agosto de 1845. Tratava-se de uma lei que autorizava o governo inglês a julgar os

navios brasileiros como piratas, em tribunais ingleses, quaisquer que fossem os locais onde ocorressem as capturas.[22]

O jovem Estado brasileiro, como visto, já nascera sob a pressão para suprimir o tráfico de escravos.[23] Até 1830, no entanto, o governo só fez resistir às pressões e poucas medidas efetivas puderam ser notadas. Entre 1839 e 1842, multiplicam-se as apreensões de navios negreiros, até que em 1850 a pressão externa torna-se insuportável. A propósito disso, esclarece Alencastro:

> Entranhado no Estado centralizado, difundido em todo território, na corte e nas províncias mais prósperas como nas mais remotas, o escravismo brasileiro ameaçava a estabilidade da monarquia e fazia o país perigar. E a elite imperial sabia disso: malgrado a ameaça das canhoneiras da marinha de guerra britânica, o Brasil será – até 1850 – o único país independente a praticar o tráfico negreiro, assimilado à pirataria e proibido pelos tratados internacionais e pelas próprias leis nacionais (1997, p. 29).

Assim, apesar de compactuar com o tráfico, o Estado Imperial tinha na interdição uma condição fundamental para legitimar sua autonomia política. Também há de se considerar que a manutenção do negócio lançava o Brasil dentro do grupo de "nações bárbaras", imagem de todo oposta à feição civilizada que o Império brasileiro sempre procurou transmitir. O tema, a rigor, não era de fácil assimilação no interior do país, profundamente dependente da escravidão. Entre os anos 1841 e 1850, 83 % do total de africanos transportados para as Américas viriam para o Brasil, 12 % para Cuba, sendo o restante dividido entre Porto Rico e Estados Unidos (ALENCASTRO, 1997, p. 502).

22 Sobre este tema ver, entre outros: Bethell (1976, p. 232-54); Beiguelman (1976, p. 64-72); e Verger (1987, p. 377-83).

23 A luta contra o tráfico iniciou-se em 1807, a partir do momento em que a Inglaterra proibiu o tráfico entre seus súditos e começou uma longa campanha para eliminá-lo em outros países sujeitos à sua influência.

Isso sem mencionar os lucros auferidos pelos traficantes, na medida em que a organização adquiria dimensões continentais.

Se, por um lado, as lutas políticas internas iniciadas nas Regências se esgotam em 1849, quando foi sufocada a Praieira[24], em Pernambuco, fechando o ciclo de revoltas do período anterior, por outro, a partir de 1850, foi preciso legislar sobre questões fundamentais, como o problema da estrutura agrária, o incentivo à imigração e, por fim, a espinhosa questão do tráfico de escravos.

Nesse ínterim, há que se destacar a Lei de Terras de 1850, apresentada pela primeira vez em 1843, tendo sido votada poucos dias após a interrupção do tráfico, visando organizar o país para o eventual término do trabalho escravo.[25] A centralização da Guarda buscava fortalecer a posição do governo perante os proprietários, cuja reação ao final do tráfico e à regulamentação da posse da terra teria sido negativa. Por fim, a publicação do Código Comercial, no mesmo ano, tinha como objeto regulamentar os novos negócios a serem criados no país com a liberação do capital empregado no tráfico negreiro.

Entrava em cena, também, uma política de atração de imigrantes europeus, em que pese o Brasil ter poucas condições, nesse contexto, de competir com outros países, sobretudo com os Estados Unidos, onde se ofereciam maiores facilidades na aquisição de terras

24 O movimento de contestação que, de fins de 1848 a princípios de 1849, agitou a Província de Pernambuco é conhecido pelo nome de Revolta ou Revolução "Praieira", em alusão ao jornal que, duma certa forma, inspirou os seus princípios — o "Diário Novo", situado à Rua da Praia, no Recife. Este movimento foi o último dos que, durante o longo período imperial, agitaram, se não todo o país, pelo menos muitas de suas províncias, como reflexo mais da situação social e econômica que simplesmente política (MARSON, 1987).

25 A história da Lei de Terras e da resistência dos grandes proprietários durou até o final do Império. Em suas formulações iniciais, pretendia-se, em primeiro lugar, expulsar os pequenos agricultores ligados à subsistência e, em segundo, impedir a aquisição de terras pelos futuros imigrantes (ALENCASTRO, 1997, p. 530). Para uma visão mais aprofundada, vide também Carvalho (1996).

e se dispunha de um sistema de transporte mais difundido, além da ausência da escravidão. A política de imigração no Brasil continuaria, mesmo sem grande sucesso, já que, com a entrada do governo no financiamento de imigrantes, não só o Império mudava sua imagem, como "branqueava-se" o país a partir da introdução de colonos suíços e alemães. Afinal, além do encerramento iminente da escravidão, difundira-se nos meios científicos o receio com relação às "raças mestiças" e até mesmo ao haitismo em uma nação de maioria escrava (SCHWARCZ, 1996).

A partir de 1850, a tranquilidade pública e a ordem social tornaram-se o objetivo central da reorganização das instituições políticas do Brasil. Se o nativismo da independência uniu, sob a denominação de "brasileiros", tanto brancos quanto afrodescendentes contra os portugueses, essa pretensa comunhão encontrou seu limite na consolidação da autonomia do Estado brasileiro, sob o pretexto do alastramento da "onda negra", representada pelo sucesso das revoltas escravas e da ação rebelde da população afrodescendente. Nesse contexto, a disciplina civil tornou-se alçada da repressão policial e a questão racial foi transformada em problema social.

> Às elites brasileiras, a repressão sem uma expressa conotação racial era a opção preferível, pois transformava a educação, a posição social e a profissão em elementos de diferenciação não apenas entre brancos e negros, mas também entre as próprias pessoas de cor (CAMPOS, 2003, p. 99).

De maneira geral, a década de 1850 estaria associada, sobretudo, à estabilidade financeira e ao momento de paz vigente no país. Segundo Lilia Schwarcz (1996), daí adviria ampla popularidade do monarca e do próprio Estado Imperial. Nesse momento, na política interna, pela primeira vez, o Imperador governava ao mesmo tempo com conservadores e liberais. Isto é, desde a morte de D. Pedro I, em 1831, que determinara a passagem da maior parte de seus partidários para as

fileiras dos monarquistas, chamados a partir de então de conservadores, dois grandes partidos constituintes revezaram-se no poder.[26]

Essa união durou apenas cinco anos, mas revelou não só as fragilidades dos dois partidos como também as potencialidades de intervenção de D. Pedro II. Segundo José Murilo de Carvalho,

> [...] na ausência de uma classe burguesa poderosa capaz ela própria de regular as relações sociais por meio de mecanismos do mercado, caberia ao Estado tomar a iniciativa de medidas para unificação de mercados, de destruição de privilégios feudais, de consolidação de um comando nacional, de protecionismo econômico (1996, p. 210).

Com efeito, a elite brasileira de então poderia ser caracterizada como "uma ilha de letrados num mar de analfabetos" (CARVALHO, 1996, p. 56). A educação afigurava-se, inclusive, marca distintiva dessa elite, em meio a um país no qual o recenseamento de 1872 mostrava que apenas 16 % da população era alfabetizada. Boa parte dessa elite optava pela formação jurídica, em Coimbra até a independência, e, depois, em duas províncias que contavam com formação em direito: São Paulo e Olinda, esta última faculdade transferida mais tarde para Recife (SCHWARCZ, 1993).

Cessado o tráfico, os fluxos do comércio externo brasileiro conheceram uma rápida e decisiva reorientação, em função do retorno das divisas obtidas nas vendas de produtos de exportação, até então reservadas para financiar a compra de africanos. Segundo Alencastro (1997, p. 37), o efeito sobre a balança comercial e a balança de

26 Os conservadores triunfaram nas eleições de 1836, governando de 1837 a 1840. Nesse último ano, a oposição liberal – que tomou a frente pela maioridade aliada a alguns conservadores – torna-se vitoriosa e permanece no poder até 1841. Mais uma vez, os conservadores, de 1841 a 1844; liberais, de 1844 a 1848; conservadores, de 1848 a 1853; e é em 1853 que se inaugura a "conciliação", misturando-se representantes dos dois partidos nacionais e marcando uma nova orientação na política imperial.

pagamentos do Império foi imediato. A extinção do tráfico também coincidiu com a alta do café nos mercados estrangeiros. Deficitário durante o período de 1840-1844, o comércio de café torna-se extremamente lucrativo a partir de 1845, com as vendas ampliando-se 23 % entre 1850 e 1851 (SCHWARCZ, 1996).

Outra consequência do fim do tráfico internacional foi o inexorável esgotamento da população escrava. Uma vez terminado o abastecimento de além-mar, a reposição dessa mão de obra estava comprometida e seu preço subiu rapidamente. Nas províncias do Sul – Rio de Janeiro (Vale do Paraíba) e São Paulo (região Oeste) –, a expansão do café exigia dos senhores maior quantidade de trabalhadores. Logo, o tráfico inter-regional de escravos tornou-se um grande negócio, tanto para quem vendia – pequenos proprietários em decadência – quanto para quem comprava – donos de grandes faixas de terras e escravarias, que precisavam de mais trabalhadores para aumentar a produção (COSTA, 1989, p. 91-98).

Não só o estoque se reduziu no período, como também a distribuição espacial da população escrava apresentou mudanças significativas, acompanhando a expansão da economia cafeeira. Martins comprova essa redistribuição espacial mostrando ter havido, entre 1854 e 1872, uma grande perda líquida da população escrava do Norte e do Nordeste e um ganho equivalente do Sudeste em função do tráfico interprovincial. No Sudeste, Minas Gerais teve a maior importação líquida, com 93.594 escravos, seguida de São Paulo, com 48.512, e do Rio de Janeiro, com 31.670. Nota-se a grande perda de escravos da região da Corte, -48.676, certamente para as áreas cafeeiras (MARTINS, 1973).

Tabela 10 – Brasil, população livre e escrava, 1854, 1872, 1887

Regiões / Províncias	Livre			Escrava		
	1854	1872	1887	1854	1872	1887
Norte	206.093	304.410	449.889	43.907	28.437	10.534
Nordeste	3.077.212	4.158.151	5.645.305	655.588	480.409	205.243
Minas Gerais	984.392	1.669.276	2.884.995	317.760	370.459	191.952
Espírito Santo	39.031	59.478	116.632	12.269	22.659	13.381
Rio de Janeiro	801.248	716.120	1.191.644	398.752	341.576	169.909
São Paulo	382.269	680.742	1.216.602	117.731	156.612	107.329
Paraná	54.187	116.162	232.337	18.213	10.560	3.513
Extremo Sul	229.249	551.840	1.102.676	77.051	82.775	13.369
Centro-Oeste	243.161	203.493	301.146	21.389	17.319	8.188
Brasil	6.016.842	8.459.672	13.141.226	1.662.660	1.510.806	723.418

Fonte: MARTINS, 1973; CONRAD, 1975

A economia cafeeira, especialmente na fase do plantio, requeria terra e escravos. As terras sempre estiveram disponíveis para as oligarquias, e, depois da chegada da Família Real no Brasil, D. João VI garantiu que as sesmarias fossem fartamente distribuídas entre os que apoiavam a Corte. Mas, na metade do século XIX, com a proibição do tráfico de escravos e com a necessidade emergente de se promover a imigração internacional, a questão da terra assumiu nova dimensão. A Lei de Terras, a abolição gradual da escravidão e a imigração internacional são faces de um mesmo processo: a transição para o trabalho livre no Brasil, com o menor custo possível para

as oligarquias, principalmente as ligadas ao café.[27]

A estratégia do governo imperial e das oligarquias, nesse processo, devido à grande disponibilidade de terras no país, era restringir ao máximo o acesso à propriedade (DEAN, 1977). A imigração internacional foi contemplada na Lei de Terras pelas vantagens concedidas à pequena propriedade, necessária à colonização europeia. De fato, o governo do Império já havia entregado às companhias de colonização grande parte das províncias do Sul.

Pensando ainda nas consequências do encerramento do tráfico, é válido lembrar que a vida cotidiana dos escravos foi violentamente atingida por essa nova conjuntura. Depois de 1850, houve uma quebra do "acordo" entre escravos e senhores elaborado no período anterior (MATTOS, 1998). Com o fim do fluxo de novos africanos[28] e a intensificação do tráfico interno, os escravos antes privilegiados – ladinos e crioulos – eram vendidos das propriedades onde trabalhavam, justamente quando esperavam ver recompensadas suas estratégias de aproximação com os senhores. As migrações forçadas de escravos através do tráfico interno tinham como destino, na maioria dos casos, as fazendas de café do Sudeste, onde eles

27 Segundo Hebe Mattos, na segunda metade do século XIX, os senhores passaram a operar com um fator jamais existente até então: a perspectiva do final do trabalho escravo – mesmo sem uma data fixada. Dessa forma, estariam se direcionando para "encaminhar de maneira mais segura as transformações do trabalho" (MATTOS, 1998, p. 210).

28 Sobre o tráfico de escravos para o Sudeste, Florentino e Góes (1997) defendem que, na primeira metade do século XIX, os senhores das fazendas do Sudeste tinham consciência das transformações que a compra de escravos poderia trazer na organização das senzalas. Dessa forma, fariam políticas de desintegração dos laços de solidariedade entre escravos, na construção ou não de famílias, desde que a paz social estivesse mantida. Para os autores, isso realmente ocorreu, tendo continuidade na intensificação do tráfico interno de escravos, depois de 1850. Já Slenes (1999) aponta para uma cultura africana de referências semelhantes no Sudeste, a partir da qual, pela rota do tráfico internacional, formou-se uma "consciência de comunidade coletiva" nas fazendas de café, onde várias revoltas escravas ocorreram, colocando em xeque a eficácia da política senhorial para manutenção da paz social.

passaram a ser tratados como verdadeiros estrangeiros.[29]

Menos expressivos após 1850, os pequenos e médios plantéis não deixariam de existir. Segundo Castro, a concentração social da propriedade cativa que caracteriza o período não afetou apenas os pequenos proprietários de escravos, mas também diretamente o dia a dia dos cativos desses pequenos e médios senhores, porquanto os escravos passaram a conviver com a possibilidade latente de serem vendidos para os sertões (ALENCASTRO, 1997, p. 345).

De 1850 a 1871, os senhores tinham no tráfico interno e na reprodução natural a esperança de perpetuação do regime, a qual se desvaneceria paulatinamente com a promulgação das primeiras leis de proteção ao escravo. Primeiro, a lei de 1869, que proibia a separação das famílias escravas por venda ou doação. Em seguida, em 1871, a chamada Lei do Ventre Livre, que, além de libertar de direito as crianças nascidas de ventre escravo, reconheceu aos cativos o direito à formação de pecúlio e à compra da liberdade, retirando dos senhores a administração da esperança de alforria com os "seus" cativos.[30] Por fim, a regulamentação, em 1872, do Fundo de Emancipação para a libertação dos escravos, concedia prioridade aos casais cujos membros pertencessem a diferentes senhores.[31] No conjunto,

29 Sidney Chalhoub (1990) trabalha com as intervenções dos escravos vindos das províncias do Norte, ainda nas casas de comissão, de negociações de compra e venda de escravos da Corte, para não irem às fazendas, pois assim ficaria mais difícil encontrarem familiares e mesmo a adaptação ao novo tipo de trabalho.

30 A lei, entretanto, permitia aos escravistas a utilização da mão de obra dos ingênuos até que esses últimos completassem 21 anos, como descreveu Nabuco: "Pela lei de 28 de setembro de 1871, a escravidão tem por limite a vida do escravo nascido na véspera da lei. Mas essas águas mesmas não estão ainda estagnadas, porque a fonte do nascimento não foi cortada, e todos os anos as mulheres escravas dão milhares de *escravos por vinte e um anos* aos seus senhores. Por uma ficção de direito, eles nascem *livres*, mas, de fato, valem por lei *aos oito anos de idade* 600$000, cada um. A escrava nascida a 27 de setembro de 1871 pode ser mãe em 1911 de um desses ingênuos, que assim ficaria em cativeiro provisório até 1932. Essa é a lei, e o período de escravidão que ela ainda permite" (NABUCO, 1999, p. 201, grifos no original).

31 Seguiam a ordem casais que tivessem filhos nascidos ingênuos e menores de

tais leis davam garantias aos cativos que impossibilitavam ao senhor o exercício irrestrito de sua autoridade sobre eles.[32]

Observa-se, pois, que o segundo quartel do Oitocentos uniu ainda mais política e escravidão, tornando o último tema recorrente nas arenas parlamentares do Império. O cativeiro pautava cotidianamente os debates parlamentares, partidários e até culturais no país. Sob pressão, a elite, econômica e política, adotava posições pragmáticas arrastando além do esperado pelas nações abolicionistas a escravidão, o que lhe conferiu autoridade para somente extirpar o trabalho forçado quando toda a América já o fizera.

De volta a Vitória: aspectos políticos e econômicos

Com proporções geográficas diminutas, Vitória parece não ter obedecido ao ritmo das transformações vividas por outras províncias à época. Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, "terra de vida quieta e de donatário, progredira vagarosamente". Enquanto o Rio de Janeiro vivia a ebulição das ideias liberais, o Espírito Santo, no dizer de Holanda,

---

8 anos; casais com filhos ingênuos menores de 21 anos; casais com filhos menores escravos; as mães com filhos menores escravos; os cônjuges sem filhos menores. Os demais cativos eram assim ordenados: mãe ou pai com filhos livres; os cativos entre 12 e 50 anos, começando pelos mais moços do sexo feminino, e pelos mais velhos do sexo masculino (a esse respeito, veja-se Graf, 1974, cap. 1).

32 Na verdade, tráfico e alforria constituíram faces de uma mesma moeda que garantiu a reprodução da legitimidade da sociedade escravista no Brasil. A prática da alforria tornou possível acomodar a autoridade senhorial (mesmo quando paga pelo próprio cativo, a alforria era sempre uma prerrogativa senhorial) e a pressão política possível da comunidade escrava mais enraizada, reforçando, em última instância, a legitimidade da escravidão. Essa pressão era, entretanto, limitada pelo espetáculo pedagógico da constante entrada de recém-chegados, vendidos como animais, estrangeiros ao mundo escravista, sem quaisquer direitos ou prerrogativas. Mas a extinção definitiva do tráfico atlântico de escravos, tolerado por quase trinta anos após a independência do país, configurou-se como o principal impedimento à reprodução social da escravidão no Brasil.

> [...] manteve-se em absoluta calma, e se não se definiu cedo no sentido de mudanças radicais na vida nacional, nem por isso deixou de contribuir para a galeria dos nomes que movimentaram a hora política na segunda década do século XIX. [...] A história da Província capixaba, nos dias que se seguem até o fim do Primeiro Império, não se apresentou rica em episódios. O processo de recuperação ou de incentivo ao desenvolvimento continuou lento (1995, p. 355).

As engrenagens sociais, em seu cotidiano, eram regidas pela produção e reprodução dos lugares sociais, por meio do estabelecimento de sociabilidades diversas, incluindo aí acordos, conflitos, relações de amizade, casamento, entre outros. Mesmo a instituição escravista acomodou-se a tais engrenagens. Na verdade, como destacou Engemann (2006, p. 34), uma vez inseridos na sociedade colonial, os cativos buscavam se manter vivos da melhor maneira possível dentro dela, cultivando bons laços sociais para facilitar a tarefa e optando entre as diversas possibilidades de ação que se desenhavam à sua frente, tema ao qual retornaremos adiante.

Assim, o período que se estende de 1830 a 1850 pode ser caracterizado como um interlúdio entre o início e a segunda metade do século XIX. Na vida política em particular, "ocorreram alguns fatos de medíocre importância, mas que denotaram a existência de certa fermentação, então a lavrar por todo o Império" (HOLANDA, 1995, p. 362).

No Espírito Santo, a penetração das adjacências do Rio Doce, menina dos olhos do projeto de interiorização iniciado em 1800 por Silva Pontes, ainda não havia logrado sucesso, decorridas então quase três décadas. A presença de botocudos dificultava o acesso e mesmo o povoamento da região. De quando em quando interrompiam a comunicação, atacavam colonos, ameaçavam os núcleos estabelecidos. Mesmo o regulamento de 28 de janeiro de 1824, visando à fixação *daquele gentio* em aldeias para incorporação aos quadros úteis da

Província, não produziu os efeitos imediatos esperados, novos conflitos ocorreram e o povoamento pretendido mantinha-se diminuto.

Ainda, com o objetivo de incentivar a navegação na região, o governo da Província constituíra a Sociedade de Agricultura, Comércio e Navegação do Rio Doce, em 1819, que recebeu oito sesmarias isentas de tributos por dez anos. Capitalistas ingleses participaram de tais favores a partir de 1825. Entre 1832 e 1835 foi novamente prorrogada a isenção, concedendo o Governo a João Diogo Sturz privilégio exclusivo para formar uma Companhia para navegação do Rio Doce (DAEMON, 1879).

Em 1832, foram desanexados da Província, pela lei de 31 de agosto, os municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, que, por muitos anos, pertenceram à Ouvidoria da Capitania do Espírito Santo.[33] Em 1833, sucede o assassinato do Capitão-mor Francisco Xavier Pinto Saraiva por indígenas:

> Foi assassinado em Benevente, no mês de fevereiro deste ano, o Capitão-mor Francisco Xavier Pinto Saraiva, por um grupo de mais de 100 homens, quase todos índios, que atacaram reunidos e arrombaram a casa, matando-o barbaramente, saqueando o que encontraram e depois retirando-se para Piúma, onde se conservaram armados. Em vista de participação feita, dos ofícios do Juiz Ordinário, datado de 22 de fevereiro, e do Juiz de Paz de 23 do mesmo mês, seguiu para ali o Ouvidor da comarca com um Oficial e 30 praças, a fim de se proceder na forma da lei contra os assassinos (DAEMON, 1879, p. 340).

No mesmo ano, a disputa entre *caramurus* e *peroás*[34] pela ima-

33 A situação de crise da Província agravou-se substancialmente quando, em 1821, os impostos de Campos dos Goytacazes e São João da Barra foram direcionados para a Junta da Real Fazenda do Rio de Janeiro.

34 "As festas na Igreja do Convento [de São Francisco] se faziam com entusiasmo e grandes dispêndios deram causa a que alguns da Irmandade de São Benedito do Rosário se incomodassem, tomando como acinte [...], chamando aos de São Francisco

gem de São Benedito, a qual, segundo Daemon (1879, p. 344), "[...] se tornara de uma grande devoção para os habitantes da província, tocando quase que ao fanatismo", agitou a Capital. A discórdia começou com o "furto" da imagem do altar da Igreja do Convento de São Francisco. Em razão da ausência dos escravos, José Barbeiro e Bento Cozinheiro, responsáveis pela guarda da imagem, alguns membros da Irmandade de São Benedito do Rosário, juntamente com os libertos Antônio Mota, africano, e Elias de Abreu, crioulo, aproveitaram para levar o Santo para a Capela de Nossa Senhora do Rosário. O episódio causou comoção e disputa entre os membros das referidas irmandades, arrastando consigo a pacata cidade.

Em 1835, foi criada com 100 soldados, além dos oficiais, a Companhia de Guarda Permanente, que chegou a ser dissolvida entre 1843 e 1848 devido a dificuldades financeiras. Adriana Campos (2003, p. 173), ao tratar a intolerância da camada senhorial com os escravos fugidos no Espírito Santo, afirma:

> Com base nesses eventos, quase sempre relatados pelas próprias autoridades coatoras, sustentou-se a necessidade de constituir-se uma força policial minimamente organizada e aparelhada, bem como a estruturação da Justiça, com seus Juízos, Jurados, julgamentos e processos dos criminosos. [...] os Presidentes de Província, apoiados pela Assembléia Legislativa, esforçaram-se por organizar a Polícia numa Província com índice de crimes [...] diminuto. Não foi fácil, entretanto, manter organizada uma força de

---

de provocadores e exaltados, apelidando-os de Caramurus ou Rusguentos, denominação com que naquela época se distinguia um dos partidos políticos do país, que hoje é denominado liberal [...]. Alguns irmãos de São Francisco, porém, despeitados, por isso que não entendendo o alcance da denominação tomavam pelo lado ridículo, visto que o Caramuru é peixe feio e da ordem das enguias, querendo repelir a alcunha ou epíteto apelidaram os do Rosário com o nome de Peroás, peixe que nesse tempo não tinha o menor valor, e que, quando algum por acaso aparecia na Banca, o atiravam fora como ruim" (DAEMON, 1879, p. 344-345).

> milícia permanente na Província, o que demandou reiterados apelos dos governantes por apoio nessa empreitada.

A agricultura progredia lentamente: cana, algodão, café, milho, arroz, feijão e mandioca eram os principais gêneros cultivados nas terras capixabas. A Província chegou mesmo a embarcar produtos para Montevidéu e Porto, entre os quais, aguardente, algodão em fios, arroz, açúcar e café, como informa o *Mapa da exportação para fora do Império* referente ao ano financeiro de 1839-40 (OLIVEIRA, 2008, p. 328). Mas, sem dúvida, o episódio de maior destaque ocorrido naquele tempo foi a Insurreição de Queimado[35], em 1849, pequeno distrito nos limites do município de Vitória, tendo como protagonistas escravos da região:

> A revolta teve início no dia 19 de março, quando se insurgiram os escravos das fazendas da freguesia de São José do Queimado, os quais enfrentaram, no dia seguinte, num lugar chamado Aruaba, a força de linha comandada pelo Alferes José Cesário Varela da França, coadjuvada por seis cidadãos (DAEMON, 1879, p. 376).

Ainda de acordo com a descrição de Daemon (1879, p. 377),

> [...] todos sustentando fogo contra os insurrecionados com o maior valor, deu em resultado muitos escravos se refugiarem nos sertões, por muito tempo esteve a força ali estacionada e os lavradores de Cariacica, Serra, Itapoca e Queimado se conservaram sempre armados. O pânico por este fato foi imenso em toda a população da província; daqueles insurgentes foram logo alguns capturados e outros posteriormente sofreram castigos nesta cidade, sendo também justiçados dois cabeças pelos crimes

35 Para maior detalhamento sobre a Insurreição de Queimado, vide Penha (2000, p. 61-124) e Holanda (1978, p. 363).

> que cometeram, entre eles Prego e João, tendo os outros três condenados à forca, um se suicidado e outros fugido da cadeia, dos quais não houve mais notícia alguma.

Como já exposto, os escravos constituíam-se peça fundamental no cotidiano capixaba, seja em momentos de tensão, envolvidos em revoltas, seja na rotina ordinária da vida social da Província, na condição de barbeiros, cozinheiros, comparsas de livres, membros de irmandades etc. Por ora, vale destacar que a sociedade capixaba, conforme estatísticas da época, possuía algo em torno de 60 % de sua população formada por afrodescendentes ou pessoas "de cor".

A imigração europeia, contudo, ganhou força a partir de 1850 em consequência da própria política nacional. Ainda no governo Rubim, chegou ao Espírito Santo a primeira leva de imigrantes, em 1813, formada por açorianos. Na década de 1830 foi a vez dos colonos suíços, enviados para a região do Itapemirim. Em 1847, aportaram os alemães, que se instalaram inicialmente na colônia de Santa Isabel e, dez anos depois, numa nova colônia em Santa Leopoldina. Os italianos viriam mais tarde, a partir de 1874. O fato é que, entre 1847 e 1890, a população da Província quase triplicou em virtude do ingresso de imigrantes (OLIVEIRA, 2008, p. 334).

A novidade do período, todavia, seria a paulatina substituição da tradicional economia açucareira pelas lavouras de café. O plantio do café no Brasil resultou da crescente demanda pelo produto por parte dos países europeus e dos Estados Unidos. Plantada inicialmente na periferia do Vale do Paraíba, a cultura cafeeira acabou se expandindo para terras capixabas graças, sobretudo, à grande disponibilidade de terras virgens e devolutas no Espírito Santo no início do século XIX. Gradualmente, o café se espalhou por boa parte da Província, em função dos preços mais elevados, do mercado certo e do menor dispêndio de capital em relação ao exigido para a alternativa existente, a fabricação do açúcar. Seria somente após 1850, contudo, que o grão passaria a responder pela maior parte da economia local. Como destacou o

Presidente Sebastião Machado Nunes, em 1854, "[...] a produção d'este gênero data de poucos anos, mas já constitui a principal renda da Província, e lhe promete um futuro lisonjeiro" (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Relatório..., 24 de maio de 1854). A esse respeito, assinalou a professora Vilma Almada (1984, p. 64):

> No centro da Província – capital e periferia – observa-se no período de 1852 a 1873, a substituição da cultura canavieira, bem como um avanço da cultura cafeeira em direção a outras áreas. Ao sul, nos vales do Itapemirim e Itabapoama, porém o processo foi muito mais agressivo. Ali o café não somente substituiu a antiga cultura, mas atuou principalmente como um poderoso atrativo econômico no processo de ocupação das matas virgens do interior da região. [...] Ao ocupar, pois de maneira desigual as diversas áreas da Província, o surto cafeeiro concorre para acentuar os contrastes inter-regionais quanto às relações de produção.

Esse, portanto, seria o novo cenário ao qual a escravidão capixaba viria a se adaptar. Se até 1830 o grosso da população cativa esteve concentrado na Capital, a partir da segunda metade do século XIX o eixo escravista irá se deslocar para o sul da Província, que, com o crescimento da produção cafeeira, tornar-se-á importante polo de atração de mão de obra. Lavradores e escravos contribuíram para transformar o sul do Espírito Santo de um imenso sertão inóspito e vazio na região cafeeira mais progressiva da Província. O quadro populacional como um todo foi alterado em função dessa nova dinâmica. A Capital sofreu contínua queda populacional. Em 1818, a cidade concentrava 67,3 % da população da Província; já em 1856, esse percentual decresce para 42,5 %; e, em 1872, para 35,1 % (ALMADA, 1984, p. 74). A questão da malha populacional capixaba será discutida adiante em capítulo próprio. Por ora, interessam-nos apenas os dados citados.

Conforme demonstrado por Vilma Almada, no intervalo de 1856 a 1872 as taxas de crescimento anual da população escrava da região

de Cachoeiro de Itapemirim, no sul do Espírito Santo, oscilaram entre 6,3 % e 9,7 %, ao passo que, para a população brasileira, a média do período situou-se em 1,4 % (ALMADA, 1984, p. 54). Na verdade, o entorno de Cachoeiro de Itapemirim passou a atrair fazendeiros fluminenses e mineiros, que, na conjuntura de expansão cafeeira do Vale do Paraíba, povoaram, juntamente com seus escravos, os sertões desabitados do sul do Espírito Santo.

Mas, enquanto a região do Itapemirim assistia a significativo crescimento econômico, a cidade de Vitória, aparentemente, continuava como local povoado pelo "[...] remanescente da antiga cultura da cana-de-açúcar, que procura no novo produto uma alternativa para a sua decadência econômica" (ALMADA, 1984, p. 55-56).

Tal situação não diferia daquela prevalecente em outros quadrantes do país. Como destacou Renato Leite Marcondes (2001, p. 8) sobre a expansão cafeeira, "[...] seu desenvolvimento não é, contudo, uniforme. A invasão dos cafezais e o enriquecimento demográfico não se processaram em todos os municípios com a mesma intensidade e a mesma coerência".

De acordo com Canabrava, em *A Grande Lavoura* (1997), a economia brasileira, a partir do século XIX, manteve como seus pilares a produção de gêneros alimentícios e de matérias-primas industriais. A principal mudança ocorreu com o florescimento de uma cultura que, em poucos anos, se alastrou do Rio de Janeiro para as demais províncias do país: o café. Já na década de 1830, o café assumiu a liderança das exportações brasileiras, o que se intensificou na segunda metade do século, período caracterizado pela extraordinária expansão do consumo e singular dinamismo das exportações. No Espírito Santo, porém, a expansão do cultivo foi tardia, coincidindo com o fim do tráfico escravo em 1850.

A partir deste ponto, interessa-nos compreender em que medida o novo cenário econômico do Espírito Santo afetou as escravarias de Vitória, os arranjos familiares e as redes parentais. Ainda

há de se considerar como elemento central dessa análise o fim do tráfico de africanos e a consequente expansão no comércio interno de escravos. Para tanto, procuraremos traçar o perfil das fortunas de Vitória, mapeando de que forma as escravarias da Capital foram atingidas pelo comércio doméstico de cativos e pelo novo eixo econômico da Província.

Para o período de 1850 a 1871, foram pesquisados 100 inventários e testamentos anexos, em que encontramos 1.135 cativos. Buscamos ainda subsídios nos relatórios apresentados pelos presidentes da Província e em pesquisas recentes que versam sobre o período.

O fim do tráfico e a posse cativa em Vitória

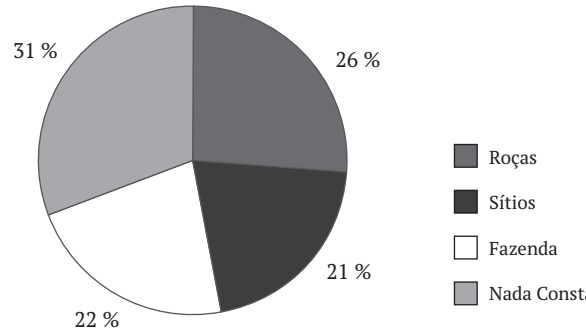
Como destacado, Vitória era o principal núcleo urbano e sede administrativa do Espírito Santo. Não se pode perder de vista, porém, que, entre 1850 e 1870, emergiu um novo polo econômico no sul da Província, a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, com sua exportação cafeeira escoada diretamente para o Rio de Janeiro através do Porto de Itapemirim, sem vínculos com Vitória.

Nos anos situados entre 1800 e 1830, a despeito da concentração de bens urbanos, estamos diante de um mundo marcado pela especificidade rural circundante e especializado na produção de alguns produtos básicos. Apesar de termos notícia do plantio de café em solo capixaba já em 1828, foi apenas a partir da segunda metade do século XIX que a lavoura cafeeira se avolumou, passando a coexistir na Capital e no seu entorno com as antigas plantações de alimentos: cana, algodão, milho, entre outros.

A agricultura absorvia então 56,7 % da população ativa, enquanto a indústria se assentava num artesanato voltado prioritariamente para o comércio local, destacando-se a produção de cal, aguardentes, velas, sabão, selas e baús (OLIVEIRA, 2008, p. 398).

Nossos inventários apontam para uma estrutura fundiária marcada pela presença de pequenas e médias propriedades agrícolas, as chamadas roças e sítios. Vejamos:

Gráfico 17 – Tipos de propriedades, Vitória, 1800-1871



Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1850-1871

Nesse sentido, parece pertinente retomar as reflexões de Hebe Mattos (2000) sobre a região de Capivary, localizada na Província do Rio de Janeiro. Sua análise parte da compreensão de que, apesar da existência de *plantations*, não se desenvolveram ali mecanismos suficientes para impossibilitar a existência das pequenas propriedades, tais como os sítios comerciais. Em tais propriedades, a posse de escravos, apesar de ínfima, surgia como possibilidade de diferenciação social. O trabalho escravo constituía-se na base da "riqueza rural", por isso possuí-lo convertia-se no fundamento básico de todo o processo de valorização agrícola.

Nara Saletto (1998, p. 56) também constatou essa peculiaridade das propriedades de Vitória e redondezas, destacando que, a partir da Lei de Terras de 1850, a concentração fundiária na região passou a ser fruto de uma prática especulativa, somada ao crescimento populacional da cidade, fazendo da terra uma importante reserva de

valor. Para os inventários pesquisados, e considerando a inflação e a variação do câmbio no período, realizamos a conversão dos valores apurados em réis para libras esterlinas, buscando, como assinalado anteriormente, uma ideia mais precisa das variações temporais da distribuição de riqueza (FRAGOSO, 1998, p. 47).

Num cenário semelhante ao que encontramos no início do século XIX, é possível observar, nas Tabelas 11 e 12, o número significativo de pequenas fortunas, apesar da alta concentração de riqueza. Ou seja, o padrão econômico de concentração de riqueza manteve-se, de maneira geral, ao longo do período, porquanto metade dos agentes sociais detinha algo em torno de uma décima parte da riqueza total, enquanto os 12 % mais ricos concentravam em suas mãos dois terços dela. O cenário de forte hierarquização continuou a regra, apesar de uma distribuição de renda menos desigual na segunda metade do século XIX.

Tabela 11 – Distribuição das fortunas em réis, Vitória, 1850-1871

Faixas	N° de inventariados	%	Total em réis	%
Até :200	2	2,0	278$000	0,2
:201 a 1:000	10	10,0	6:491$755	0,6
1:000$001 a 2:000	18	18,0	2:5067$381	2,5
2:000$001 a 10:000	50	50,0	265:172$765	26,5
10:000$001 a 50:000	17	17,0	371:152$767	37,2
Acima de 50:000	3	3,0	330:095$408	33,0
Total	100	100,0	998:258$076	100,0

Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1850-1871

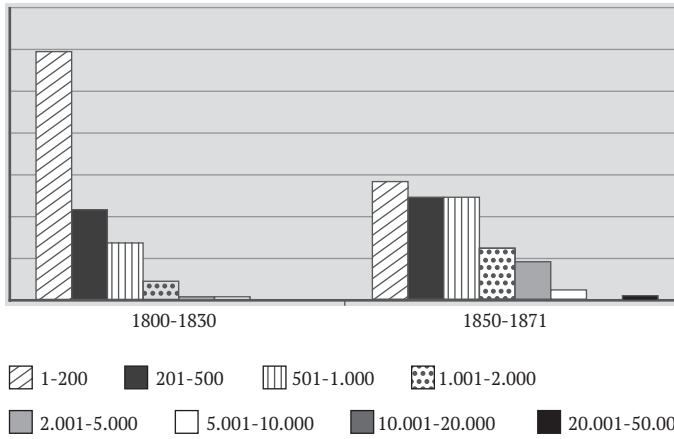
Tabela 12 – Distribuição das fortunas em libras esterlinas, Vitória, 1850-1871

Faixas	N° de inventariados	%	Total em Libras	%
1-200	29	29,0	3.200,82	2,9
201 -500	23	23,0	7.279,26	6,6
501- 1.000	24	24,0	18.443,18	16,7
1.001-2.000	12	12,0	15.829,33	14,4
2.001-5.000	9	9,0	29.065,04	26,4
5.001-10.000	2	2,0	14.445,63	13,2
10.001-20.000	1	1,0	21.834,57	19,8
20.001 - 50.000	0	0,0	0,00	0,0
Total	100	100,0	110.097,83	100,0

Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1850-1871

Nessa lógica, retornando as categorias propostas por Kátia Mattoso, percebe-se um maior número de fortunas ditas consolidadas, cujos montantes estão acima de 10:000$000 contos de réis. Elas totalizam, no período de 1850 a 1871, 20 inventários, concentrando 70,2 % do montante total da riqueza inventariada. Se rememorarmos as informações do período de 1800 a 1830, podemos notar indícios de uma estabilização da economia da Capital, com uma distribuição mais uniforme da riqueza pelas diversas camadas. Vejamos graficamente:

Gráfico 18 – Distribuição de fortunas em libras esterlinas, Vitória, 1800-1830/1850-1871



Fonte: Tabela 12

O cenário de relativa estabilidade na distribuição das fortunas parece confirmar a existência de propriedades cuja exploração foi se assentando ao longo do século XIX, o que pode também ser entendido como reflexo da própria economia brasileira, que, a partir da década de 1850, vivenciou um período de acentuadas modificações, até mesmo comerciais. Segundo Emília Viotti da Costa (1989), as transformações na economia mundial à época provocaram uma reavaliação da política da terra, e em diferentes países foram decretadas leis direcionadas a tal questão. No século XIX, a terra passou a ser incorporada à economia comercial, mudando a relação do proprietário com este bem.

A terra, nessa nova perspectiva, transformou-se numa valiosa mercadoria, capaz de fornecer lucro tanto por seu caráter específico quanto por sua capacidade de gerar outros bens. Procurava-se atribuir à terra um caráter mais comercial, e não apenas um *status* social, como era característico da economia dos engenhos coloniais. Esse assunto no Brasil seria alvo de inúmeros debates, pois o país herdara do período colonial uma situação extremamente confusa

sobre a propriedade dos bens de raiz, o que acarretou a criação da Lei 601 de 1850, chamada Lei de Terras (SILVA, 1996).

No caso de Vitória, percebemos um incremento das atividades econômicas a partir de 1850, bem como a inclusão da terra entre os valores inventariados. Dos 100 inventários analisados, 41 apresentam bens rurais: lavouras de cana, café, algodão, arroz, gado, engenhos de açúcar, casas na roça, entre outros, além de escravos que podiam ser utilizados tanto em atividades agrícolas quanto urbanas. Em 48 inventários existe menção também a prédios urbanos.

Interessa-nos agora investigar a origem econômica dessas fortunas. Seguindo a metodologia adotada para o período de 1800 a 1830, optamos por avaliar o peso dos bens na constituição das fortunas, buscando estabelecer um perfil da principal atividade econômica desenvolvida pelo inventariado. Com esse procedimento, constatamos que o primeiro fator determinante na constituição das fortunas continuava sendo a posse de escravos, cujos valores correspondiam a 53 % do montante bruto de riqueza dos inventários. Enquanto os bens rurais perfaziam 19 % do total, os prédios urbanos respondiam por 15 %. Vejamos os dados:

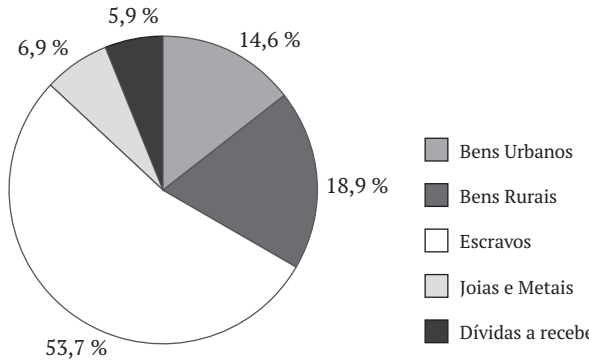
Tabela 13 – Composição das fortunas, Vitória, 1850-1871

Setor / Atividade	Montante	%
Bens urbanos	145:752$969	14,6
Bens rurais	188:815$134	18,9
Escravos	536:314$000	53,7
Joias e metais	68:607:00	6,9
Dívidas a receber	58:768:930	5,9
Montante bruto (em réis)	998:258$076	100,0

Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1850-1871

De forma geral, os dados apresentados confirmam a importância da posse de escravos na composição das fortunas capixabas, apesar do fim do tráfico em 1850. Já os bens rurais, incluída aqui a terra, ganham destaque sobre as atividades ligadas ao meio urbano.

Gráfico 19 – Participação de atividades e bens econômicos na composição das fortunas, Vitória, 1850-1871



Fonte: Tabela 13

Concorre ainda, para confirmação dessa assertiva, o fato de que apenas um inventário era fundado exclusivamente em um tipo de atividade. Em sua maioria, verificamos que as fortunas se baseavam, respectivamente, na posse de escravos, na propriedade rural e, por fim, na propriedade urbana.

Além de negócios diversificados, contavam os inventariados com empréstimos e prática de juros, aluguel de casas e escravos, além do comércio de secos e molhados. Vale lembrar que a maioria desses proprietários vivia na cidade ou nela mantinha casas à sua disposição, o que não os impedia de possuir investimentos significativos na produção agrícola. Tal cenário marcado pela diversidade econômica estava presente também na Bahia, segundo Mattoso (1982, p. 164-165):

> [...] até cerca de 1870, homens "vivendo de rendas" alugavam escravos qualificados para o serviço de pedreiro, latoeiro, carpinteiro ou pintor. Uma outra categoria sócio-profissional deve ainda reter nossa atenção: ao lado dos que vivem de rendas e parecem não trabalhar, existe um grupo de homens que exercem vários tipos de trabalho ao mesmo tempo.

Em geral, os registros pesquisados parecem amparar a hipótese da preferência local pela diversificação dos negócios agrícolas na forma de lavouras e plantações, em terrenos cuja posse, porém, na maioria das vezes, não se encontrava regulamentada em cartório por escritura pública. Poucos inventários mostravam investimentos agrícolas realizados em terras contíguas. Grande parte apresentava riquezas repartidas em terrenos vários, identificados muitas vezes como lavouras ou roças. Não se deve, consequentemente, interpretar essa agricultura de meação ou de roça como voltada apenas para subsistência, pois os gêneros produzidos incluíam café, algodão, mandioca, milho e feijão, além dos engenhos e engenhocas. Sobre o comércio de alimentos que animava a economia de abastecimento na colônia, explica Fragoso (1998, p. 119):

> [...] a sociedade colonial não se resumia a grandes senhores e escravos [...]. Isso insinua a existência, para além da *plantation*, de outras formas de organização do trabalho escravo [...]. Se considerarmos que esses regimes de produção podiam estar ligados ao abastecimento interno, temos um quadro em que o mercado colonial surge como o resultado da interação e reprodução de diversas formas de produção.

Acreditamos ser esse o contexto que caracterizou também o início da segunda metade do século XIX na região de Vitória. Antônio Carlos Jucá de Sampaio (1994, p. 172), analisando a região de Magé,

também dedicada ao mercado interno, argumenta que o investimento em escravos e em bens de raiz

> [...] estava ligado mais diretamente à própria manutenção do sistema agrário. Tendo em vista o caráter extensivo da agricultura brasileira nesse período [segunda metade do Oitocentos], os investimentos em escravos e terras apareciam sempre como os mais importantes nas fortunas.

Em Vitória não era diferente. As fontes indicam uma sociedade composta de indivíduos que, mesmo dispondo de recursos exíguos, investiam no frutífero comércio de alimentos e de exportação com mão de obra escrava. É o caso de José Luiz de Azevedo, dono de João, um angola de 35 anos, com quem, provavelmente, dividia o fabrico de cachaça, as roças de milho e algodão. Trata-se de um pequeno inventário, 621$980, com produção diminuta, mas bastante diversificada.

De maneira geral, apesar da extinção do tráfico de escravos em 1850, a historiografia brasileira tem destacado as preocupações da época com a alta concentração de africanos em algumas regiões. Robert Slenes calcula que, por volta de 1850, uma proporção de 90 % de africanos bantos não era incomum nas plantações cafeeiras, em rápida expansão no Rio de Janeiro e São Paulo. Estudos mais recentes sugerem que a potencialidade explosiva dessa situação não passava despercebida às autoridades e que, desse ponto de vista, a extinção do tráfico foi bem recebida pelas parcelas responsáveis pela segurança pública (CARVALHO, 1998; SCHWARTZ, 1988; REIS; SILVA, 1989; SLENES, 1992). Ainda assim, em Vitória, encontramos um cenário diverso do acima descrito. Na verdade, o tráfico negreiro pouco influenciou a composição das escravarias capixabas na primeira metade do século XIX, posto que Vitória era marcada por relativo afastamento do grande mercado importador de cativos do país.

Ao contrário da região do agro fluminense, onde africanos representavam praticamente a metade dos escravos arrolados, como

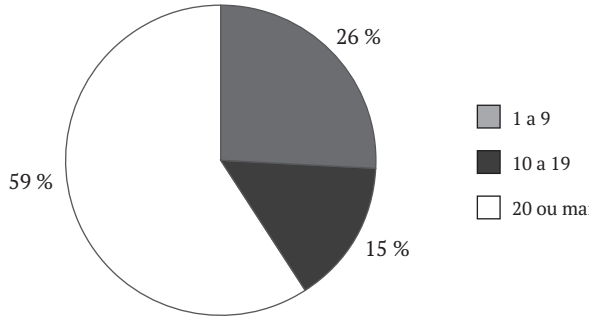
demonstrado por Manolo Florentino (1995), na região de Vitória os crioulos, que entre 1800 e 1830 já representavam 79 % dos cativos inventariados, respondiam por 96 % dos escravos entre 1850 e 1871.

Nesse sentido, é exemplar o inventário da viúva Francisca Isabel da Cunha. Aberto em 1851, totalizava 6:417$298. Tratava-se de uma proprietária de terras e de escravos. *Três quinhões de casa de sobrado nesta cidade*, somando 1:366$666, onde residia. *Quatro quinhões de terra*, somando 535$832, 22 cabeças de gado, lavouras de algodão, milho e, por fim, 33 escravos. Apenas 5 não possuíam menção a parentesco. Todos eram crioulos. Entre os aparentados, um mestre de obra, Jacinto, o escravo mais velho do plantel, com 70 anos, casado com Francisca, 60 anos, pais de Luciano, de 46 anos. Há entre os demais, dois pedreiros e três carpinteiros, além de quatro passadeiras e uma ama de leite. Com poucas dívidas, nenhum filho e um único sobrinho, aparentemente, o plantel de Francisca permaneceu unido, ao menos no momento da partilha. Apenas Luciano, filho de mestre Jacinto, foi doado para a Igreja Matriz, apesar de *rendido* de uma virilha.

Verificamos ainda que, entre 1850 e 1871, a maioria dos inventariados de Vitória possuía de 1 a 9 cativos (68 %), seguidos por uma pequena camada intermediária, com a propriedade de 10 a 19 escravos (13 %). Já as poucas escravarias superiores a 20 cativos respondiam por 9 % do total, enquanto os inventários sem escravos tiveram queda em comparação à primeira metade do século, representando no intervalo apenas 10 % dos inventários examinados.

Observando o Gráfico 20, percebemos que o fim do tráfico contribuiu para a concentração ainda maior de cativos nas mãos de grandes proprietários, os quais compreendiam 59 % do total, como, aliás, viria a ocorrer em todo o Brasil. Apesar disso, é significativo o papel desempenhado pelos proprietários com pequena ou média renda, já que eles correspondem a 81 % dos inventariados de nossa amostra.

Gráfico 20 – Distribuição de cativos segundo a estrutura de posse, Vitória, 1850-1871



Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1850-1871

É esse o caso de Joanna da Costa, de quem o inventário, aberto em 1850, nos dá conta de sua pobreza. O viúvo, Thomas de Mendonça, as filhas Maria e Alessandra, na ocasião já casadas, dividiram entre si um monte-mor de 764$380. Tratava-se de duas moradas de casa próximas ao Porto dos Padres, no coração da cidade. Uns parcos móveis, algumas joias de ouro, duas éguas, um tear, um engenho de fiar algodão e, por fim, uma escrava, Maria *crioulinha*, de quem nada sabemos além do preço estimado, 153$000.

Com um montante ainda menor, 496$000, faleceu Luisa Pinta da Conceição, também em 1850. Não possuía filhos. Ao que parece, esteve muito doente, pois em meio às dívidas listadas constava uma referente à aquisição de medicamentos, 35$740 devidos à Botica. Entre os poucos bens que amealhou juntamente com Joaquim Cardoso Rangel – um sítio em Campo Grande e outro em Maruípe, com plantações de arroz, mandioca e milho –, aparecia uma família de cinco escravos: João Angola, com 40 anos, casado com Maria, uma crioula de 32 anos, "doente que se mostra da cabeça", pais de João Pardo, de 12 anos, de Anna, com 7 anos e de um menino de apenas 7 meses, ainda não batizado – quase todos vendidos para

pagar a dívida de 377$420. Os escravos, avaliados em 444$000, foram arrematados, à exceção do inocente, que já havia sido vendido por 12$800, por José da Silva Vieira Rios, o maior entre os cinco credores do casal (257$900).

Em oposição a recursos tão escassos, o inventário do casal João Antonio de Morais e Luisa Maria de Jesus Sampaio, aberto em 1852, totalizava 18:229$640. Os herdeiros, três filhos – o tenente Francisco de Paula Morais, José Pereira de Sampaio e Maria Pereira de Sampaio –, receberam um sítio com plantação de café, terras com benfeitorias de campo, três casas na cidade, uma morada de casas de sobrado na Rua da Praia, que, sozinha, foi avaliada em 1:600$000, além de gado, lavouras de mandioca e cana, um engenho, três canoas e joias. Em acréscimo, 57 escravos, totalizando 13:681$200, dos quais apenas 4 de procedência africana, todos com mais de 50 anos. O parentesco foi declarado na descrição de 45 dos cativos. Por ocasião da partilha, nenhuma família foi desfeita, com exceção de Firmino – mulato, filho de Marmitiana, 42 anos, casada com um liberto, com quem teve a pequena Rosária. No inventário constam dívidas com seis credores, incluindo a Santa Casa de Misericórdia.

Acreditamos que os inventários acima descritos nos ajudam a conhecer melhor o mosaico de relações produtivas e sociais que marcaram o cotidiano capixaba da época. Refletindo sobre as características de Vitória ao longo do século XIX, podemos perceber tratar-se de uma sociedade escravista, não apenas por sua produção agrícola depender diretamente da maior presença de cativos, mas também por neles se materializar o maior acúmulo de riqueza. O predomínio da mão de obra cativa, a pequena quantia de numerário, a ausência de atividades industriais e a forte presença de uma rede de endividamentos apontam para um mercado restrito, com pequenas opções de investimento e uma frágil divisão social do trabalho. Esse era o contexto do Espírito Santo em todo o período – escravista, agrícola e provinciano.

Capítulo 4. Ainda sobre demografia, 1850-1871

Como exposto, o período que se estende de 1850 a 1871 mostrou-se decisivo para o sistema escravista brasileiro. O encerramento do tráfico internacional de escravos em 1850 e a Lei do Ventre Livre em 1871 foram acontecimentos inseridos num longo e gradativo processo de transição do sistema de trabalho do país, cujo corolário adviria com a abolição da escravatura.

Se até 1871 os senhores tinham no tráfico interno e na reprodução natural a esperança de perpetuação do regime, depois daquele ano a possibilidade de crescimento por meio da natalidade tornou-se inviável pelo Ventre Livre das escravas, mesmo permitindo a utilização da mão de obra dos ingênuos até que estes completassem 21 anos (NABUCO, 1999). Além dessa possibilidade, os senhores ainda podiam optar pela compra de escravos no mercado interno ou mesmo pela contratação de trabalhadores assalariados. O fato é que aquele que desejasse manter-se apegado ao uso coercitivo da mão de obra enfrentaria dificuldades crescentes.

Além disso, ocorre no período a promulgação das primeiras leis de proteção aos escravos: a lei de 1869, proibindo a separação de suas famílias por venda ou doação, bem como a regulamentação, em 1872, do Fundo de Emancipação para a libertação dos cativos. Como mencionado, tais medidas legais davam garantias aos escravos que impossibilitavam ao senhor a governabilidade indiscriminada deles.

O fim do tráfico de africanos provocou uma rearticulação do escravismo brasileiro, que, a partir de então, para continuar a existir teria que investir na reprodução natural ou intensificar o tráfico interno. Nesse contexto, a historiografia tem apontado as regiões desvinculadas da economia exportadora, a exemplo de Vitória, como fornecedoras de mão de obra, sobretudo após 1850 (SAMPAIO, 1994). Por isso, consequentemente, argumenta-se, haveria menor estabilidade entre as famílias escravas nessas regiões.

Buscaremos, a seguir, avaliar de que maneira essa conjuntura influenciou a demografia escrava em Vitória. Para tanto, utilizamos como base de informação as estimativas demográficas, o censo de 1872 e também os inventários *post mortem*. Por meio dessas fontes, procuramos estabelecer as principais variáveis demográficas e a estrutura de posse da população escrava em Vitória no século XIX.

Os censos

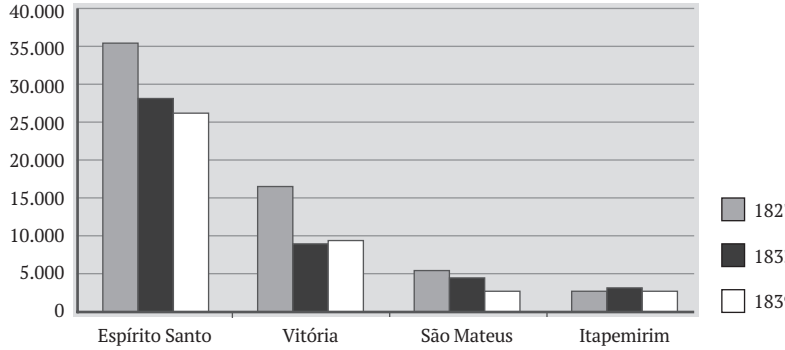
No censo de 1827, os escravos respondiam por mais da metade da população total de Vitória. O período que vai de 1830 a 1850, todavia, foi marcado pala gradual expansão do café, sobretudo no sul da Província, na região do Itapemirim. Adriana Campos (2003, p. 14), ao tratar desse processo, afirma:

> Na segunda metade do século, desenvolveu-se no sul capixaba uma vigorosa economia cafeeira como extensão do norte fluminense, mas a posição secundária da Provín-

> cia no Império não se alterou apesar da pujança dos vales do Itapemirim e do Itabapoana tomados pelas lavouras do café. Houve, todavia, desde a década de 1840, um forte incremento de braços cativos, sobretudo na nova fronteira cafeeira, fazendo saltar a população escrava do patamar de 13.188 indivíduos, em 1824, para 20.806, em 1876.

É provável que essa mudança no eixo econômico do Espírito Santo tenha acarretado alterações na malha populacional. A primeira referência sobre a população do período, no entanto, nos informa um significativo decréscimo geral. Tomando por base os dados apresentados, podemos perceber um decréscimo de 20,5 % na população total da Província entre 1827 e 1833 e uma nova queda de 7,4 % entre 1833 e 1839. Procurando nos relatórios do período, não encontramos dados que explicassem um decréscimo tão expressivo na população local. Há menções às febres intermitentes que se abateram sobre a Província no início da década de 1830; notícias sobre a cólera em algumas regiões do Rio Doce; uma seca sobre Vitória, Viana, Serra e arrabaldes entre 1833 e 1834; algumas parcas informações sobre uma onda de fome em 1835 em Nova Almeida (OLIVEIRA, 2008, p. 322; DAEMON, 1879; ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Relatórios de 1833 e de 1836). Nenhuma informação consistente, porém, capaz de explicar uma alteração de tamanho de tal porte na malha populacional. Vejamos:

Gráfico 21 – Distribuição populacional na Província do Espírito Santo



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Falla do Presidente Silva Coito, 1º de abril de 1839

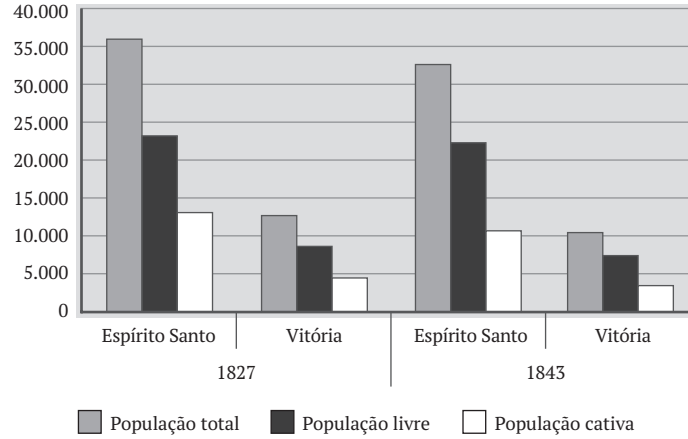
Na verdade, o próprio Presidente da Província, Silva Coito, não hesitou em declarar sua desconfiança acerca dos dados:

> Não posso dar inteiro crédito à maior parte dos mappas parciais enviados pelos Juízes de Paz; não hesito em afirmar que não houve esse decréscimo da população, que aparece; por quanto não deparo com razão alguma, que o justifique, antes inclino-me a acreditar que tem havido aumento principalmente desde 1833. Penso que ninguém se convencerá que huma Província Salubre, onde não tem reinado peste, ou febres mortíferas, nem donde conste que tenha havido emigração por motivo algum, apresente no espaço de doze annos huma diminuição de 9.273 habitantes! (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Falla..., 1 de abril de 1839, p. 7).

Apesar das incertezas quanto aos dados do Relatório de 1839, não podemos negar uma variação negativa da população da Província na década de 1830. Comparando o relatório de Accioli em 1827 com o censo apresentado em 1844 por José Francisco de Andrade e

Almeida Monjardim, acerca do ano de 1843, fica evidente o decréscimo, como mostra o Gráfico 22 a seguir:

Gráfico 22 – Mapa da população do Espírito Santo e Vitória, 1827 e 1843



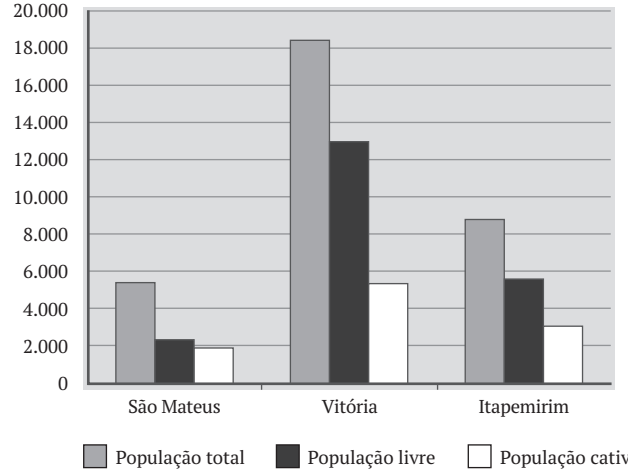
Fonte: ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Relatório..., 1845, p. 12

Analisando-se os dados acima, percebe-se um decréscimo geral de 8,8 % da população total da Província. Em Vitória, o índice é quase o dobro, já que entre 1827 e 1843 a população da cidade sofreu queda de 16,4 %. Observando por grupo, a população livre da Província teria sofrido uma queda de 2,5 %, enquanto a cativa registra um recuo de 19,8 %. Já em Vitória, os livres diminuíram 12,7 % e os escravos, 23,6 %. A fonte silencia novamente sobre as razões de tais números. Independentemente dos motivos, o fato é que já haviam ocorrido mudanças no perfil da população da Capital.

Em 1843, a população do Espírito Santo estava estimada em 32.720 almas, das quais 10.376 eram escravos. Vitória respondia por 56,3 % da população total e por 51,8 % dos escravos de toda a Província. Como é possível observar no gráfico abaixo, apesar de a Capital concentrar ainda o maior número de escravos, outras regiões

apresentam concentração crescente de cativos, como São Mateus, com sua economia baseada na produção de farinha de mandioca, e Itapemirim, especializada na produção de café.

Gráfico 23 – Estimativa populacional na Província do Espírito Santo, 1843



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Falla..., 1845

A próxima estimativa populacional só tem lugar em 1856. E, verdade seja dita, nos sucessivos relatórios encontramos reclamações sobre as dificuldades de oferecer informações no tocante à população local, acompanhadas de descrença a respeito da eficácia de qualquer levantamento.

Seja como for, em 1851 o governo imperial expediu um regulamento solicitando a organização de um censo geral do Império, juntamente com outro regulamento referente ao registro de nascimentos e óbitos. Ambos os dispositivos, contudo, viriam a ser revogados devido às alegadas "dificuldades na execução", segundo entendimento do então Presidente da Província José Bonifácio Nascentes D'Azambuja. Ainda no dito relatório, ponderando sobre as estatísticas duvidosas, comentou a mesma autoridade:

> Segundo informações dos vigários muitos recém-nascidos não são batizados, bem como muitos adultos são pagãos. Inclusive, muitos corpos são enterrados em cemitérios particulares. A falta de vigários constitui uma das causas deste fato (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Relatório..., 1845, p. 23).

Notícias sobre quilombos e escravos fugidos também são constantes nos documentos, além de menções a doenças como febres, *cólera-morbus* e varíola.[36] Ainda em 1854, as informações sobre a concentração populacional reafirmam que a Vila de Itapemirim e as cidades de São Mateus e Vitória eram as localidades mais populosas da Província (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Relatório..., 1855, p. 11).

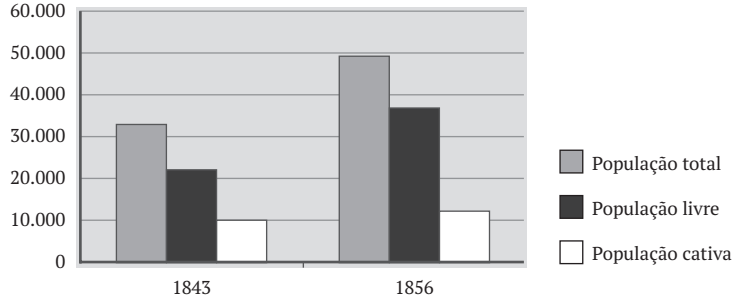
No relatório referente ao ano de 1856, apresentado pelo Vice-Presidente da Província, Barão de Itapemirim, encontramos o primeiro mapa estatístico da segunda metade do século XIX, em que é dito:

> Não insistirei sobre a necessidade de uma estatística porque bem a conheceis. À polícia pertence em virtude do regulamento de 31 de janeiro de 1842, fazer o arrolamento da população da província, e o chefe desta repartição tem se esforçado por obter os mais certos dados sobre o censo estatístico da província. Junto vos apresento o offício do Dr. Chefe de Polícia e o mappa geral da população do qual vereis que conta a província 49.092 habitantes sendo livres 36.823 e escravos 12.269. É este o trabalho mais perfeito que temos sobre este objeto (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Relatório..., 1857, p. 13).

36 O Relatório de 1852 comenta sobre "o excessivo terror que tem atingido a população devido às doenças, tem-se feito preces e procissões de penitência" (p. 16). Aparece igualmente o seguinte trecho: "A Guerrilha constitui um contingente da força policial que visa desmantelar quilombos, na presente data não tem correspondido ao fim de sua criação. Apenas 8 quilombos foram apreendidos, contudo consta que há muitos escravos escondidos nessas matas" (p. 12).

Segundo o mapa estatístico de 1856, verificamos uma recuperação do crescimento populacional da Província, estimado em cerca de 12 % comparativamente a 1843. Mesmo a população cativa, apesar de um crescimento menor, aumentou em torno de 11,5 %. Mais precisamente:

Gráfico 24 – Mapa da população da Província do Espírito Santo, 1843 e 1856



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Falla..., 1845; ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Relatório..., 1857

O relatório apresenta ainda considerações sobre a ausência de estatísticas populacionais desde 1843, e pondera:

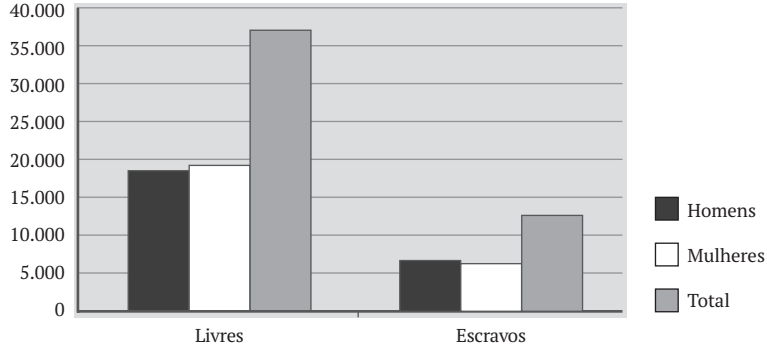
> Em abril de 1844 o Chefe de Polícia d'esta Província, fez o arrolamento da sua população correspondente do anno de 1843, e esse arrolamento, em que apenas vinham descriminados os sexos, e a condição, dava à Província uma população de 32.720 almas. Desde então não se fez nova estatística, para que se possa avaliar o progresso annual da população, vendo-se, que no espaço de 13 annos ella apresenta um augmento de 16.372 almas, acréscimo, que mostra a marcha regular, com que nesta província tem progredido a população. Não ignoro, que em princípio do anno próximo passado fez-se um cálculo da população da província, que orçou por 51:300 habitantes, mas esse cálculo não teve base segura (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Relatório..., 1857, p. 7).

Sobre a população cativa, o Presidente da Província esclarece ainda:

> [O] fim do tráfico dos africanos e boçais e a epidemia da *cólera-morbus* que dizimou a população escrava de nossos estabelecimentos rurais e do serviço doméstico nas cidades, aumentou a necessidade da colonização para suprir mão de obra e povoar. Entre os escravos o número de óbitos supera o de nascimento, e eles somente são aproveitáveis depois de muitos anos (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Relatório..., 1857, p. 21).

Apesar disso, observando os dados, podemos divisar o relativo equilíbrio entre os sexos na composição da escravidão capixaba, característica constante no século XIX:

Gráfico 25 – Mapa estatístico da população da Província do Espírito Santo, 1856



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Relatório..., 1857

A próxima referência à população da Província consta no relatório de 1862, do Presidente José Fernandes da Costa Pereira Jr., no qual menciona diversas críticas à forma como os dados eram apurados, acrescentando:

> No Brasil a estatística é um nome vão. Não lhe corresponde huma realidade eficaz e cuja influência sobre a marcha da administração e o governo do país podem ser facilmente apreciada. [...] entregue aos cuidados da polícia, que só tem para base de suas operações as listas de família, o censo da população realiza-se dificilmente e sem a necessária exactidão. Os chefes de família nunca indicam o número exacto de seus filhos ou escravos porque, a respeito dos primeiros falla o receio do recrutamento e dos segundos o do imposto, quer o que já existe por escravos que residam nas cidades, quer, para os lavradores, algum cuja criação preveem e temem (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Relatório..., 1862, p. 61).

Em meio às muitas dificuldades, o Presidente comenta que a Província é deveras pobre para que nela se organize o serviço da estatística com uma repartição especial:

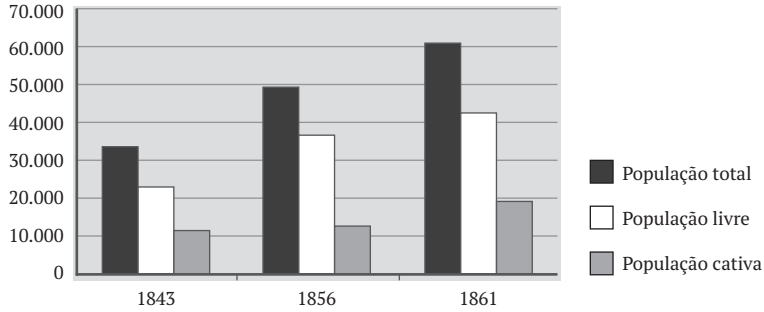
> Quando muito poderia consignar-se huma gratificação ao engenheiro por ela contratado para que fizesse um censo exato e além disso, nos diversos municípios, colhesse informações minuciosas e exatas a respeito do número de habitantes, indústria, propriedades territoriais, grau de instrução [...]. Apesar das exigências reiteradas do Dr. Chefe de polícia, muitas autoridades deixaram de enviar-lhe as informações necessárias para conhecer o computo da população (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Relatório..., 1862, p. 62).

Com base em dados fragmentados, portanto, o relatório indica uma população total de 60.702 habitantes, dos quais, cerca de 30 % de escravos, destacando ainda:

> O arrolamento que se procedeu em 1843 dava à província 32.720, o de 1856, 49.902, o de 1861, 60.702 habitantes, pois temos que a população quase duplicou no espaço de 17 anos e o que em parte é devido ao contingente da colonização e ao da emigração de lavradores de Minas e do Rio de Janeiro que se tem mudado, com suas famílias e escravos, para os [...] terrenos do Itapemirim, Itabapoana, Guarapary e Benevente (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Relatório..., 1862, p. 63).

De fato, observando os dados, percebemos um crescimento populacional de quase 100 %, inclusive em relação aos cativos, quando a comparação tem por base o ano de 1843. De 1856 para 1861 o crescimento foi estimado em torno de 20 % para livres, enquanto entre cativos o crescimento chega a 33,4 %. Vejamos graficamente a comparação proposta:

Gráfico 26 – Mapa da população da Província do Espírito Santo, 1843, 1856, 1861



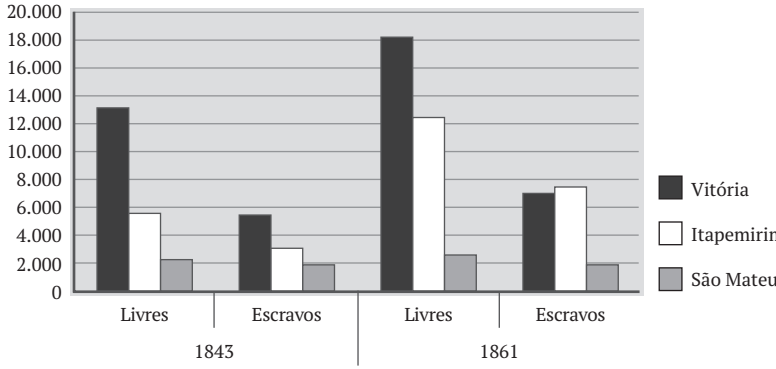
Fonte: ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Falla..., 1845; ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Relatório..., 1857; ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Relatório..., 1862

É importante realçar que os dados de 1856 e 1861 dizem respeito ao período após o fim do tráfico, quando, em tese, o acesso ao mercado cativo tornou-se mais restrito. Assim, é válido observar o

crescimento experimentado pelas comarcas da Província, sobretudo Itapemirim, onde o surto cafeeiro se caracterizou pela transferência de mineiros e fluminenses, juntamente com suas escravarias, na expansão da fronteira agrícola.

Como indica o Gráfico 27, a população cresceu de maneira desigual. Enquanto os livres de Vitória aumentavam 28 %, em Itapemirim o crescimento alcançou 54,2 % e em São Mateus chegou a apenas 10,6 %. Já entre cativos, os números são ainda mais interessantes. Em Vitória, seu crescimento registra 21,8 %, ao passo que em Itapemirim tem uma notável expansão de 58,5 %, enquanto São Mateus atinge modestos 2,2 %. A distribuição por comarcas está indicada a seguir:

Gráfico 27 – Estimativa do crescimento populacional, 1843 e 1861



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Falla..., 1845; ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Relatório..., 1857; ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Relatório..., 1862

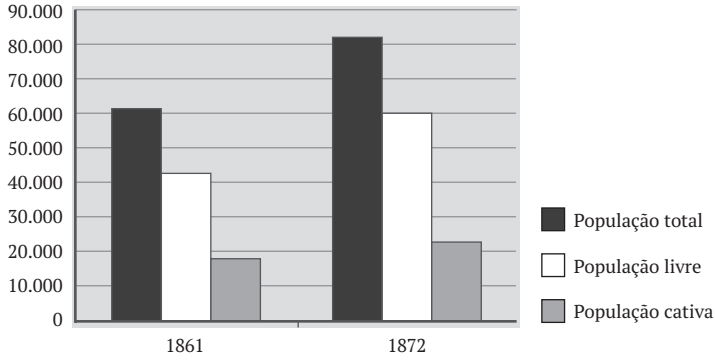
Vilma Almada (1984), comentando a mudança na malha populacional capixaba da época, explica que regiões como São Mateus, onde, apesar da tentativa inicial, não se implantou o cultivo do café, a população cresceu pouco, chegando mesmo a diminuir ao longo da segunda metade do século XIX. Esse, contudo, não era o caso da região do Itapemirim. Segundo Almada (1984, p. 64-66):

> Ao sul, nos vales do Itapemirim e Itabapoama, o processo foi muito agressivo. Cachoeiro do Itapemirim, de pequena povoação pertencente à vila de Itapemirim de 1852, torna-se freguesia em 1856 [...]. Com o café vinham escravos, pois os lavradores que se fixavam nas regiões cafeeiras do Espírito Santo, a exemplo de outras Províncias, não encontravam outra solução para seu problema de mão de obra. [...] de fato, na segunda metade do século XIX, apesar das dificuldades impostas pelo fim do tráfico, o surto cafeeiro amplia no Espírito Santo a instituição escravista [...].

O mesmo não ocorreu na região da Capital, onde o pequeno surto cafeeiro se caracterizou mais como substitutivo da cultura canavieira do que como criador de novas áreas de cultivo.

Já o censo de 1872 mostra um crescimento de 35 % na população total da Província do Espírito Santo em comparação a 1861. O grupo dos livres teve crescimento médio de 40,6 %, ao passo que a população cativa crescia em torno de 23 %. Os números absolutos podem ser apreendidos abaixo:

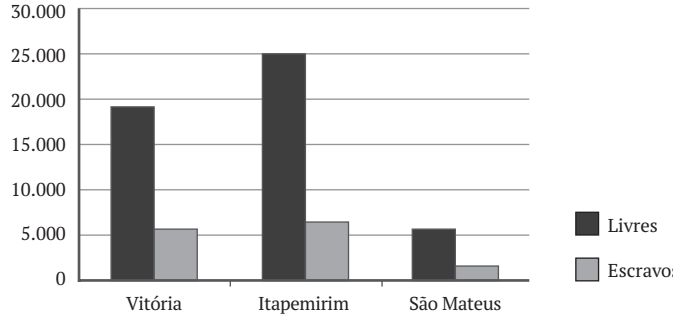
Gráfico 28 – Mapa da população da Província do Espírito Santo, 1861 e 1872



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Relatório..., 1857; ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Relatório..., 1862

É interessante perceber que a população cativa continuou a crescer, apesar do fim do tráfico em 1850. Vejamos a distribuição populacional por comarcas:

Gráfico 29 – Distribuição populacional, livres e escravos, 1872



Fonte: IBGE, Censo de 1872

Como é possível observar, Vitória já não detém a primazia populacional. Porém, preserva, em termos proporcionais, a maior concentração cativa da Província. Apesar do avanço cafeeiro na região de Itapemirim, não possuímos informação sobre rotas de vendas de cativos da região da Capital para o interior. Buscaremos, a seguir, caracterizar essa população cativa a partir dos inventários do período.

A demografia escrava nos inventários post mortem

Revisando os mapas populacionais do Espírito Santo, podemos perceber que, apesar da queda paulatina do número de escravos, eles representavam parcela significativa da população da Província, em torno de 51,8 % no início da década de 1850, percentual que declinaria a 28 % no censo de 1872. Aliás, se escravos eram bens obrigatórios para os mais ricos, também o eram para os menos abastados. Uma

rápida olhada nos inventários do período permite observar a pulverização da propriedade cativa em todos os níveis de riqueza. Somente um em cada dez inventariados não possuía algum cativo. Entre os inventários com montes-mores inferiores a um conto, apenas 2,7 % não relacionavam a posse de escravos entre os bens descritos.

Os dados levantados nos inventários de Vitória revelam a distribuição da escravaria por diversas frações sociais, indicando uma alta taxa de distribuição da propriedade cativa. Essa, sem dúvida, constitui-se informação deveras interessante se considerarmos a escassez de mão de obra cativa que caracterizou a segunda metade do século XIX. Inspecionando os números, podemos perceber que metade dos proprietários possuíam entre 1 e 5 escravos. Já entre os cativos, 41 % viviam em pequenos e médios plantéis, enquanto 59 % pertenciam a propriedades com mais de 20 escravos. A Tabela 14 permite visualizar a distribuição dos cativos entre os diferentes tamanhos de escravarias:

Tabela 14 – Variação da estrutura de posse de escravos, Vitória, 1850-1871

Tamanho da escravaria	Número de proprietários	%	Número de escravos	%
1	11	12,2	11	1,0
2	8	8,9	16	1,4
3	9	10,0	27	2,4
4	9	10,0	36	3,2
5	8	8,9	40	3,5
6 a 9	23	25,6	163	14,4
10 a 14	9	10,0	100	8,8
15 a 19	4	4,4	72	6,3
20 e acima	9	10,0	670	59,0
Total	90	100,0	1.135	100,0

Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1850-1871

Como já comentamos, essa estrutura de posse é comum em regiões voltadas para a produção de alimentos, onde a maioria dos escravos vivia em pequenos e médios plantéis – até 20 escravos –, enquanto os proprietários possuíam majoritariamente de 1 a 5 cativos. A propriedade escrava em Vitória estava distribuída em amplos setores da sociedade local, não importando a extensão do patrimônio individual. No fim das contas, a quase totalidade dos inventariados tinha ao menos 1 escravo. É interessante observar, inclusive, que o número de inventários sem cativos declinou da primeira para a segunda metade do século XIX. Entre 1800 e 1830, 15,9 % dos inventariados não possuíam cativos, ao passo que entre 1850 e 1871 esse percentual caiu para 10 %.

Como já assinalado, o período em tela foi marcado pela reestruturação do regime escravista em nosso país. A partir de 1850, estava proibida a entrada de africanos no Brasil, e a continuidade da escravidão aqui teria, necessariamente, que passar por reformulações. Em Vitória, não podemos creditar aos africanos grande importância na manutenção da escravidão local no período anterior a 1850. Reforçamos essa hipótese quando comparamos nossos dados com os calculados por João Fragoso e Manolo Florentino (1998, p. 159), que, estudando Paraíba do Sul, uma região de *plantations* na Província do Rio de Janeiro, estimaram em 64,5 % a cota da população escrava formada por africanos no período 1850-1854.

Dez anos mais tarde, essa porcentagem mantinha-se elevada (42,2 %) e, no período 1865-1869, eles representavam ainda 32,6 % da população cativa total. Já para Vitória, entre 1850 e 1871, encontramos um índice muito diferente – apenas 3,9 % do total de escravos inventariados eram de procedência africana. Até 1830, os africanos representaram quase 20 % da população escrava inventariada na região, o que já era pequeno em comparação ao Sudeste, e após essa data declinou ainda mais.

Em Magé, por exemplo, a presença africana caiu de 50,2 % para 10,0 % entre 1856 e 1872. Antônio Carlos Jucá de Sampaio (1994, p. 148), analisando o fenômeno, explica:

> Essa "crioulização" da população escrava, embora seja um processo recorrente em todas as regiões brasileiras após 1850, dificilmente ganhava contornos tão radicais. [...] As razões para tal discrepância parecem estar no tráfico interno e em regimes demográficos distintos. Em Magé, a venda de escravos do sexo masculino para outras regiões [...] significava igualmente a venda, em grande parte, de africanos, uma vez que a maioria da população masculina tinha essa origem. [...] A influência do regime demográfico em cada população é ainda mais clara. Ao basear seu crescimento na reprodução natural, a população escrava de Magé via crescer, a cada momento, a proporção de crioulos.

Em Mariana, a situação também se apresentava semelhante, segundo Heloísa Teixeira: "Os crioulos – maioria absoluta – perfaziam, nas duas primeiras décadas (1850 e 1860), pouco mais de 60 % e, nas duas últimas (1870 e 1880), respectivamente, 80 % e 82,7 %"; enquanto, de outra parte, complementa a autora, "a participação de africanos, como esperado, mostrava-se em queda com o passar do tempo: na década de 1850, eram 15,1 % dos escravos e, na de 1880, apenas 4,1 %" (TEIXEIRA, 2001, p. 65).

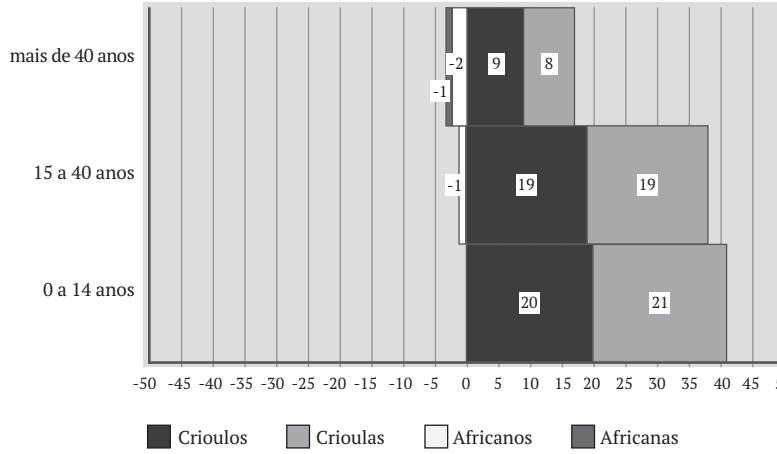
Ainda assim, o percentual de africanos tanto em Magé quanto em Mariana é maior que o encontrado em Vitória. No caso capixaba, a "crioulização" data ainda da primeira metade do século XIX. Não parece absurdo afirmar que a aposta para a sobrevivência da escravidão em Vitória repousou na reprodução natural desde pelo menos o final do século XVIII. Conforme verificou Adriana Campos para o período de 1790 a 1815:

> Observe-se que a importação dos africanos ocorria na fase adulta e produtiva, entre 15 e 45 anos, suplementando as escravarias, principalmente, de elementos masculinos. Isso porque, dentre os crioulos nascidos na Capitania, embora se verificasse um pouco mais de jovens de sexo masculino até 15 anos, na faixa etária subseqüente (15-46 anos) encontravam-se 212 mulheres e 196 homens. A entrada de africanos, portanto, destinava-se exatamente a reparar essa deficiência de escravos varões em idade produtiva nas escravarias do Espírito Santo, conformando-as ao quadro predominante no Brasil. Alcançava-se, desse modo, uma taxa de masculinidade, na idade produtiva dos cativos (15 a 46 anos), proporcional às demais faixas etárias (CAMPOS, 2006, p. 589).

De maneira geral, constatamos que a queda no número de africanos coincide com o aumento no equilíbrio sexual dentro das propriedades. Afinal, com a reduzida entrada de estrangeiros, a tendência era, de fato, o crescimento endógeno, como verificado ainda na primeira metade do século XIX. Com isso, o relativo equilíbrio entre os sexos permitia que a maioria dos homens e mulheres tivesse a chance, pelo menos em termos numéricos, de encontrar parceiros estáveis.

Dividindo a população segundo sexo e faixa etária, encontramos 41 % dos escravos com idades variando entre 0 e 14 anos, 39 % entre 15 e 40 anos, e o menor índice entre os indivíduos com mais de 40 anos, ou seja, 20 %. A distribuição etário-sexual, expressa na pirâmide abaixo, nos permite vislumbrar uma escravaria em franco processo de crescimento vegetativo. As marcas das compras passadas são pouco perceptíveis, deduzidas apenas aqui e acolá em mínimas diferenças no lado masculino. É o que ocorre com as coortes de 15 a 40 anos e acima de 40 anos. Se realmente representam compras passadas, o peso foi pequeno em comparação ao crescimento endógeno. Além disso, é claramente visível a dilatação da base, indicador de reprodução endógena.

Gráfico 30 – Demografia escrava em Vitória, 1850-1871 (por cem)



Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1850-1871

Déborah Reis (2005, p. 8), estudando a região de Araxá, em Minas Gerais, no mesmo período, verificou igualmente uma queda na participação de africanos na população escrava local, a despeito da importância do tráfico para a região. Em suas palavras:

> De fato, parece-nos bastante clara a relação existente entre a razão de sexo dos cativos nos distintos anos e a composição dessa escravaria segundo a origem: na medida em que declina a participação do elemento africano, majoritariamente masculino, as razões de sexo tendem a diminuir. [...] Percebemos a quase ausência de escravos africanos de até 14 anos nos inventários: o escravinho africano mais novo encontrado em nossa amostra foi Francisco Benguela de 10 anos de idade.

Em Vitória, no intervalo em questão, não encontramos sequer um escravo africano com menos de 14 anos. Não é por acaso que os poucos africanos existentes estivessem, em sua maior parte, entre

os cativos com mais de 40 anos, reflexo direto do distanciamento local dos grandes mercados de escravos, como também da supressão do tráfico. Como destacou Engemann (2003, p. 11):

> Se o tempo é fator fundamental para que as alianças possam se multiplicar, um nível populacional estável também o é. Muito embora, o que podemos estar considerando como indivíduos isolados podem ser, na verdade, parentela de outro lugar. A possibilidade de que isso aconteça não é desprezível. [...] De qualquer modo, não fere a lógica pensar que além de um tempo necessário para que um conjunto de escravos possa se tornar um conjunto de famílias e daí, finalmente, uma comunidade, haja necessidade de um *quantum* mínimo de população estável através do tempo para que isso aconteça.

Foi visto que a posse de cativos em Vitória se caracterizava pela relativa simetria na distribuição dos cativos entre pequenas, médias e grandes escravarias. Cabe agora verificar os efeitos dessa tendência sobre a constituição dos núcleos familiares. Entre 1850 e 1871, 65,2 % dos escravos arrolados em Vitória estavam unidos por laços de família primários.

A frequência desses laços e sua recorrência temporal demonstram uma sobrevivência das famílias e mesmo um crescimento dos laços de parentesco. Verificamos também uma oscilação no crescimento dos índices de parentesco, dependendo do tamanho da escravaria. Foi possível identificar uma forte concentração de escravos aparentados nas propriedades com 20 ou mais cativos, na razão de 52,4 %. Para Florentino e Góes (1997, p. 95), esse traço peculiar dos laços de família dentro das grandes escravarias constitui mais uma indicação da relação diretamente proporcional entre o tamanho da propriedade e o parentesco. Os dados levantados na presente pesquisa fortalecem essa hipótese. Por intermédio da Tabela 15, podemos observar o número de indivíduos parentalmente vinculados no intervalo de tempo sob análise:

Tabela 15 – Variação das taxas dos cativos aparentados por tamanho da escravaria, Vitória, 1850-1871

Tamanho da escravaria	1-9	10-19	20 e acima
Número de escravos	293	172	670
Total de escravos aparentados nas três faixas	740		
(%) Parentes de primeiro grau	35,9	25,9	82,4
(%) Total de parentes em primeiro grau	65,2		

Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1850-1871

É no interior das maiores escravarias, com efeito, que localizamos o maior número de famílias nucleares, numa proporção de 77,5 %. Isso porque nessas propriedades se dispõem de maiores oportunidades de escolha de parceiros, além de condições mais favoráveis à sobrevivência dos arranjos familiares ao longo do tempo. A julgar pela idade dos filhos, 72 % das famílias estavam unidas há mais de 10 anos. Mas é também significativo o número de cativos aparentados nas pequenas e médias escravarias, 35,9 % e 25,9 %, respectivamente.

Num cenário marcado tão profundamente pela presença crioula e pelo afastamento do mercado de cativos, parece-nos pertinente observar com mais acuidade a composição dessas escravarias e laços parentais. Com esse propósito em vista, a partir deste ponto buscaremos reconstituir a população escrava em alguns plantéis locais, visando indicar eventuais configurações dos padrões de organização familiar considerando o grau de afastamento do mercado de cativos. Sendo assim, optamos pela adoção do estudo de caso, pois, do ponto de vista metodológico, temos a convicção de que a redução da escala da observação e a atenção ao singular poderão revelar aspectos nem sempre capturáveis em estudos de caráter macro ou com dados agregados (FLORENTINO; MACHADO, 1998, p. 4-5). Com a finalidade então de visualizar a composição dos plantéis, utilizaremos as

pirâmides etário-sexuais. Carlos Engemann (2003, p. 11), autor que lançou mão amplamente desse recurso, explica:

> Sendo possível construir uma estrutura etária-sexual será de grande valia para a captura do perfil não apenas do grupo majoritário, mas da população como um todo, e um todo orgânico. Em geral, utiliza-se um gráfico para expressar o peso relativo de cada uma das faixas etárias em ambos os sexos, de tal modo que a partir da origem, temos um lado masculino (esquerda) e um feminino (direita). Seu formato é, no mais das vezes, piramidal, daí o nome: pirâmide etário-sexual. Esse método será extremamente útil para analisar as escravarias que temos em mãos.

Para tal, priorizamos a utilização de listagens de escravos constantes de inventários *post mortem* escolhidos em função de sua grande acuidade no que tange às informações de natureza demográfica. Acreditamos que as formas de organização familiar descritas nos inventários, ainda que não correspondam à totalidade da realidade sócio-parental experimentada pelos escravos, nos indicam um conjunto com relações bastante sedimentadas entre si.

Algumas histórias: a demografia escrava em grandes plantéis

Como demonstrado anteriormente, no Espírito Santo a população cativa reproduzia-se majoritariamente por meio do nascimento, e o tráfico fornecia elementos suplementarmente, inclusive obedecendo à própria lógica de crescimento endógeno. Sabe-se que historiadores, como Caio Prado Júnior (1974, p. 277), registram esses eventos para o Brasil apenas a partir do fim do tráfico, desprezando as possibilidades de crescimento da população cativa por nascimento antes desse evento. Manolo Florentino e Cacilda Machado (1998, p. 1.388) acusam raciocínios dessa natureza como

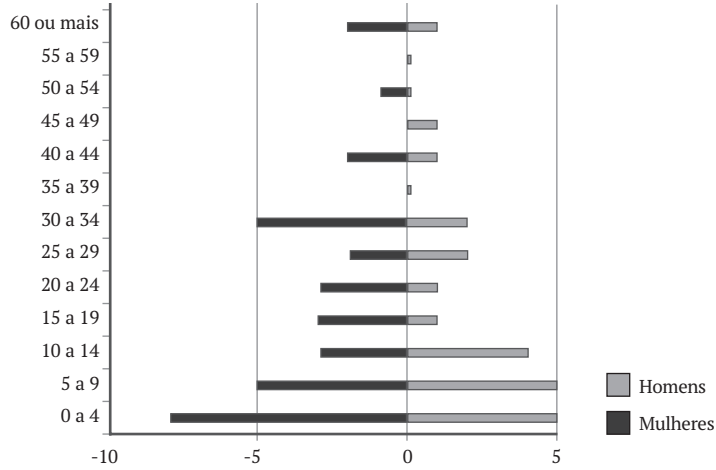
meramente dedutivos, levantando a importância da ocorrência de famílias muito antes do fim do tráfico de almas.

Diante dos dados coligidos sobre a demografia escrava ao longo do Oitocentos no Espírito Santo, possível é pôr à prova as teses que desacreditam a importância da família como elemento estrutural da escravidão brasileira. Acreditamos que, ao tratar do cativeiro em Vitória, nos deparamos com escravarias afastadas há algum tempo do mercado de cativos. De maneira geral, os dados encontrados apontam para elevadas taxas de dependência, equilíbrio sexual, altos índices de recém-nascidos e grande incidência de famílias escravas. Os exemplos, alguns dos quais detalhados a seguir, são profusos.

João Antonio de Morais, viúvo de Luisa Maria de Jesus, faleceu em 1852. Como já citado anteriormente, o inventário foi aberto no mesmo ano pelos filhos do casal, o tenente Francisco de Paula Morais, José Ferreira de Sampaio e Maria Pereira de Sampaio. Vivia João em uma morada de casa de sobrado na Rua da Praia, ao lado de sua filha, Maria, que provavelmente cuidou dele na velhice; o terreno fazia limite com o de D. Francisca Rosa do Amor Divino, próximo à Rua da Banca. A propriedade foi avaliada em 1:600$000.

O inventário tinha um montante bruto no valor de 18:229$640, cuja composição era baseada, em grande parte, na posse de escravos. São 57 cativos, totalizando 13:681$200. Os demais bens consistiam em um sítio com suas competentes terras, algumas delas com benfeitorias e casa coberta de telhas, duas outras moradas na cidade de Vitória. Um pequeno rebanho de 25 cabeças de gado, um engenho moente, duas lavouras de cana, três de mandioca, três canoas e alguma mobília de jacarandá e parcas joias. A composição etário-sexual do plantel está representada no Gráfico 31 abaixo:

Gráfico 31 – Distribuição etário-sexual dos escravos de João Antônio de Morais, 1852



Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1850-1871

Como é possível observar, trata-se de uma escravaria com maioria feminina. As mulheres respondem por 60 % do total de cativos. Outra característica é o elevado número de crianças, porquanto 57 % dos escravos inventariados tinham até 14 anos, com uma taxa de dependência de 2,0.

Já os africanos representam 8,7 %, a saber: Antônio Congo, com 48 anos; Joana Angola, com 50; além destes, outros três angolas, José, 60 anos, Tereza, 60, e Maria, 70. É interessante perceber que nem entre africanos o número de homens é maior – as mulheres continuam representando 60 %. Outro dado interessante é que 89,4 % dos escravos possuíam algum tipo de laço de parentesco declarado na fonte. Todas as crianças com até 14 anos eram nascidas no próprio plantel.

Ao que tudo indica, o plantel de João Antônio de Morais estava há longo tempo desvinculado do mercado de cativos. A massa

escrava teria se incrementado em função de um lento movimento vegetativo, mediante a aquisição de crioulos no mercado interno, ainda que tenham ocorrido compras esporádicas de africanos. Esse perfil seria fruto do crescimento natural da escravaria, revelando uma alta natalidade, sobre o qual atuaram, de forma combinada, a grande mortalidade, sobretudo infantil, e as manumissões, especialmente de escravos idosos.

De acordo com Florentino e Machado (1998, p. 1.388), é presumível um alto grau de escravos aparentados em plantéis apartados do mercado de cativos. O fundamento demográfico de tal movimento residira no maior equilíbrio entre os sexos e numa determinada racionalidade econômica que, na ânsia por maximizar os lucros em uma conjuntura de mão de obra cativa escassa, buscava dilatar a vida útil dos escravos, aumentando os índices de sobrevivência dos recém-nascidos e, por conseguinte, propiciando a ampliação das potencialidades autorreprodutoras da mão de obra cativa.

E, segundo os autores, ao abandono do mercado corresponderia o rápido aparecimento de melhores condições para o incremento de relações familiares, seja através dos matrimônios, seja por meio de laços consanguíneos. Assim, ao menos em tese, passariam a ser maiores as possibilidades de os homens encontrarem parceiras e, mediante casamentos, incrementarem o número de crianças. Como destaca Florentino, contudo, a melhoria das condições estritamente demográficas para o incremento dos laços parentais não necessariamente significava que esses se concretizassem. Os escravos deveriam querer estabelecer laços familiares e, mais do que isso, deveriam encontrar instrumentos culturais para fazê-los.[37]

Pelo que pudemos depreender, os escravos de João Antônio de Morais encontraram tais instrumentos. A comunidade estava orga-

37 Sobre os instrumentos culturais para a realização da família escrava, vide Florentino e Góes (1997, parte 3).

nizada em torno de quatorze famílias.[38] A família mais extensa, longitudinalmente, era a de Teresa Angola, 60 anos, mãe de Innocencia, 30 anos, a qual era casada com um liberto, e cujos filhos eram Joanna, uma crioula de 14 anos; Firmina, com 8; Maria, com 3; e Pedro, com 2 anos. A exemplo de Innocencia, outras duas escravas eram casadas com libertos, quais sejam: Marmitiana, uma crioula de 42 anos, mãe de Silvestre, de 20, Joaquina, 18, Sebastião, 15, Firmino, 10, e a pequena Rosário, de 4 anos; e Anna, mulata de 30 anos, mãe de Rita, de 7 anos, Cândida, 5, e Gertrudes, com 1 ano. Apesar da ausência de informações, podemos sugerir que esses libertos tenham sido antigos escravos de João Antônio.

As demais famílias correspondem a arranjos nucleares envolvendo membros do mesmo plantel. Apenas duas famílias matrifocais são mencionadas: Laurena, 30 anos, mãe de Bernarda, 11, e Páscoa, 5; e Catarina, 24 anos, mãe de uma "cabrinha" de 4 meses. Na categoria de casais sem filhos constavam os crioulos Vicente, 61 anos, e Clara, 50. Também sem filhos, estavam relacionados Jacinto, 70 anos, e Francisca, 60. Apenas 5 adultos não possuíam registro de

38 Buscamos estabelecer nosso conceito de família escrava apoiados nos trabalhos de demografia histórica que, desde a década de 1980, utilizam uma definição ampla sobre a família escrava, pensada em termos de convívio familiar. Assim, o conceito de família já não se referia apenas àquelas legitimamente constituídas, mas também a mães e pais solteiros convivendo com seus filhos, ou viúvos (as) com seus filhos. Segundo Costa, Slenes e Schwartz – os primeiros estudiosos da família escrava a trabalharem com esse conceito ampliado –, família seria "o casal (unido ou não perante a Igreja), presentes ou não ambos os cônjuges, com seus filhos, caso houvesse; os solteiros (homens ou mulheres) com filhos e os viúvos ou viúvas com filhos. Em qualquer dos casos os filhos deveriam ser solteiros, sem prole e coabitar junto aos pais" (COSTA; SLENES; SCHWARTZ, 1987, p. 257). Metodologicamente, consideramos adequada a separação entre famílias nucleares e matrifocais. Há que se ressaltar que, muitas vezes, famílias de mães solteiras não passam de arranjos consensuais. Outras vezes, em função das condições de produção do documento, famílias matrifocais nada mais são que famílias nucleares e legítimas sem a descrição do chefe masculino. Citamos ainda as famílias extensas, que são aquelas que vão além do núcleo primário, sendo formada às vezes por mais de três gerações. Nesse caso, poderiam ser formadas tanto por famílias nucleares como por aquelas de mães solteiras.

nenhum tipo de laço familiar: José e Maria, ambos angolas com mais de 60 anos, e três crioulos – duas Sebastianas, com 21 e 25 anos, e Frutuoso, com 30 anos.

A respeito da estabilidade das famílias, em especial da constituição do conjúgio, Manolo Florentino e Cacilda Machado (1998, p. 1.391) relacionam a ausência do tráfico com a oficialização dos laços matrimoniais, por meio de sua legalização e registro eclesiástico. Segundo os autores, tratava-se da estabilização, nem tanto das famílias, mas dos dispositivos "(no caso, o matrimônio legal) através dos quais a escravidão buscava integrar os cativos a si".

Em algumas regiões de Minas Gerais foi evidente a associação entre o afastamento do mercado de cativos e o crescimento endógeno. Nos estudos de Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein (2004, p. 175), encontramos a seguinte observação:

> [...] Em Minas Gerais, por exemplo, com o declínio da mineração na segunda metade do século XVIII, reduziu-se a importação de escravos e alterou-se o uso na mineração da mão de obra cativa na região, criando-se, assim, condições especiais favoráveis a um crescimento natural positivo da população escrava local. Os cativos nascidos no Brasil passaram a predominar numericamente, o que levou a um maior equilíbrio na razão entre os sexos e ao aumento da proporção de crianças na população total. Em conseqüência, neste caso, a reprodução escrava começou a assemelhar-se aos padrões reprodutivos da população livre na mesma província, e essas regiões atingiram a estabilidade na substituição da mão de obra ou até mesmo o crescimento natural positivo sem a necessidade de importar mais cativos.

Também Bergad (2004, p. 175), tratando sobre a escravidão em Minas Gerais, encontrou evidências do crescimento endógeno das populações escravas para além da migração forçada ocasionada pelo tráfico:

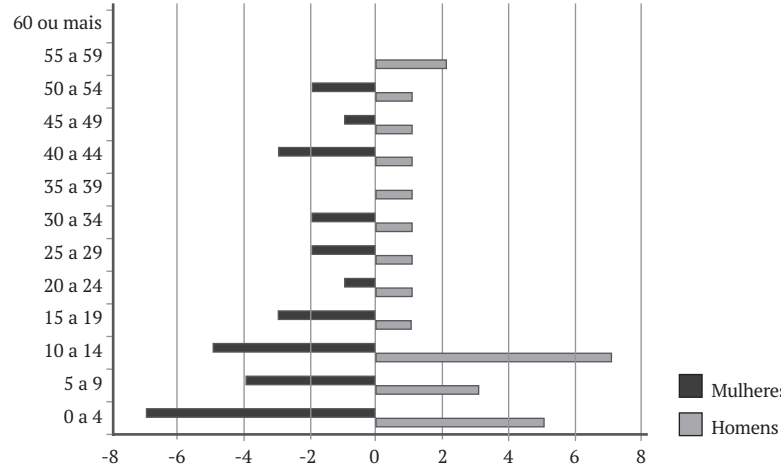
> Quando o sexo masculino predomina em uma população, isto geralmente é consequência de migração forçada ou voluntária. Quanto mais a razão do sexo masculino para o feminino de um determinado grupo se aproxima de 100 [...] mais provável é que essa população seja resultado de um aumento natural.

Experiência semelhante de crescimento positivo da população escrava ocorreu no Paraná, onde a porcentagem de cativos nascidos no Brasil atingiu o elevado patamar de 77 % da população escrava e o equilíbrio sexual era a regra, indicando uma estrutura demográfica equilibrada, provavelmente resultado de reprodução natural e de reduzida influência da importação de escravos africanos (LUNA; KLEIN, 2000, p. 71-91).

Na verdade, o que todos os estudos mencionados indicam é que a variação no volume de entrada de africanos revelou-se a transformação essencial no processo de crescimento natural. Em Vitória não foi diferente. A família escrava, portanto, veio a se constituir elemento essencial à lógica da escravidão brasileira. Vejamos o que os dados empíricos apresentam de indicadores na direção desta hipótese interpretativa.

Passemos à análise do inventário de Anna Pinto Pereira de Sampaio, cuja abertura se deu em 1862. Solteira, D. Ana deixou como herdeiros três sobrinhos, Fabiano Martins Ferreira Meirelles, Ladislau Martins Ferreira Meirelles e D. Francisca Martins Ferreira Meirelles. O inventário totalizava 33:778$000. Entre os bens: dois quinhões da Fazenda de Caçaroca; um lance de casa à Rua Formosa, número 5; outro lance de casa no Cais da Municipalidade, número 77; um chão na Rua do Ouvidor; e, ainda, uma morada de casas à Rua da Várzea, número 16, onde residia D. Anna. A exemplo de João Antônio de Morais, a maior parte do inventário era composta pela posse de escravos, os quais totalizavam 30:880$000. Tratava-se de 55 cativos ao todo. Desses, 30 mulheres e 25 homens. A composição etário-sexual do plantel encontra-se representada a seguir:

Gráfico 32 – Distribuição etário-sexual dos escravos de Anna Pinto Pereira de Sampaio, 1862



Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1850-1871

Como é possível verificar, trata-se de uma escravaria com maioria feminina, como na propriedade de João Antônio de Morais. As mulheres respondem por 55 % do total de cativos. Outra característica é o elevado número de crianças, 56,3 % dos escravos inventariados tinham até 14 anos. Ao contrário do inventário de João Morais, nenhum escravo teve a origem apontada como africana. E mais, nos registros de D. Anna raramente aparecem informações sobre parentesco.

Não há dúvida aqui quanto ao afastamento do mercado de cativos por parte desse plantel. A própria composição etário-sexual indica o lento movimento vegetativo, fruto do crescimento natural da escravaria, revelando grande concentração infantil e relativo equilíbrio sexual. A fonte silencia, contudo, sobre o tipo de organização parental em que se assentava a comunidade cativa.

Buscando pistas que possam elucidar a existência ou não de uma organização parental, voltamos nossa atenção para a partilha, momen-

to de relativa tensão para as famílias escravas. Herbert Gutman (1976), analisando o sul dos Estados Unidos, constatou que no fim da vida, ou após a morte do senhor, as famílias escravas conheciam a desintegração decorrente de doações, partilhas ou vendas. Fragoso e Florentino (1998, p. 163-164) também destacaram a gravidade desse momento:

> Dois movimentos se destacam na reprodução da empresa escravista mercantil: o da compra e venda de cativos e o da passagem de escravos de uma geração para outra de senhores, através de heranças/partilhas. Estes dois movimentos são de fundamental importância para nossos objetivos, pois colocam as famílias escravas no cerne de problema da reprodução das empresas. Qual o comportamento destas famílias frente a tais movimentos?

Apesar da tensão, na maioria das vezes, a morte do proprietário não significava a separação de famílias. Conforme Florentino e Góes (1997, p. 116), em seu estudo sobre as partilhas, as famílias nucleares tinham maiores chances de continuar unidas – em torno de 75 % – em relação às matrifocais, cujo índice ficou em torno de 60 %.

Em Vitória, os números são ainda mais interessantes: apenas 16 % dos parentes declarados foram separados nas partilhas que examinamos. E mesmo tal índice deve ser tomado com cuidado. Na verdade, como demonstrado por José Flávio Motta e Agnaldo Valentim (2002, p. 161-162), em regiões envolvidas com a agricultura de subsistência, muitas vezes, as partilhas não correspondem à realidade. Os desmembramentos das famílias poderiam ser apenas aparentes ou formais, o que não parece improvável no caso de Vitória. Afinal, por tratar-se de uma comunidade pequena, faria sentido pensarmos os distintos plantéis, os agregados forros, os múltiplos domicílios chefiados por ex-escravos, os variados fogos habitados por indivíduos livres, amiúde, pobres ou possuidores de modestos recursos, enfim, esses diversos microcosmos como conformando universos estanques?

De toda forma, se por um lado, por meio da partilha dos bens, podemos começar a esboçar os caminhos da separação, por outro, em cruzamento com os registros paroquiais, um universo mais rico acerca das famílias cativas começa a se desenhar:

> Aos dezessete de Abril de mil oitocentos e sessenta e quatro nesta Matriz de Nossa Senhora da Victoria baptisei solennemente e pus os Sanctos Óleos em o innocente Manoel, filho natural de Felisberta, escrava de Dona Francisca Martins Ferreira Meirelles: foram protectora Nossa Senhora da Conceição, e padrinho João Antunes Brandão. E para constar fiz este assento, que assignei. Vigário Mieceslao Ferreira Lopes Wanzeller (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, 1864, assento de batismo n. 24).

D. Francisca Martins herdou por ocasião da morte de sua tia, D. Anna, a escrava Felisberta. Em 1862, ano da partilha, a escrava tinha 13 anos. Foi entregue à D. Francisca junto com outros 26 cativos. Dois anos depois, encontramos Felisberta, conforme mostra o registro, batizando o "innocente" Manoel. Em 1865 nos deparamos com Felisberta novamente, agora por ocasião da morte do pequeno Manoel, enterrado na Irmandade do Rosário, em 5 de dezembro (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, 1865, assento de óbito n. 205).

Assim como Felisberta, encontramos vários outros registros envolvendo os escravos de Francisca. É o caso da escrava Marianna, crioula que, por ocasião da partilha, tinha 18 anos. Encontramos Marianna batizando a "innocente" Júlia, em 10 de julho de 1862. Em 1º de dezembro de 1864, é a vez do batismo do "innocente" Marianno (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, 1862, assento de batismo n. 142). Em 1865, faleceu a pequena Júlia, sendo enterrada no cemitério de São Benedito (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, 1865, assento de óbito n. 192). Por fim, após a morte de Júlia, em 23 de junho de 1867, foi batizada a "innocente" Quitéria Marianno (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, 1867, assento de batismo n. 155).

É importante destacar que, em nenhum dos registros envolvendo os escravos de D. Francisca, temos informação sobre famílias nucleares, todos os batizados são declarados filhos naturais. É preciso ressaltar, ainda assim, que as mulheres deixaram com maior frequência suas marcas nos registros paroquiais de batismo, pois os filhos ilegítimos eram sempre arrolados com o nome das mães, e em nenhum registro de escravos consta apenas o nome do pai. Por outro lado, Brenda Stevenson (1996), ao analisar a história do estado norte-americano da Virgínia, afirmou que, ao contrário das assertivas de Gutman, Genovese, Blassingame e, mais recentemente, Malone, grande parte das crianças escravas não crescia com a presença dos dois genitores. De acordo com a autora, os papéis dos escravos homens como pai e marido eram diminuídos, vivenciando eles uma multiplicidade de estilos maritais e domésticos distintos da estrutura familiar nuclear.

Tais observações parecem ser recorrentes em comunidades escravas de áreas já estabelecidas e mais antigas que se viam diante de perdas de seus membros e, consequentemente, de um possível esfacelamento da família escrava. Dessa forma, diante da instabilidade, os escravos rearranjavam suas vidas domésticas e familiares. Se, por um lado, enfraqueciam-se os laços paternos, ao mesmo tempo, reforçavam-se outros laços, como Cody (1982, p. 192-211) verificou na Carolina do Sul. Lá, após a divisão das propriedades de algodão e a separação das famílias escravas, os laços matrifocais e entre irmãs (que eram as que com mais frequência permaneciam unidas) viam-se reforçados.

Se arranjos nucleares não foram citados, outro tipo de parentesco, baseado em rituais, e não no sangue, era recorrente: o apadrinhamento. Conforme esclareceu Júnia Furtado (2003, p. 159), os laços de compadrio representaram uma estratégia eficaz, em que o afilhado era inserido em uma instância de poder, cuja proteção era invocada nas horas de necessidade.

Dessa forma, senhores alargaram sua rede de atuação por meio de seus escravos, e, por conseguinte, os escravos também aumentaram sua rede social por meio dos padrinhos recebidos no batismo. De maneira indireta, relações sociais eram estabelecidas e consolidavam-se mecanismos de reciprocidade entre os cativos que mantinham latentes os laços de solidariedade gerados pelo parentesco espiritual.

Quatro das escravas herdadas por Dona Francisca aparecem nos registros paroquiais como madrinhas de batismo de outros escravos. É o caso de Severiana, crioula de 32 anos, que batizou sua filha natural Justina em 17 de julho de 1864 (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, 1864, assento de batismo n. 130). Seis anos depois, em 27 de dezembro de 1870, no batismo do inocente Adão, filho natural de Rozinda, escrava do Capitão João Martins de Azambuja Meirelles, encontramos como padrinhos Aprígio, escravo do Capitão Joaquim Pereira Pinto de Moraes, e, novamente, Severiana, escrava de Dona Francisca Martins Ferreira Meirelles (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, 1870, assento de batismo n. 327). Januaria, outra crioula herdada por Dona Francisca, aparece como madrinha em um dos poucos registros de filhos de africana:

> Aos sete de março de mil oitocentos e sessenta e nove nesta Matriz de Nossa Senhora da Victoria baptisei solennemente e pus os Sanctos Óleos em a innocente Fé, nascida a cinco de Janeiro do corrente anno, filha natural de Ricarda, africana, escrava de Doutor Luiz Fernandes Pinheiro: foram padrinhos Theodosio, escravo de Victorio de Jesus, e Januaria, escrava de Dona Francisca Martins Ferreira Meirelles. E para constar fiz este assento, que assignei. Vigário Mieceslao Ferreira Lopes Wanzeller (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, 1869, assento de batismo n. 259-260).

No mesmo ano de 1869, Januaria batizou sua filha, a inocente Eduviges (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, 1869, assento de batismo n. 259-260). Dois anos antes, ela havia batizado Diolindo

(CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, 1867, assento de batismo n. 194-195). Vicente havia sido batizado em 1866 (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, 1866, assento de batismo n. 180). Em 1864, ano da abertura do inventário, contando 19 anos na ocasião, ela batizou Victorio (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, 1864, assento de batismo n. 2141-142). No ano anterior, 1863, foi a vez de Izabel (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, 1863, assento de batismo n. 117). Já Maria, nasceu quando D. Anna, sua senhora, ainda estava viva, em abril de 1861 (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, 1861, assento de batismo n. 130).

O fato é que, entre 1861 e 1869, Januaria teve 6 filhos, e em nenhum dos registros há menção acerca do pai. Quase dez anos depois, encontramos a última menção a filhos de Januaria, em 1878, no batismo do inocente Germano (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, 1878, assento de batismo n. 230-231). Outra informação interessante é que Maria, Izabel, Vicente e Germano tiveram o mesmo padrinho, um homem livre: Aristides Brasiliano de Barcellos Freyre. Acerca de Aristides, não conseguimos obter informação; ele não aparece em quaisquer registros, seja entre livres, seja entre escravos, nas fontes que pesquisamos. Apesar das muitas lacunas, é visível o crescimento da família de Januaria ao longo do período.

Os dados, talvez, revelem apenas um descaso com relação à legitimação das uniões ou simplesmente negligência na descrição da filiação paterna. É provável que houvesse a presença do pai, ainda que não em relação legitimada, nos plantéis onde estivessem presentes mãe e filho. Tendo isso em vista, qualquer análise que se comprometa a comparar o número de famílias nucleares com o número de famílias matrifocais torna-se, em nosso entendimento, frágil.

Em outros três episódios, as escravas de Dona Francisca figuram como madrinhas: ao lado de um livre, de um liberto e de um escravo de outro senhor. É válido notar o raio de circulação dos cativos. De maneira alguma estavam restritos ao próprio plantel em que vi-

viam. Na verdade, seu leque de atuação envolvia escravos do mesmo cativeiro, de propriedades vizinhas, além de libertos e livres. Como bem observaram Florentino e Góes (1997, p. 90):

> A família escrava se abria, pois, e, no contexto específico da escravidão, tal abertura tinha um sentido eminentemente político. Na verdade, o que se buscava era aumentar o raio social das alianças políticas e, assim, de solidariedade e proteção, para que se contava inclusive com ex-escravos, escravos pertencentes a outros senhores e, em casos eventuais, com alguns proprietários [...]. A família escrava ia além do que revelam os inventários, mas não sabemos ao certo o quanto.

Apesar do silêncio dos inventários acerca dos laços parentais que uniam os escravos do inventário de Anna, não podemos acreditar em sua inexistência. De fato, a família escrava ia além do que revelam os inventários, repousando aí as limitações da própria fonte. Como observou Bergad (2004, p. 230-231):

> Os dados numéricos anteriormente indicados sobre o impressionante processo de reprodução dos escravos e outras variáveis são um quadro de referências muito necessário para a compreensão dos aspectos objetivos da escravidão. Infelizmente esses dados não fornecem nenhuma visão da vida, da cultura ou de quaisquer outras dimensões humanas da experiência dos escravos. Esta é uma das lamentáveis desvantagens de se trabalhar com fontes estritamente quantitativas, mesmo quando elas proporcionam o ponto de partida básico para a compreensão de como se desenvolveram as populações escravas. [...] a informação sobre o status familiar não está sistematicamente anotada nas coleções de inventários, mas há referências a relacionamentos entre os escravos que podem ser utilizadas como indicadores, ainda que rudimentares, para avaliar a extensão dos laços de família na população escrava.

De volta às fontes, passemos à análise do inventário do tenente-coronel Torquato Martins de Araújo Malta, casado com D. Eduvirges Carolina Ribeiro Mascarenhas. O inventário foi aberto em 1866, dois anos depois do falecimento dele. Conforme a descrição oferecida por Daemon (1879, p. 325):

> Falece neste ano, a 26 de Março, o importante fazendeiro Tenente-coronel Torquato Martins de Araújo Malta, um dos homens de mais popularidade desta província, gozando por seus atos de geral simpatia, sendo considerado um dos chefes políticos desta província. Seu passamento foi bastantemente sentido, tendo acompanhado seu enterro inúmeros amigos e conhecidos, além da Ordem Terceira do Carmo e Irmandades, e militarmente prestadas as honras fúnebres ao dar-se seu corpo à sepultura.

Trata-se de um extenso inventário, encabeçado pela viúva e por seus filhos, Bernardino Ramalho Araújo Malta e Joaquim Coutinho de Araújo Malta, e os genros, Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, por cabeça de sua mulher D. Beatriz Fernandes de Araújo Mascarenhas, e Domingos Vicente Gonçalves de Souza, por cabeça de sua mulher D. Maria de Araújo Malta de Souza.

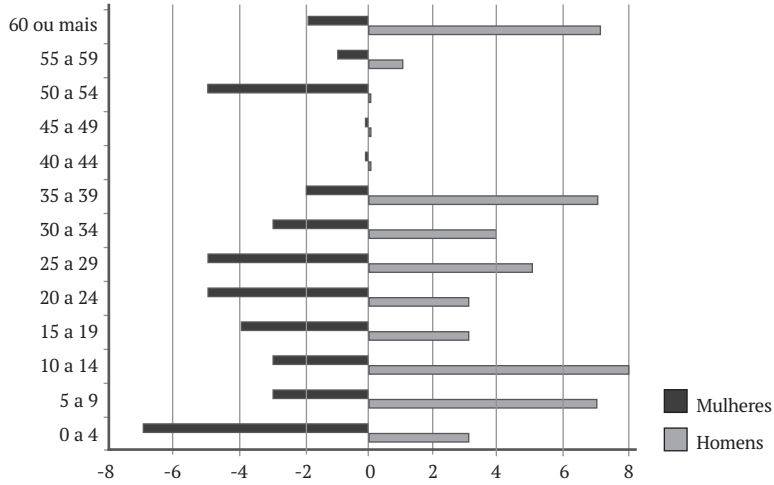
O casal residia em uma casa de sobrado à Rua do Ouvidor, número 45, avaliada em 4:000$000. Havia ainda outras oito propriedades no entorno da casa do Ouvidor, incluindo terrenos, armazém e moradas. As terras arroladas no inventário situavam no entorno da cidade da Vitória, estendendo-se do Porto das Argolas até a barra do Rio Marinho, totalizando um valor de 2:500$000.

Além dessas propriedades, constava a fazenda de Crubixa, avaliada em 1:200$000, onde existiam engenhos de pilar café e cafezais. Também a Fazenda Belém, avaliada em 1 conto de réis, tinha pomares e campos cercados, com "uma linha de senzala coberta de telhas com 146 palmos de comprimento e 26 de largura", avaliada em 350$000, e outra senzala, coberta de telha, estimada em 310$000. Havia ainda

o sítio denominado Fradinhos, avaliado em 1:000$000, e uma casa no morro da Barra do Jucu, coberta de telha, no valor de 400$000. Não fosse isso o bastante, o inventário relaciona outra casa coberta de telha no Porto da Pedra da Mulata e contabilizada no montante de 100$000. Por fim, as terras nos fundos da Fazenda Crubixa, "na extensão d'uma légua em litígio", foram avaliadas em 2:400$000.

Os bens, portanto, totalizavam 83:225$000, dos quais mais de 57 contos diziam respeito a 88 escravos. A composição do plantel se diferencia um pouco dos inventários anteriores, pois a maioria entre os escravos de Torquato é masculina, ou seja, 54,5 %. A pirâmide etário-sexual desses escravos está incluída a seguir:

Gráfico 33 – Distribuição etário-sexual dos escravos de Torquato Martins de Araújo Malta, 1866



Fonte: ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Inventários *post-mortem*, 1850-1871

Como é possível observar, a escravaria de Torquato apresenta maior concentração masculina, particularmente alta para as faixas etárias de 10 a 14 anos, de 35 a 39 anos e superiores a 60 anos. De maneira geral, os escravos idosos correspondem a 18 % de toda a

escravaria, e as crianças compreendem 35 % dela. A idade média dos escravos era 26,4 anos. Se levarmos em conta que, do ponto de vista da proporção entre os sexos, a dilatação masculina em algumas faixas pode corresponder às preferências nas compras, isto é, uma preferência pelos homens, é possível que, no que tange às idades, tenha se dado o mesmo. É provável que Torquato tenha feito investimentos no tráfico interprovincial. Não devemos, contudo, tomar esses investimentos como uma exceção no decorrer da vida e da formação do plantel. A mesma pirâmide aponta para um recurso relativamente frequente num passado não muito distante. Não se pode dizer, porém, que a sua maior aquisição tenha sido uma compra recente. Nesse sentido, soma-se o fato de os 9 escravos com 60 anos ou mais serem todos de origem angola: 7 homens e 2 mulheres.

No entanto, a pirâmide sinaliza também para uma significativa taxa de reprodução natural. A coorte da primeira infância (de 0 a 4 anos) chega perto de 12 %. Ainda são índices modestos, mas o futuro poderia reservar um crescimento vegetativo capaz de incrementar a população sem o recurso ao ingresso de estrangeiros. Na verdade, por ocasião da abertura do inventário, 84 % dos escravos possuíam algum tipo de parentesco de primeiro grau reconhecido na fonte.

É o caso da família composta pelo casal Felippe e Sancha. Ele, um angola de 70 anos; ela, uma crioula de 50 anos. O filho mais velho que encontramos referência foi Ladislau, pedreiro de 26 anos; além dele, Thomé, 18 anos, e Gaudência, de 14 anos. Em 1872, encontramos novamente referência à família de Felippe e Sancha, dessa vez nos registros paroquiais. Torquato já havia falecido e a partilha, executada. Felippe e Sancha continuaram a pertencer ao antigo plantel, sob o comando da viúva, D. Eduvirges Carolina Ribeiro Mascarenhas. Já Ladislau, que por ocasião da partilha vivia com seus pais e irmãos, pertencia agora a outro plantel. Seu proprietário era Manoel Pereira Pimentel Sobrinho. É provável que, em seu novo plantel, Ladislau tenha conhecido a preta Felippa, filha dos escravos

Benedicto e Domingas, também de propriedade de Manoel Pereira. Ou quem sabe já se conhecessem das vizinhanças. O casamento de Ladislau e Felippa aconteceu no dia 9 de janeiro de 1872. O registro original é reproduzido no que segue:

> Aos nove dias do mês de Janeiro do anno de mil oitocentos e setenta e dois nesta Igreja matriz desta freguesia de Vianna, pelas dez horas da manhã e, em minha presença e das testemunhas abaixo assignadas, predispostos na forma da Lei do Bispado, se receberão em matrimonio Ladislau, filho legítimo dos escravos Felippe e Sancha de propriedade de D. Eduvirges Carolina Ribeiro Mascarenhas, e Felippa, filha legítima dos escravos Benedicto e Domingas, todos escravos de Manoel Pereira Pimentel Sobrinho. Confere-lhes as bênçãos matrimoniais, para constar fiz termo que assignei. Vigário João Pinto Pestana. Testemunhas: Joaquim de Freitas Lira e Antonio Ferreira dos Passos (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, 1872, assento de casamento, p. 7).

Pelas informações acerca dos escravos constantes no inventário, é possível sugerir que as relações entre os cativos e a "estabilidade" da escravaria resultaram em gerações de aparentados que fizeram aumentar o número de cativos do proprietário. Ao que tudo indica, os indivíduos foram se casando e tendo filhos, o que garantiu, ao menos em parte, o número de braços para trabalhar no momento posterior ao tráfico atlântico.

Talvez o fator econômico tenha sido vital no favorecimento da existência dessas famílias. O proprietário gozava de "estabilidade econômica" suficiente para que não fosse preciso se desfazer dos cativos, principalmente das suas famílias, e, com isso, manteve a reprodução natural, o que não significa que não tenha ocorrido venda em separado, pois o caso Ladislau atesta a existência desse tipo de comportamento. De toda forma, como destacam Florentino e Góes (1997, p. 173-174):

> Pelo casamento e, antes ou depois, por meio do nascimento de uma criança escrava, vários indivíduos criavam ou estreitavam laços que, nas difíceis circunstâncias da vida em escravidão, eram laços de aliança. A mãe e o pai da "cria" (como aparecem nas fontes) viam reafirmando o propósito comum de juntarem suas forças de modo a melhor viver a vida possível. Ambos arrumavam um compadre e, muitas vezes, uma comadre. E, talvez, cunhados, cunhadas, sogros e sogras. E se a criança, o que não era fácil, sobrevivesse até a idade de procriar, muito mais alargada ainda seria essa rede de laços de solidariedade e aliança. Parece óbvio que a criação de laços parentais fosse desejo de todos os escravos.

Sem dúvida, ao analisarmos as características demográficas da escravidão em Vitória entre os anos de 1850 e 1871, destacam-se as maiores escravarias como *locus* privilegiado para a formação de uma comunidade, embora esse processo de formação pudesse sofrer diversos estágios de desenvolvimento. No nosso entendimento, pensar a formação de redes parentais entre cativos passa por considerar o volume da escravaria, o tempo de abandono do tráfico, traduzido em estabilidade demográfica, e os espaços conquistados por seus habitantes. Afinal, como alertaram Florentino e Machado (1998, p. 1.395), falar em famílias escravas sem tentar estabelecer os graus de inserção no mercado dos plantéis em que elas se encontravam pode levar a conclusões enganosas.

No caso de Vitória, verificamos que o afastamento do mercado, ao significar o fim da entrada ininterrupta de cativos desarraigados do ponto de vista parental, possibilitou melhores condições para o advento e a afirmação das famílias escravas. Aparentemente, com o tempo elas passariam a se expressar cada vez mais dentro da regra e mediante arranjos familiares mais complexos. Ainda que não tivessem assumido feições multigeracionais, tais arranjos indicariam a completa consolidação desses grupos, da qual, por certo, derivaram profundas consequências socioculturais.

O afastamento do mercado cativo, africano ou interprovincial, parece ter sido essencial na paulatina integração dos indivíduos e na reprodução dos laços parentais, que tenderiam a dilatar os limites da comunidade. Tais espaços – financeiros, temporais ou sociais – poderiam se agregar ao cotidiano da comunidade, que se solidificava à medida que o tempo transcorria. É claro que os significados, os motivos e as estratégias conducentes ao estabelecimento de tais práticas poderiam variar de propriedade para propriedade.

Capítulo 5. O nó e o ninho: reflexões sobre a família escrava

Certos estudos pioneiros a respeito das relações entre escravos no Brasil sugeriam uma ideia de devassidão nas senzalas. A vida familiar não tinha espaço, destacando-se as relações sexuais em seu aspecto meramente instintivo, numa situação de generalizada promiscuidade. Tal interpretação baseava-se em argumentos como a inferioridade racial do negro (RODRIGUES, 1982) e a impossibilidade de organização familiar dos escravos, em função da ausência de estímulos dos senhores (FERNANDES, 2008; FREYRE, 2002) ou da própria população escrava (MATTOSO, 1982).

O elevado índice de masculinidade, ainda em vigor até 1850, e o tráfico interno intensificado nesse período foram outros argumentos invocados que justificariam a inviabilidade de uma vida familiar entre os cativos (CARDOSO; IANNI, 1960). Nesse cenário, a maioria dos autores atribuiu à escravidão a responsabilidade pela destruição da família escrava e que acabaria por conduzir o escravo a uma situação de "anomia social" (FERNANDES, 2008).

A imagem de "anomia" também esteve presente em estudos norte-americanos referentes à escravidão (FRAZIER, 1932; KARDINER;

OVESEY, 1962; MOYNIHAN, 1967). Tal hipótese veio a ser reconsiderada na década de 1970, quando pesquisas mais aprofundadas delinearam novas formas de resistência cativa ao sistema (GENOVESE, 1971, 1988; BLASSINGAME, 1972; FOGEL; ENGERMAN, 1974; ELKINS, 1959; GUTMAN, 1976). A família, nuclear ou extensa, era uma instituição ativa, e, inversamente ao que se propunha nas teses da historiografia tradicional, os escravos eram regidos por normas estabelecidas pela própria comunidade negra. Esses novos caminhos apontados pela historiografia norte-americana despertaram, no Brasil, uma mudança de enfoque quanto à existência da família escrava e sua comunidade. Destaca-se, nesse sentido, a influência de Herbert Gutman (1976) e Eugene Genovese (1988).

Na visão de Gutman (1976), independentemente das variações que se verificaram na estrutura produtiva, as famílias escravas eram de todo visíveis na sociedade escravista do sul dos Estados Unidos desde 1750. Isso não significa que o crescimento natural da população escrava tenha ocorrido de forma igual em todas as propriedades ao longo de mais de um século. Cada escravaria teria vivenciado um ciclo de três fases distintas em relação ao crescimento vegetativo positivo. Num primeiro momento, as famílias e as comunidades cativas estavam em formação, e a reprodução era simples ou ligeiramente ampliada. Na fase seguinte, elas estavam completamente formadas e estáveis, o que favoreceria uma reprodução ampliada. Por fim, a terceira fase era de desagregação dos plantéis, das famílias e da comunidade cativa, seja em função da distribuição das heranças, seja em função de mudanças estruturais, como a substituição de atividades produtivas.

Assim, durante a última fase, o potencial reprodutivo diminuía, mas o ciclo seria retomado em seguida com uma nova constituição de famílias e comunidades. Gutman (1976, p. 130) ultrapassou a simples identificação demográfica da família, discutindo a noção de comunidade escrava, embasada na família e na religião, na qual a relação senhor/escravo se processava mantendo espaços de au-

tonomia cultural para os escravos. A comunidade negra, formada na vigência do cativeiro, teria por base laços horizontais de família, parentesco, compadrio e vínculos religiosos entre escravos.

Genovese (1988, p. 24), tratando sobre a questão da autonomia, afirmou que os senhores e escravos eram agentes sociais ativos nessa relação. Nesse sentido, os senhores utilizavam-se do paternalismo como forma de disciplinar e justificar o sistema de exploração no qual o trabalho compulsório dos escravos funcionava como legítima retribuição à proteção e direção que lhes davam. Entre as defesas dos cativos estava a religião, a qual, a despeito de suas ligações com aquela imposta pelos brancos, resultava da experiência negra.

Ainda, segundo Genovese (1988, p. 447), apesar de submetidos aos brancos, os escravos viviam e trabalhavam juntos com os senhores, e, por conseguinte, a existência de uma comunidade exigia que todos estabelecessem algum grau de interesse e respeito. De certo modo, a escravidão requeria que senhores transformassem seus escravos em uma extensão de sua própria vontade, ainda que na prática não fosse exatamente dessa forma. Por isso, os senhores se viram obrigados a fazer certas concessões para conseguir o trabalho que desejavam, estabelecendo incentivos materiais, executando trabalhos em comunidade ou garantindo certa estabilidade familiar.

Tanto em Gutman (1976) quanto em Genovese (1988) identificamos as bases da formação das relações comunitárias entre os escravos na convivência coletiva e nas relações familiares, pilares sobre os quais se erigiu uma identidade especificamente negra. A influência desses estudos teve claro reflexo nos trópicos. A noção de comunidade escrava e os processos de negociação entre senhores e cativos estimularam vários trabalhos no Brasil, entre os quais destacamos Hebe Maria Mattos (1998), Robert Slenes (1999) e Manolo Florentino e José Roberto Góes (1997).

Hebe Mattos (1998), ao analisar o Sudeste brasileiro do século XIX, destacou que numa sociedade escravista o processo de de-

senraizamento – fruto do tráfico – era usual, apresentando-se o acesso às relações familiares como a oportunidade de inserção na nova comunidade. Tecida sobre alicerces da família e da memória geracional, a comunidade viria a engendrar, para seus integrantes, a possibilidade de escaparem ao estereótipo comumente associado à escravidão, ou seja, a ausência de laços familiares, o celibato, os castigos físicos e o trabalho coletivo. Assim, aproximavam-se os cativos pertencentes à comunidade de uma visão de liberdade, isto é, através do parentesco, os escravos pertencentes à família de uma comunidade obtinham maiores chances de acesso à roça própria, moradia separada, formação de um pecúlio, por exemplo.

Poderiam eles, até mesmo, almejar para si e seus parentes a carta de alforria. E, uma vez conquistada a liberdade, o liberto poderia sonhar com um pedaço de terra e, quem sabe, até mesmo com a posse de algum cativo. A consequência disso entre os escravos era um elevado nível de competição. Na prática, a comunidade escrava capaz de construir relações familiares mais profundas obteria mais acessos aos recursos ou, noutros termos, a espaços econômicos e familiares de autonomia.

Para Mattos (1998, p. 126), o tempo era essencial na formação e consolidação da comunidade escrava, mas a contínua chegada de novos membros, majoritariamente homens, sobretudo em regiões ligadas ao tráfico, fazia com que nem todos tivessem acesso à comunidade. Nesse contexto, na segunda metade do século XIX, a comunidade escrava tenderia a se consolidar devido ao fim do tráfico internacional. O enorme aumento do tráfico interno, contudo, ocasionou na comunidade escrava uma forte tensão, devido ao seu potencial de separação familiar.

Manolo Florentino e José Roberto Góes (1997), estudando o Rio de Janeiro entre 1790 e 1850, afirmam que os plantéis mais numerosos, lugares privilegiados para a dissensão e o conflito, teriam sua situação agravada pela frequente entrada de africanos. Por isso, a funcionali-

dade do sistema só era possível mediante a cooperação entre os cativos, bem como entre esses e seus senhores. Tal cooperação somente foi possível por intermédio das relações parentais entre escravos.

Os autores atribuem ainda ao parentesco escravo o caráter de "cimento" da comunidade cativa e, ao mesmo tempo, consideram-no peça fundamental a senhores e escravos na instituição da *paz* nas senzalas (1997, p. 35). Posto isso, a instituição do escravismo tornava-se estruturalmente dependente do parentesco cativo.

Robert Slenes, em sua obra *Na senzala, uma flor* (1999), tratando sobre Campinas na segunda metade do século XIX, apresentou críticas às hipóteses de Mattos (1998) e de Florentino e Góes (1997) no que tange ao parentesco cativo. Apesar de concordar com Hebe Mattos (1998) sobre o sistema de incentivos no escravismo brasileiro, o qual haveria contribuído para a criação de uma hierarquização social dentro da escravidão, o pesquisador americano argumenta que a construção de laços de parentesco e de autonomia demandava muito tempo, e as possibilidades de sucesso, num universo deveras instável, eram incertas. Em face às incertezas dos planos, Slenes (1999, p. 82) coloca em dúvida o argumento de Mattos de que as pessoas teriam descartado as solidariedades prováveis dentro da escravidão enquanto as relações de aproximação com o mundo livre estivessem sendo construídas, tornando discutível a hipótese de uma grande distância sociocultural entre crioulos e africanos ou entre africanos novos e ladinos.

Sobre a tese de Florentino e Góes (1997) de ser a família cativa condição estrutural para a manutenção do escravismo, Slenes (1999, p. 48-49) sustenta que os laços familiares entre cativos eram importantes sim, mas para a transmissão de cultura e de experiência entre as gerações. Para o autor, a família contribuiu de maneira decisiva para a criação de uma "comunidade" escrava unida por experiências, valores e memórias compartilhadas. Por essa razão, a família minava constantemente a hegemonia senhorial, favorecendo a subversão e a

rebelião. Não há dúvida, todavia, que a instituição familiar foi útil aos senhores na medida em que transformava o cativo em uma espécie de refém: o medo da separação tornava-o mais vulnerável às medidas disciplinares do senhor, elevando o custo da fuga.

Divergências à parte, o fato é que todos os autores citados assumem a família como condição primeira para a constituição da comunidade cativa. Aliás, foi com o espaço aberto pelos estudos sobre a família que a análise acerca da comunidade escrava ganhou fôlego. Como bem revelado por esses trabalhos, a família promovia a inserção do escravo em uma comunidade, possibilitando-lhe maiores chances na busca por autonomia, concretizada com a aquisição, por exemplo, de uma moradia ou roça própria. A família era também espaço para a sobrevivência dos valores e da memória das gerações antepassadas, permitindo a construção e a permanência de uma identidade própria aos escravos.

Não redunda, portanto, em exagero a afirmativa de que a família é tão estrutural à escravidão quanto o tráfico. Afinal, se em fases de crescimento econômico a entrada de escravos de ultramar ficava superaquecida, nas fases de crise e de estreitamento do mercado a manutenção da escravidão passava a repousar, sobretudo, no crescimento demográfico dos cativos. Aliás, nas regiões mais afastadas do mercado de almas, o tráfico acabou por ocupar lugar complementar ao crescimento endógeno, como no caso de Vitória, sem alterar profundamente a composição das escravarias já assentadas ao longo do tempo.

Na verdade, acreditamos que o tráfico e a família compõem as duas faces de uma mesma moeda, complementando-se na manutenção do sistema. Não apenas no fim do tráfico em 1850 a família assumiu papel preponderante; como visto em localidades a exemplo de Vitória, os arranjos parentais possuíam importância muito antes dessa data. No caso dos levantamentos realizados aqui, os dados indicam a existência de arranjos parentais como elementos

fundamentais da escravidão em terras capixabas desde a virada do século XVIII para o XIX. Se no Brasil, de modo geral, o fim do tráfico trouxe a lume nas regiões agroexportadoras a relevância da família na preservação da oferta de braços cativos, tal realidade já era conhecida amplamente nos sítios com economia menos próspera, cujas engrenagens necessitavam de baixos custos na reprodução da mão de obra escrava.

O nó: a família escrava nas fontes eclesiásticas

Pensar a importância da instituição familiar entre cativos passa por levar em conta os parâmetros legais do casamento escravo no Brasil. Para tal, iniciemos com a reflexão introduzida ainda na década de 1940, quando diversos estudos passaram a se ocupar das relações entre legislação e escravidão nas sociedades americanas.[39] Frank Tannenbaum, um dos pioneiros nesse empreendimento, chamou a atenção para a influência da tradição legal nas sociedades escravistas do Novo Mundo no livro *Slave and citizen* (1946). Em sua interpretação, a América colonizada pelas metrópoles ibéricas, por ser herdeira da tradição legal romana, haveria dispensado aos escravos um tratamento mais humano do que aquele verificado nas colônias britânicas.

Uma vez que a escravidão em Roma não possuía qualquer dimensão racial, sua tradição jurídica, quando transplantada para o continente americano, teria dado origem a uma legislação com fraca conotação racista. Em contraposição, os colonos ingleses, sem nenhum lastro de jurisprudência escravista, criaram uma cultura

39 No final da década de 1950, pesquisadores tentaram estabelecer uma relação entre o passado escravista e as relações raciais das sociedades americanas. Houve uma primeira geração de estudiosos que sustentou a tese da distinção entre os sistemas escravistas na América de acordo com o tratamento dado aos escravos (CARDOSO, 1979, p. 95-108).

jurídica especialmente voltada para o cativo negro, tornando o fator racial um elemento intrínseco do direito escravo norte-americano, o *Slave Law*. De acordo com Tannenbaum (1946), as diferenças entre os regimes escravistas praticados nas Américas possuíam, portanto, profunda base histórica.[40]

O contraste, portanto, entre os sistemas escravistas de Espanha e Portugal, de um lado, e o da Inglaterra e dos Estados Unidos, de outro, era profundamente marcado, e não meramente em seu efeito sobre o escravo, mas, até mesmo de forma mais significativa, sobre o *status* moral e social do homem liberto. Sob a influência da lei e da religião, o contexto social nas colônias espanholas e portuguesas provia espaço para os negros que passavam da escravidão à liberdade. A antiga tradição mediterrânea de defesa do escravo, combinada com a experiência latino-americana, havia preparado um ambiente no qual o negro liberto da escravidão poderia se inserir sem penalização visível. A própria escravidão não carregava marca. Ela era uma desgraça que recaíra sobre um ser humano, sendo em si mesma suficientemente opressiva. Tanto a religião quanto a lei desaprovavam quaisquer tentativas de transformá-la numa forma de opressão adicional (TANNENBAUM, 1946, p. 88-89).

Na verdade, o direito empregado na regulação social da escravidão no Brasil guarda importantes componentes da tradição legal lusitana e, por consequência, romana, elementos em evidência na análise de Tannembaum (1946). Em relação ao matrimônio, essa herança alcança a formação do Direito Canônico e a tradição religiosa católica. Se, por um lado, a família constituía-se por laços sociais, como discutido a partir dos trabalhos de Slenes (1999), Florentino e Góes (1997) e

40 Outros estudiosos mantiveram-se apegados à tese da diferenciação de acordo com a potência colonizadora, como defendeu Stanley Elkins, argumentando que a escravidão nos Estados Unidos foi consequência de um capitalismo sem barreiras para a exploração do escravo. Já na América Latina, a Igreja, entre outras instituições, teria impedido o tratamento desumano dos cativos (ELKINS, 1959).

Mattos (1998), por outro, não se pode ignorar o peso da disciplina religiosa, aceita desde os primeiros tempos pelos portugueses, que provocou a inclusão dos escravos nas *constituições bahianas* do século XVIII, uma espécie de Direito Canônico da América portuguesa. Buscaremos, a seguir, discutir a legislação a respeito de casamentos entre os próprios escravos e casamentos entre escravos e livres.

Legislação e escravidão no Brasil

Como a legislação a respeito do matrimônio de escravos no Brasil relacionava-se com todo o ordenamento relativo à escravidão, convém esclarecer que o conjunto de leis voltado à servidão tem importantes elementos herdados da tradição jurídica trazida pelos colonizadores portugueses. Afinal, mesmo após a independência, grande parte da legislação e da estrutura de Direito lusitanas foi recepcionada pela nova ordem.[41]

A colonização fortemente centralizada deixou marcas profundas não só na formação do sistema de leis do país, como também na sua organização burocrática, particularmente a judiciária. Todo o aparato administrativo implantado na colônia pautava-se por um corpo de leis de origem metropolitana. De acordo com Arno Wehling e Maria José Wehling (1994, p. 302), "[...] havia um abismo entre o país formal, existente nas normas jurídicas públicas e privadas, e o país real da Colônia".

Assim, encontramos procedimentos e expedientes próprios dos brasileiros e somente a eles aplicáveis. Especificamente, a instituição do matrimônio recepcionou, ainda na fase colonial, uma lei canônica particular intitulada *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que proporcionou a entrada do elemento escravo na dis-

41 Lei de 20 de outubro de 1823 que reiterava a vigência das leis portuguesas até a organização dos novos códigos ou alterações em dispositivos específicos.

ciplina do casamento no credo católico. Cacilda Machado (2006, p. 452), tratando sobre o tema, esclarece:

> Somente com a publicação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, naquele ano (1707) e sua posterior divulgação, um esforço de normatização do matrimônio pôde ser observado. Tal como na Europa, embora fosse obrigada a aceitar a prática dos desposórios de futuro [...], aqui a Igreja tratou de neutralizar as disposições do antigo direito português que reconhecia como igualmente legítimos o casamento celebrado diante do padre e o casamento de juras, com ou sem a presença de um eclesiástico, assim como procurou restringir as uniões entre parentes. Índices reveladores do desejo de controle eclesiástico sobre as uniões conjugais são as detalhadas instruções para as denunciações, a verificação de possíveis impedimentos, a condução da cerimônia e o próprio registro do casamento, atos, todos eles, conduzidos na esfera eclesiástica.

O fato é que a influência católica, somada à tradição legal portuguesa, enraizou-se no Brasil mesmo após o desligamento com Portugal, recebendo a recém-autônoma nação grande parte do antigo estatuto legal da ex-metrópole. As *Ordenações Filipinas*, em especial, formavam o escopo da legislação lusa que prevaleceu por mais tempo entre os brasileiros do que entre os próprios portugueses.[42]

Entretanto, em relação à temática do matrimônio de escravos, as ordenações tornavam a matéria ainda mais restrita, ocupando-se, quando muito, de questões relacionadas ao adultério, ao concubinato e à sucessão[43], deixando a questão dos enlaces aos cuidados

42 Os portugueses promulgaram seu Código Civil em 1867, enquanto no Brasil as ordenações somente foram suplantadas pelo Código Civil em 1916. Sobre o assunto, conferir Gilissen (2001, p. 457) e Grinberg (2002).

43 Nesse sentido, conferir, por exemplo, nas *Ordenações Filipinas* (p. 1.165-1.166), o Título XVI – "Do que dorme com a mulher, que anda no Paço, ou entra em casa de alguma pessoa para dormir com mulher virgem, ou viúva honesta, ou escrava branca de

do Direito Canônico. Desse modo, o conúbio no Brasil, mesmo obedecendo inicialmente às tradições portuguesas no tempo colonial, paulatinamente sofrera a intervenção eclesiástica, pois elevado fora em nível de sacramento pelo sínodo de Trento. Após as intervenções da Igreja Católica desde o século XVI, a associação conjugal no Brasil constituirá um campo normativo privilegiado do Direito Canônico até pelo menos o século XIX, guiando-se por seu regime disciplinar.

O regime matrimonial legado à América

De acordo com o Direito Canônico, reconhecia-se o casamento como sacramento desde pelo menos os séculos XII e XIII. Assim, o divórcio tornou-se um problema para a Igreja. Conforme o historiador do direito John Gilissen (2001), em resposta à instituição do divórcio foi elaborado o conceito de indissolubilidade do matrimônio, passível de dissolução apenas para bodas não consumadas. Dessa forma, a Igreja adotara, a partir de então, o princípio de que a validade do conúbio dependia não somente do consentimento dos esposos, assim como da *copula carnalis*, elemento essencial ao ajuntamento matrimonial.[44] Assim, a indissolubilidade da união entre um homem e uma mulher, além das formalidades da Igreja, dependia da consumação, sem a qual se tornava incompleta e passível de divórcio.

Para evitar a clandestinidade, o Concílio de Latrão, realizado em 1215, condenou expressamente como pecado o casório sem benção nupcial ou sem a publicação dos banhos anunciando o enlace. As sanções, embora adstritas ao Direito Canônico, denunciavam a fir-

guarda"; Correspondência no Título XXIII das Ordenações Manuelinas. Conferir, ainda, nas *Ordenações Filipinas*, o Título XIX – "Do homem, que casa com duas mulheres, e da mulher, que casa com dous maridos"; Correspondência: Título XIII das Ord. Afonsinas e Título XIX das Ord. Manuelinas; e SILVA (1859).

44 Essa teoria vinculava-se ao texto de Gênesis (II, 24) **Erunt duo in carne una** (serão dois numa só carne) (GILISSEN, 2001, p. 570).

me posição da Igreja em dirigir a instituição do himeneu da cristandade ocidental. Consta, todavia, a continuidade de casamentos clandestinos na Europa até, pelo menos, o século XVI. O matrimônio aguardou até o Concílio de Trento para se consolidar como instituição sagrada do cristianismo ocidental, definindo o delineamento passado ao mundo contemporâneo (CAHALI, 1993; FARIA, 2000).

O Concílio de Trento, por suas decisões na esfera do dogma e da legislação eclesiástica, transcendeu os objetivos a que se propunha e condicionou a futura evolução do catolicismo em todo o mundo religioso. Esse sínodo constituiu-se no 19º concílio ecumênico da Igreja Católica e desenvolveu-se em três fases principais entre os anos de 1545 e 1563. A reunião de legados papais, bispos, cardeais, teólogos e gerais de ordens colocou fim a um período de desorientação dos fiéis e graves irregularidades na gestão temporal da Igreja, marcando, segundo Gilissen (2001, p. 322), o início de uma etapa de clareza doutrinária, disciplina e centralização, que culminaria, mais tarde, no Concílio Vaticano I. Foi apenas a partir de 1559, quando se instalou a terceira e última fase do concílio, que foram adotados dispositivos doutrinários e dogmáticos, como os decretos sobre comunhão, missa, matrimônio, ordens sagradas e indulgências. Como assevera Nader (2003, p. 52):

> [...] o Concílio de Trento incluiu o casamento definitivamente dentro do pensamento católico como um instrumento sagrado, necessário e uniformizado. As determinações canônicas fundamentais sobre a contratação do matrimônio subordinaram-no clara e indistintamente à jurisdição da Igreja, principalmente porque havia sido oficialmente declarado um dos sete sacramentos. O Concílio assumiu a iniciativa de sua ordenação e promulgou-a como lei para a Igreja Universal.

Dissolvido o concílio em 1563, o papa confirmou seus decretos em 1564 e reuniu suas disposições no volume intitulado Profissão da Fé Tridentina. Pouco depois, surgiu o catecismo de Trento. O

missal e o breviário foram revistos e publicou-se uma nova versão da Bíblia. Até o final daquele século, muitos dos abusos que motivaram a Reforma Protestante haviam desaparecido e a Igreja Católica recuperara muitos seguidores na Europa. O concílio, porém, não foi capaz de superar a cisão na Igreja cristã (DELUMEAU, 1984, p. 129).

Retomando a questão do matrimônio, vale destacar que, no projeto de renovação da Igreja formulado em Trento, o elemento principal seria a cooperação do indivíduo com Deus, devendo a fé ser vivenciada na atividade terrena. Os conciliares entenderam que a vontade humana não era meramente passiva nem escrava do pecado, mas sim, como afirma Davidson (1991), convocada a colaborar com a obra divina. Dentro dessa perspectiva, decidiram que, embora em si mesma não fosse um obstáculo intransponível, a concupiscência levava ao pecado. Em vista disso, e para evitar o pecado do desejo da carne, somente a união conjugal controlada pela Igreja seria a solução.

Em consequência dessas decisões, instruíram-se medidas, como o Decreto de *reformatione matrimonti*, disciplinando as relações sexuais dos indivíduos e, a principal delas, o casamento sacramental, ferramenta de luta para pessoas que não conseguiam viver em castidade. Assim, o matrimônio tornou-se uma instituição obrigatória, dentro de moldes bem definidos, que deveria realizar-se na presença de um pároco ou de um vigário (NADER, 2003).

Como visto, embora a Igreja antes, em tempos remotos, considerasse o casamento uma união profana, o Concílio de Trento consagrou-lhe uma nova disciplina, organizando-o como uma cerimônia eclesiástica que representava a única, a perfeita e a verdadeira união cristã (VAINFAS, 1989), absolutamente diferenciada das práticas similares dos ritos populares.[45] Observe-se aqui o texto do próprio concílio:

45 As regras morais do cristianismo, por muito tempo, não conseguiram penetrar a fundo nas massas populares. A violência foi amplamente utilizada contra essas pessoas, durante a Idade Média, e muitos núcleos pagãos coexistiram entre os europeus cristianizados, desenvolvendo seus ritos, inclusive o casamento. Sobre o assunto, ver

> 970. Visto que o matrimônio da Lei Evangélica excede pela graça de Cristo os antigos matrimônios, com razão ensinaram os nossos santos Padres, os Concílios e toda a Tradição da Igreja, que ele deve ser enumerado entre os sacramentos da Nova Lei. Contra esta doutrina se levantaram furiosos neste século certos homens ímpios, que não só tiveram opiniões erradas sobre este sacramento venerável, mas ainda, como costumam, introduziram a liberdade da carne sob pretexto de Evangelho, afirmando, por escrito e oralmente, muitas doutrinas alheias ao sentir da Igreja Católica, à Tradição, aprovada desde o tempo dos Apóstolos, e isto não sem grande dano dos fiéis de Cristo. Ora, querendo este santo e universal Concílio atalhar a sua temeridade, julgou se deviam pôr à luz as principais heresias e erros dos sobreditos cismáticos [...]. [46]

O casamento tridentino passou a ser um contrato elevado à dignidade de sacramento por meio de doze cânones, subordinado à cerimônia oficial, cuja liturgia deveria ser uniformizada e celebrada pelo pároco em presença de duas ou mais testemunhas, diante das quais os noivos deveriam proferir as palavras de aceitação do enlace. A concepção do matrimônio como sacramento acentua o mútuo consentimento dos cônjuges, expresso por palavras e sinais (SILVA, 1981). Assim,

> 992. O Santo Concílio declara completamente inábeis para contrair matrimônio os que tentarem fazê-lo de outro modo que não na presença do pároco (ou de outro sacerdote delegado pelo pároco ou pelo Ordinário) e duas ou três testemunhas. Tais contratos os dá por írritos e nulos, como com efeito os invalida e anula por este decreto (CONCÍLIO ECUMÊNICO DE TRENTO, Sessão XXV, 1563).

Kramer e Sprenger (2000).

46 *Caput* do item 970 (*Doutrina sobre o Sacramento do Matrimônio*) da Sessão XXIV do Agnus Dei, documento produzido pelo Concílio Ecumênico de Trento, celebrado no tempo do Sumo Pontífice Pio IV, em 11 de novembro de 1563.

Buscando validar uma união conjugal, os noivos não precisavam do consentimento dos pais, pois o concílio dispensava essa autorização, levando em consideração apenas os sentimentos dos noivos. Esses últimos deveriam cuidar para que não houvesse entre si nenhuma ligação de parentesco consanguíneo até o quarto grau, além de outras tantas normas que poderiam propiciar a nulidade do consórcio. [47] *In verbis:*

> 990. Embora não se deva duvidar que os matrimônios clandestinos, realizados com o consentimento livre dos contraentes, sejam válidos e verdadeiros, enquanto a Igreja não os declarar nulos (írritos), devendo, portanto, ser condenados – como de fato os anatematiza o sacro Concilio – os que negam a sua validade, e os que falsamente afirmam ser inválidos os matrimônios contraídos pelos filhos sem o consentimento dos pais, como se dependesse dos pais fazer o casamento válido ou nulo, contudo, apesar disso, a Santa Igreja sempre os tem detestado e proibido, movida por justíssimas causas [...] (CONCÍLIO ECUMÊNICO DE TRENTO, Sessão XXV, 1563).

Conservando a doutrina clássica de união, em que a cerimônia se constituía em um ato meramente consensual entre os interessados, o concílio prescreveu: (a) o pregão do banho, diretamente pelo pároco, em três domingos consecutivos; (b) o registro do nome dos nubentes e das testemunhas; (c) a data e o local, de forma a comprovar o ato pleno da união; e (d) a solenidade de benção nupcial, que deveria encerrar o enlace. Estabeleceu, ainda, algumas normas para os casamentos realizados fora dos padrões, mas autorizados pelos bispos[48], assim como a proibição da maridagem de sacerdotes. Nesse sentido pregava o concílio:

47 Os pais ficaram escandalizados por não terem sua autoridade considerada pelo concílio. Sobre o tema, ver Flandrin (1995, p. 157).

48 Seriam os casamentos realizados perto da morte de um dos cônjuges, e os casamentos secretos, que não se confundiam com os casamentos populares.

> 990. [...] Sabendo o Santo Concílio que aquelas proibições já não surtem efeito devido à desobediência dos homens, e ciente de que se cometem graves pecados, cuja origem reside nos matrimônios clandestinos, especialmente por parte dos que estão em estado de excomunhão, pois, tendo abandonado a primeira mulher, que fora desposada às ocultas, unem-se às claras com outra, passando a viver com ela em perpétuo adultério; e não podendo este mal ser obviado pela Igreja, que não julga o oculto, a não ser pelo uso de um remédio mais eficaz, manda este Santo Concílio, seguindo as normas do Quarto Concílio de Latrão, celebrado sob Inocêncio III, que para o futuro, antes do casamento, o próprio pároco dos contraentes proclame três vezes publicamente os que vão contrair, em três dias festivos contínuos, durante a missa. Corridos os pregões, e não se apresentando legítimo impedimento, proceda-se ao matrimonio em face da Igreja, onde o pároco, após interrogar o homem e a mulher, se receber o mútuo consentimento, diga: *Eu vos uno em matrimônio, em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo*, ou use de outras palavras, segundo o rito de cada província (CONCÍLIO ECUMÊNICO DE TRENTO, Sessão XXV, 1563).

O sacramento, assim, possuía significação transcendente, um efeito e um caráter divinos, como meio de graça e santificação. A repercussão de tais decisões obrigou que as nações ibéricas recepcionassem o ordenamento tridentino, mesmo diante do grande movimento de imposição exclusiva das normas pátrias em seus reinos. Em Portugal[49], em 15 de setembro de 1564, elaborou-se um decreto recebendo as determinações do Concílio de Trento (GILISSEN, 2001).

49 Em Portugal, o Direito Canônico possuía tanta autoridade que chegou a predominar entre as próprias leis do Reino, com D. Afonso II e D. Diniz, que, quando fundou a primeira universidade portuguesa, de Lisboa, determinou o seu estudo conjunto com o romano [...]; só cessou esse prestígio da Lei da Boa Razão (1769) (VALLADÃO, 1977, p. 44).

Em relação aos efeitos da sacralização dos casamentos, jazia implícito no conceito de família que os cônjuges tinham os mesmos direitos e deveres recíprocos, os mesmos efeitos patrimoniais, as mesmas faculdades dos filhos na sucessão dos bens. Igualmente, o Direito Canônico garantia a validade religiosa do ato e seus efeitos, além do caráter de sacramentalidade e indissolubilidade. A legislação portuguesa absorvera o conceito canônico de matrimônio e sua legislação apoiava-se inteiramente nesses princípios. A disciplina do casamento, porém, não constava no ordenamento lusitano, mas sim no corpo das leis eclesiásticas, em tributo ao reconhecimento da Igreja como a guardiã dos enlaces conjugais. Pode-se observar, inclusive no Livro V das *Ordenações Filipinas*, uma sorte de comandos relacionados às infrações ao sacramento, que resultavam em penas gravíssimas, como degredos, mortes, indenizações etc. Isso se devia ao débil cumprimento dos rituais sacralizados (FARIA, 2000).

Não é difícil imaginar a frequência com que as relações maritais violavam o modelo de Trento no Brasil, como indica Vainfas, em seu *Trópico dos Pecados* (1989, p. 76):

> Às mancebas índias dos primeiros lusitanos somar-se-iam as negras, mulatas, mamelucas e mesmo as brancas pobres nos séculos XVII e XVIII. A falta de mulheres "brancas e honradas" – para usarmos a expressão de Fernão Cabral em 1592 – e a convicção que tinham os portugueses de seus privilégios sexuais, mesmo se casados, levá-los-iam cada vez mais para o mundo do concubinato.

Daí a importância das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*[50], promulgadas em 1707, no acolhimento às orientações do

50 A designação completa é: *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho da Sua Majestade: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707.*

Concílio de Trento, dedicando inclusive parte significativa de seu texto às questões referentes ao sacramento do matrimônio. Se observada a questão da legalização do reconhecimento dos casamentos contando com o elemento cativo nos Estados Unidos, impressiona a preocupação das autoridades eclesiásticas da América portuguesa em disciplinar inclusive a união entre cativos, cujos contornos não estavam estabelecidos pelo catolicismo europeu. Isso contrasta com a notável ausência de legislações específicas a respeito da escravidão na colônia lusitana. Desse modo, a completa compreensão da disciplina religiosa em relação ao enlace matrimonial entre escravos no Brasil depende da análise do importante diploma criado pelo Arcebispado da Bahia em 1707.

O matrimônio nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia

Para compreendermos de que maneira os cativos foram acolhidos no que tange à instituição do matrimônio no Brasil, podemos passar à análise do principal documento eclesiástico que regulava o casamento, especificamente ao consórcio de cativos: as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que entrou em vigor a partir de 1707. Suas orientações valiam para toda a colônia. Segundo esse regulamento, que evocava o *direito divino e humano*, os escravos podiam unir-se com pessoas cativas ou livres:

> Seus senhores lhe não podem impedir o matrimônio, nem o uso dele em tempo e lugar conveniente, nem por este respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro, por ser cativo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir (VIDE, 1853, p. 303).

Devemos concluir, pela leitura desse documento, que a Igreja estendia o sacramento do matrimônio aos escravos. É importante ressaltar que, na pesquisa realizada, apenas nesse documento há expresso consentimento nesse sentido. Não aparece nas Ordenações do Reino nenhuma menção ao tema, tampouco nas leis canônicas de Trento há qualquer tipo de observação acerca das associações conjugais entre cativos, nem proibindo, nem permitindo. O silêncio é a tônica.

Consta que as *Constituições do Arcebispado da Bahia* vinculavam-se ao regime do Padroado régio que, com a instalação em 1532 da Mesa da Consciência e Ordens, existiu no Brasil, segundo o qual o aparelho eclesiástico se afigurava mais como um setor da administração do Estado português e submetia-se à autoridade do Rei. O bispo e sua câmara episcopal cuidavam das causas de cunho religioso e civil, constituindo-se na primeira instância do Juízo eclesiástico (MORAES, 2004, p. 2).

Após a criação da Província Eclesiástica da Bahia, com quatro Dioceses Sufragâneas (Rio de Janeiro, Olinda, São Tomé e Angola), o arcebispo Dom Sebastião Monteiro da Vide decidiu convocar o 1º Concílio Provincial para a Festa de Pentecostes de 1707, lançando-se ardorosamente aos seus preparativos. Dadas as adversidades do período, houve ausências importantes: as sedes de Olinda e São Tomé estavam vagas, o bispo do Rio de Janeiro adoeceu gravemente. Embora a contragosto, o Metropolitano fez então com seu clero um sínodo do Arcebispado da Bahia, o qual contou com a presença do jovem bispo de Angola, Dom Luis Simões Brandão (WEHLING; WEHLING, 1994, p. 81-85).

Essa assembleia transformou-se no acontecimento mais importante na organização da Igreja colonial. Na reunião, aprovaram-se as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*[51], o maior monu-

51 Além dessa compilação, erigiu-se pouco antes o Regimento do auditório eclesiástico (1704), verdadeiro código de processo, de enorme importância num tempo em que boa parte das causas corria no foro da Igreja, havendo em cada grupo de paróquias um vigário forâneo, com poderes judiciais, e na Bahia, um tribunal (relações eclesiásticas).

mento de legislação eclesiástica da colônia e base legal de funcionamento de todos os bispados do Brasil. Compilação formada por cinco livros (Fé, Sacramentos, Clero, Irregularidades e Penas) e 279 títulos, as *Constituições Primeiras* reafirmavam o Concílio tridentino. Publicadas em Coimbra e incluídas na Coleção dos Concílios de Mansi, foram muito apreciadas e, aos poucos, aceitas como legislação nas demais dioceses do Brasil, não só nas Sufragâneas da Bahia, como também em outros bispados sucessivamente criados, como Mariana e São Paulo. Em 1835, apresentou-se até a proposta de fazer aprovar pela Santa Sé as *Constituições Primeiras da Bahia* para toda a Igreja do Brasil. O Representante Pontifício apoiou a ideia (RUBERT, 1988, p. 231-234).

As *Constituições Primeiras* tiveram vida longa. Instituídas em 1707, atravessaram o século XIX como referência legal de matrimônio. Entretanto, ainda no decorrer desse mesmo século, houve mudanças importantes. A Lei 1.144, de 11 de setembro de 1861, estabeleceu o reconhecimento da união entre pessoas não católicas, realizada conforme a religião dos nubentes. Com efeito, criou-se um registro civil para solucionar esses casos. Regulamentando a citada lei, o Decreto 3.069, de 17 de abril de 1863, cuidou dos nascimentos, casamentos e óbitos de pessoas oriundas de outro credo religioso que não o católico. Assim, o Brasil passou a contar com três formas de enlace matrimonial: (a) o católico, observando a disciplina tridentina; (b) o misto, mesclando credos; e (c) o não católico, conforme a Lei 1.144 de 1861. A proclamação da República, entretanto, colocaria termo à sobrevivência do casamento religioso como regra no Brasil (BRANDÃO, 2001).

De todo modo, o matrimônio de escravos, durante a maior parte da existência dessa forma de servidão no Brasil, foi regulado exclusivamente pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Tal Direito Canônico seguia o modelo definido por Trento no que diz respeito aos sacramentos, incluindo os cativos entre os que deveriam

recebê-los, desde o batismo até a catequese. O Título II determinava que: "São obrigados os pais, mestres, amos e senhores a ensinar ou fazer ensinar a doutrina *christã* aos filhos, discípulos, criados, e escravos". Já o Título XXXVII incluía os cativos no rol dos confessados. Tratava a matéria do matrimônio, todavia, separadamente. Do Título LXII, "Do sacramento do matrimônio: da instituição, matéria, forma, e ministro deste sacramento, dos fins para que foi instituído, e dos efeitos que causa", até o Título LXX, "Do matrimônio dos vagabundos, e dos que fingem casados com mulheres, que trazem consigo, e dos que não fazem vida com as suas", existiam poucas menções aos cativos. Percebe-se, nesses títulos, uma nítida preocupação em reafirmar as decisões de Trento em relação à finalidade do matrimônio como o remédio contra a concupiscência, já que seu efeito precípuo seria o de "causar graça" (VIDE, 1853, p. 303).

Verifica-se ainda a preocupação em estabelecer a idade mínima para os nubentes, a saber, 14 anos para os homens e 12 anos para as mulheres; admoestação quanto à averiguação dos impedimentos matrimoniais; e a obrigatoriedade de o casamento ser conduzido pelo pároco local e diante de testemunhas, estabelecendo ainda o ritual da cerimônia com as perguntas e respostas esperadas pelos noivos e o papel do pároco na confirmação das vontades individuais manifestadas. O Título LXXI, "Matrimônio dos escravos", disciplinava o tema, garantindo de forma bastante ampla tal direito aos cativos. Pretendia-se assegurar que o senhor não impedisse nem negasse esse direito ao escravo, além de proteger a vida conjugal dos cativos, a qual não podia ser perturbada por maus-tratos, nem pela venda isolada de um dos cônjuges. O texto é categórico:

> [os senhores] tomam sobre suas consciências as culpas de seus escravos que por meio do temor se deixam muitas vezes estar, e permanecem em estado de condenação. Pelo que lhe mandamos, e encarregamos muito, para que não lhes ponham impedimentos aos seus escravos para

> se casarem, nem com ameaças, e mau tratamento lhes encontrem os usos do Matrimônio em tempo, e lugar conveniente, nem depois de casados lhes vendam para partes remotas de fora para onde suas mulheres por serem escravas ou terem outro impedimento legítimo não os possam seguir (VIDE, 1853, p. 304).

Nos trechos seguintes, reafirma-se o modelo de matrimônio definido nos títulos anteriores com iguais obrigações, sobretudo no que tange ao conhecimento da doutrina e da finalidade do casamento. O padre Manoel Ribeiro Rocha retomou a questão do casamento cativo em seu *Etíope resgatado* (1992), por meio de um discurso teológico-jurídico publicado em 1758. Na sétima parte, intitulada "do que respeita à instrução nos bons costumes", Rocha reforçava os decretos e cânones das *Constituições da Bahia* no que dizia respeito ao combate ao concubinato e à liberdade de conjúgio. Orientando os senhores sobre tais temas, escreveu o padre:

> E sendo caso, que lhe conste do concubinato de algum deles, têm obrigação de o evitar por todos os modos possíveis, dos quais o melhor é o Casamento, como se declara nas Constituições, a qual nesta matéria diz, e resolve completamente o ponto.
>
> [...] tenham mais entendido os ditos possuidores dos cativos, que eles podem casar, com quem lhes parecer; e que não lhe podem impedir o Matrimônio [...] porque isto é pecado mortal; e além disto os tais possuidores tomam sobre si, e suas consciências, todos os pecados de incontinência, e os mais, que se seguirem; como declara a dita Constituição (ROCHA, 1992, p. 122-123).

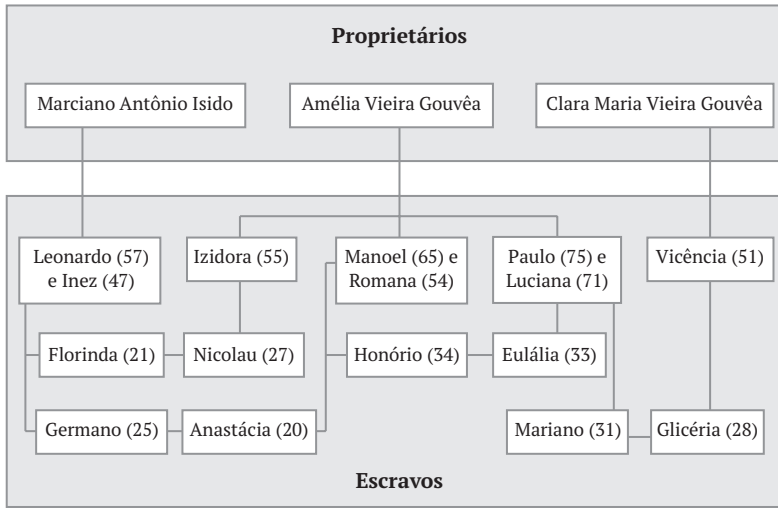
Contrariamente à historiografia que negava a constituição da família escrava no Brasil, a leitura da legislação canônica da época permite-nos duvidar de que as altas hierarquias não reconhecessem

a legitimidade do matrimônio entre escravos. É forçoso reconhecer, contudo, que tais normatizações vieram justamente para contrapor-se aos impedimentos que poderiam ser criados pelos senhores ao enlace de cativos. Ademais, pareceu preocupar as autoridades eclesiásticas a não observância dos princípios da fé católica no ato de união conjugal entre os escravos. Tudo isso leva a crer que a sociedade brasileira possuía segmentos desassossegados com o assunto e empenhados em adequar as práticas cotidianas do cativeiro ao regime tridentino.

O ninho: a família escrava nas tramas do cotidiano

No dia 27 de novembro de 1875, às 11 horas da manhã de um sábado, na Capela de Nossa Senhora da Ajuda, em Araçatiba, filial da Freguesia de Vianna, numa cerimônia coletiva, foram celebrados diversos matrimônios, entre eles, o de Eulália e de seu irmão Mariano. Eulália tinha 33 anos e Mariano, 31. Eram filhos legítimos de Paulo e Luciana, ainda vivos, na ocasião; ele com 75 anos e ela com 71. Todos eles eram escravos de Amélia Vieira de Gouvêa, que os havia herdado em 1856 por ocasião da morte de seu pai, o Tenente Coronel Sebastião Vieira Machado. Eulália se casou com Honório, 34 anos, filho legítimo de Manoel e Romana, com 65 e 54 anos, respectivamente, também pais de Anastácia, de 20 anos, pertencentes à escravaria de Amélia. Anastácia se casou com Germano, de 25 anos, filho legítimo de Leonardo, 57, e Inez, 47, ambos escravos de Marciano Antônio Isido. Também se casou Florinda, de 21 anos, irmã de Germano e escrava de Marciano, com Nicolau, de 27 anos, filho natural de Izidoria, de 55 anos, também escravos de Amélia. Já Mariano se casou com Glicéria, de 28 anos, filha natural de Vicência, com 51 anos, ambas pertencentes à Clara Maria Vieira de Gouvêa (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, Livro de casamento de Viana, 1859-1873, n. 2).

Quadro 2 – Casamento coletivo, Freguesia de Viana, Espírito Santo, 27 de novembro de 1875



Fonte: CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, Livro de casamento da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vianna, 1859-1873, n. 2

Consta no registro de casamento, além de seus prenomes e o nome do proprietário, o nome dos pais e das testemunhas: Luis Pinheiro da Victoria e João Barbosa do Rosário, ambos livres, foram padrinhos de Honório e Eulália. Dionísio Gomes Vieira e Bernardo João dos Passos, também livres, foram padrinhos de Germano e Anastácia. Novamente, Luis Pinheiro, acompanhado de Silvestre Pereira da Trindade, também livre, foram padrinhos de Nicolau e Florinda. E Silvestre, mais uma vez, assina como padrinho, juntamente com outro livre, Luciano Vieira de Gouvêa, no registro de Mariano e Glicéria.

Não possuímos documentação para acompanhar a trajetória dos casamentos realizados naquela manhã de 1875, mas, se voltarmos nossa atenção aos demais casais presentes envolvidos na cerimônia, é possível observar uniões relativamente longas, estáveis e profícuas. Paulo e Luciana estavam unidos há pelo menos 46 anos, idade de sua filha mais velha Nazaria, casada com Firmino, 56 anos, com

quem teve Damasia, de 4 anos, e o pequeno Paulo, de 1 ano. Além de Nazaria, Paulo e Luciana tiveram mais dois filhos, Eulália e Mariano, que viriam a casar-se adiante na cerimônia recém-descrita.

A morte não deve ter deixado intocada a família de Paulo e Luciana. É possível que tenham tidos outros filhos, mas não possuímos tais informações. De acordo com o inventário aberto em 1856, a posse de Sebastião Vieira Machado era composta por 346 cativos, dos quais cinco pertenciam a uma mesma família, qual seja, o casal Paulo e Luciana e três de seus prováveis filhos sobreviventes: Nazaria, com 27 anos de idade, Eulália, de 14 anos, e Mariano, de 12. Ao longo do tempo, outros parentes foram sendo incorporados: genros, noras, netos, cunhados, compadres, sogros, alargando assim a rede de laços de solidariedade e aliança.

A reconstituição dessa família e de outras mais que viveram em Vitória e seus arrabaldes serviram de experiência para testar as possibilidades ou dificuldades no trabalho com as fontes documentais – registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, além dos inventários *post mortem* – privilegiadas pela pesquisa em tela. Do ponto de vista metodológico, a reconstituição de famílias cativas é trabalho árduo, as fontes capixabas são dispersas, quando não ausentes, dificultando o cruzamento de dados. Não é nossa pretensão apresentar aqui um cenário definitivo acerca da família escrava em Vitória, mas acreditamos que, de maneira geral, a partir dos dados obtidos, foi possível apontar algumas linhas de entendimento a respeito do tema.

A busca por compreenderem-se as práticas familiares dos escravos disseminadas no espaço social se afigura alternativa valiosa. O que as *Constituições Primeiras* demonstraram de fato é a existência de um reconhecimento social dos laços de parentesco estabelecidos por meio do casamento, da consanguinidade e mesmo das relações concubinárias, tanto entre cativos quanto entre livres.

Por meio da pesquisa nos arquivos da Cúria Diocesana de Vitória, encontramos registros de casamento entre escravos e de escravos

com livres, em que se percebe a preocupação em acatar o modelo especificado pelas *Constituições* baianas. Foi o caso do registro coletivo que vimos acima, embora existam muitos outros. E, de maneira geral, observamos citação à Lei do Bispado:

> Aos dez dias do mês de Fevereiro do anno de mil oitocentos e sessenta e hum nesta Igreja matriz desta freguesia de Vianna, pelas duas horas da tarde, em minha presença e das testemunhas abaixo assignadas, predispostos na forma da Lei do Bispado, se receberão em matrimonio Bernardino e Ursula, escravos de Sebastião Pinto da Conceição. Confere-lhes as bençãos matrimoniais para constar fiz termo que assignei. Vigário João Pinto Pestana. Testemunhas: Joaquim de Freitas Lira e Antonio Ferreira dos Passos (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, Livro de casamento de Viana, 1859-1873, n. 2).

Outro testemunho, no mesmo sentido:

> Aos quatorze dias do mês de Abril do anno de mil oitocentos e sessenta e hum nesta matriz da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vianna, a huma hora da tarde, em minha presença e das testemunhas abaixo assignadas, se receberão em Matrimonio por palavras de presente preparados na forma de Lei do Bispado, João e Victoria, pretos, escravos de Raphael Pereira de Carvalho. Conferi-lhe as bênçãos na forma de Rito da Igreja e para constar, fiz este termo, que assignei. Vigário João Pinto Pestana - Testemunhas: Manoel Correia da Rocha e Joaquim Carneiro Lira (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, Livro de casamento de Viana, 1859-1873, n. 2).

Na prática, a existência de uma doutrina legitimadora das relações conjugais entre cativos demonstra a preocupação da Igreja em regulamentar as associações maritais de escravos, confirmando

a tese da existência de relações familiares entre eles, ainda que não sancionadas oficialmente. Como bem ressaltaram Florentino e Góes (1997, p. 142):

> Índices marcantes de ilegitimidade não eram características exclusivas da população escrava [...]. Apesar dos esforços da Igreja pós-tridentina, obcecada em normatizar e controlar a vida de seu rebanho, sedimentados costumes (antes consignados inclusive nas Ordenações do Reino, na figura do casamento "presumido") continuavam a ser teimosos adversários, aos quais dificilmente aderiam as imprecações e ameaças dos párocos mais ciosos no cumprimento das disposições conciliares.

Sob esse aspecto, é certo que as exortações das *Constituições Primeiras* não surtiram, de fato, o efeito desejado. Nossos dados apontam para um índice significativo de ilegitimidade na pia batismal: entre 52,4 % e 76,7 % das crianças cativas foram declaradas filhos "naturais" no período que se estende de 1831 a 1871, fortalecendo a tese de uma maior frequência de parentesco declarado entre mães e filhos.[52] Em conformidade com tal perspectiva, Russell-Wood (2001, p. 27) afirma:

> Estudos recentes têm revisado nossas visões sobre a composição da família no Brasil colonial. O que tem surgido é a diversidade da estrutura familiar e que a sanção de casamentos por parte da igreja não exerceu uma pressão bastante forte em si mesma para manter unidas as famí-

52 Slenes (1999) trabalhou o índice de legitimidade segundo a estrutura de posse em Campinas. Seu trabalho aponta para a ideia de que, quanto menor a escravaria, menor o índice de legitimidade. Em plantéis com 1 a 9 escravos, a razão era de 29 % de legítimos e, em plantéis com mais de 10 cativos, o valor chegava a 80 %. Já José Roberto Góes (1993) afirma que a ilegitimidade foi a regra para os batismos no Rio de Janeiro. Na maior parte do tempo, o índice de legitimidade esteve entre 10 % e 20 %, alcançando seu ápice entre os anos de 1820 e 1825, ao superar a linha dos 30 %.

> lias. Nesta discussão sobre famílias, [...] Donald Ramos constatou que a família matrifocal era a unidade familiar predominante, que as mulheres não-brancas eram as responsáveis pela maioria das unidades domésticas [...].

Apesar disso, acreditamos que a Igreja Católica, por meio das *Constituições da Bahia*, contribuiu para a construção de uma mentalidade em que a formação de famílias não conflitasse com a escravidão. Acreditamos, inclusive, que essas relações legitimadas podiam ser assim melhor "protegidas", no que diz respeito às eventuais intenções de separação que alguns senhores possuíssem, por estarem eles sob os rigores e a "fiscalização" da instituição eclesial. Por isso, de certa forma, os senhores permaneciam alvos de preocupação dos clérigos, que os julgavam obstáculos a serem superados para a realização do matrimônio de escravos segundo os costumes tridentinos, como destaca Schwartz (1988, p. 315):

> [O]s proprietários aceitavam as uniões consensuais como ocorrência na ordem natural das coisas e tendiam a não interferir com os cativos a esse respeito ou a arranjar as uniões sem a ajuda do clero. Os clérigos, naturalmente, achavam tal comportamento irresponsável e repreensível [...].

Outro aspecto interessante a ser observado relaciona-se aos casamentos mistos. Apesar da menor frequência em nossa amostra, em 11,4 % dos registros de casamentos que levantamos, encontramos escravos casando-se com livres, e vice-versa. Vejamos um exemplo:

> Aos vinte dois dias do mês de Setembro do anno de mil oitocentos e sessenta nesta Matriz de Vianna, em minha presença e das testemunhas abaixo assignadas, pelas dez horas da manhã, preparados na forma da lei do Bispado se receberão em matrimonio por palavras de presente Torquato Martins de Araújo e Elena Maria do Rosário,

> elle filho legitimo de João Braz da Victoria e Joana Braz da Victoria, e ela filha legitima de Luiza Teixeira da Conceição e Marcelino escravo de Joaquim de Almeida Coutinho receberão logo as bênçãos matrimoniais, do que para constar, fiz termo que assignei. Vigario João Pinto Pestana. Testemunhas: João Manoel Nunes e Sebastião de Freitas Lira (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, Livro de casamento de Viana, 1859-1873, n. 2).

Testemunhos como esse, presentes nos enlaces registrados em Vitória, mostram a ausência de restrição ao casamento misto no Brasil, diferentemente do que se verificava em outras sociedades escravistas da América.[53] É bem verdade que a legislação acerca do matrimônio, seja ela sacra, seja ela laica, destinada originalmente aos livres, sofreu adaptações resultantes do próprio cotidiano escravista brasileiro, com cores e contornos próprios. Sem dúvida, havia o ideal e o possível.

Na prancha intitulada *Casamento de negros escravos de uma casa rica*, Debret (1978, p. 200) tece o seguinte comentário:

> É igualmente decente e de bom-tom nas casas ricas do Brasil fazer casarem-se as negras sem contrariar dema-

53 Nas colônias inglesas da América, a restrição aos desposórios mistos dava-se segundo o binômio branco-negro. Como explica Yalom (2002, p. 169-70), houve um tempo, logo após a introdução de trabalhadores escravos nos campos de tabaco da Virgínia, "em que eles chegaram a se casar com brancas – vários casos documentados sobreviveram [...]. Parece que, nos primeiros dias da colonização, quando a condição social dos escravos era incerta (afinal de contas, não havia escravos na Inglaterra), os africanos eram tratados quase como os serviçais contratados, havendo pouca distância social entre criados brancos e escravos negros. Mas assim que a instituição da escravidão evoluiu e os escravos tornaram-se cada vez mais desumanizados, um tabu contra relações sexuais e casamentos com negros e índios se estabeleceu [...]". Nas colônias americanas não havia condição social intermediária designada às crianças de não brancos e brancos. Entretanto, na Flórida e Louisiana, onde as regras espanholas e francesas prevaleciam, os mulatos eram reconhecidos como membros de uma classe própria, com muitos dos direitos dos brancos, pelo menos até o século XIX, quando quase todos os EUA aprovaram leis proibindo casamentos entre pessoas brancas e negras ou mulatas.

> siado suas predileções na escolha de um marido; este costume assenta-se na esperança de prendê-los melhor à casa. [...] Na cerimônia do casamento é o criado de categoria superior que serve de padrinho ao inferior e *Nossa Senhora* é a madrinha de todos.

Parece que a cena imortalizada pelo pintor francês encarna o ideal eclesiástico preconizado pelas *Constituições Primeiras*, destacando o ponto nodal da escravidão brasileira, que, se em nenhum momento deixou de ser violenta e opressora, se utilizou, outrossim, de recursos banidos por outras sociedades escravistas da América.

Por um lado, então, a sociedade escravista criava formas de controle, a ponto de o matrimônio entre escravos segundo as normas tridentinas ganhar destaque especial em um documento canônico escrito para a América portuguesa, não se concebendo deixar essa relação entre escravos escapar ao controle da sociedade escravista. Por outro lado, ao observar atentamente o cotidiano escravista, podemos notar que a família escrava criava alternativas à sua existência. Mesmo o fato de não pertencer ao mesmo senhor e de ocupar espaços privados diferenciados não significava, de imediato, um esfacelamento relacional definitivo. Não havia somente uma durabilidade familiar concreta. O pertencimento a uma família perpassava gerações, sendo guardado na memória dos que compunham aquele grupo familiar e também de outros sujeitos que reconheciam determinado escravo como sendo parente de outro. Na prática, diante da multiplicidade de experiências, estratégias foram elaboradas dentro e fora do cativeiro no sentido de poder vivenciar essas relações familiares da forma mais humana possível, numa tentativa de superação da condição de objeto a que estavam submetidos.

Na complexidade da dinâmica escravista, em que latejava o desejo de tornar os escravos desprovidos de vontades, a família surgia como um elemento de humanização para quem era constantemente aviltado. Assim, apesar do esforço de controle social, acreditamos que com-

por um grupo familiar escravo era muito mais que uma relação com as características do modelo-familiar católico-europeu. Nessa última, tem-se uma relação sacramentada pela Igreja Católica, com filhos legítimos e na qual o homem seria o protetor e provedor do lar. Compor uma família na condição de escravo, de outra parte, era algo que transcendia a convivência diária entre os membros de um mesmo espaço.

Na verdade, famílias de escravos eram compostas também por um sentimento de fazer parte de determinado grupo de parentesco. Mesmo passando por dificuldades, os laços familiares eram imprescindíveis para homens, mulheres e crianças escravizados, por significar relações de solidariedade e ajuda mútua. Ter pai, mãe, irmãos, companheiro(a), filhos, tios, sobrinhos, cunhados, padrinhos: eram relações que representavam um referencial de vida, de historicidade para esses indivíduos.

Conclusão

Os inventários *post mortem*, os testamentos, a documentação eclesiástica e os relatórios oficiais que formaram a base da reflexão que agora se encerra forneceram grande parte dos subsídios para uma reconstrução, ainda que parcial, do panorama de Vitória ao longo do século XIX. Há ainda, não obstante, uma série de questões que permaneceram em aberto, segredos que as fontes relutaram em revelar.

Na verdade, durante a pesquisa, deparei-me com um significativo número de crianças escravas nascidas nos plantéis capixabas, além de verificar a grande importância dos cativos na composição das fortunas locais. Assim, logo ocorreu o questionamento sobre o que teria propiciado tal situação. Eram muitas as perguntas: como justificar essa concentração de escravos? Quem eram eles? De onde provinha o capital necessário à compra desses escravos? O que viabilizava a presença de tantos cativos? Por que tantas famílias? Seria possível reconstruir as trajetórias familiares? Essas indagações converteram-se em foco primário do trabalho que ora se encerra.

Inicialmente, foi feito um mapeamento da composição demográfica de Vitória por meio de um amplo levantamento em arquivos e fontes diversas. Apoiada em um conjunto documental mais

amplo, busquei, de fato, compreender o universo que caracterizava a região, realizando uma investigação robusta que permitisse a construção de hipóteses explicativas para tal universo. Com esse objetivo, procurei uma análise estrutural da família escrava, avaliando seu peso na constituição da sociedade do Espírito Santo ao correr do século XIX. Para tanto, a nova historiografia, sediada principalmente na UFRJ e voltada para a análise de problemas similares em outras localidades brasileiras, foi essencial à discussão realizada nas páginas anteriores.

Uma das contribuições deste trabalho encontra-se, com efeito, na interlocução que estabelece com um conjunto de estudos recentes a respeito do peso da família escrava na manutenção e viabilização da escravidão no Brasil. Nesse sentido, Vitória, com seu significativo número de crioulos, colabora também para uma leitura mais ampla da escravidão em território nacional. Aliás, os dados apresentados recolocam a tese da família escrava para além de algo complementar. O lar cativo mostrou-se, como visto, tão essencial para a manutenção da escravidão no Brasil quanto o tráfico negreiro. Em relação a Vitória, muito antes de 1850 a família já era a principal forma de manutenção e reposição dos plantéis.

Vitória, enquanto capital da Província, era um pequeno centro em torno do qual orbitavam serviços e ocupações das mais variadas, constituindo um núcleo urbano influenciado pela especificidade rural circundante. Nela, destacava-se a presença da mão de obra escrava em quase todos os inventários analisados, independentemente do tamanho das fortunas. É claro que, em se tratando de cativos, o padrão também tendia à concentração nas mãos dos mais afortunados, mas de forma geral, ao longo do século XIX, a propriedade cativa esteve amplamente disseminada em todos os estratos sociais da Comarca.

Do ponto de vista econômico, a Comarca de Vitória, embora uma região pouco próspera no contexto do Brasil, apresentava traços estruturais comuns às regiões centrais, a saber: o predomínio do tra-

balho escravo em todos os níveis de riqueza e a alta concentração dos recursos nas mãos de sua pequena elite. Sobre essa última, as fortunas estavam fundadas em diferentes negócios, perfil que se repetiu entre os médios e pequenos proprietários.

A propósito de tais negócios, foi possível evidenciar a importância dos cativos como fundamento maior das fortunas locais. Base da mão de obra da comunidade, tanto no campo quanto na prestação de serviços especializados urbanos, os escravos garantiam a reprodução do lugar social. Além deles, havia a existência de um comércio informal de aluguel de casas, de várias redes de empréstimos pessoais, bem como a presença de diferentes gradações de comércio.

De maneira geral, o panorama econômico da Comarca de Vitória em muito se aproximava de regiões como Araxá, Magé, São José dos Pinhais, cujas atividades principais se destinavam ao abastecimento do mercado interno, mediante uma produção voltada ao consumo local e à circulação inter-regional com base no uso intensivo da mão de obra escrava. O mosaico produtivo verificado na capital capixaba era similar ao dessas regiões: algodão, açúcar, arroz, milho, mandioca, feijão e café.

No tocante aos padrões familiares entre cativos, foi possível identificar significativa autonomia dentro do cativeiro na constituição de arranjos parentais, além de um número significativo de laços familiares envolvendo escravos, libertos e livres, explicitados por ocasião do batismo, do casamento ou mesmo da morte. Na verdade, os estudos sobre família escrava realizados em regiões menores, como Vitória, apontam que a alta representatividade de escravos nascidos no Brasil ao longo do século XIX parece corroborar a hipótese de se tratar de escravarias já antigas, onde ocorreu paulatina renovação de mão de obra via natalidade, apesar do ingresso de recém-chegados pelo tráfico. Em Vitória, especialmente, a tendência foi a substituição da lógica demográfica baseada no desequilíbrio entre sexos, com maioria de homens adultos, pela lógica demográ-

fica da família escrava, o que resultou numa situação de razoável equilíbrio entre os sexos, ocasionado, principalmente, pelos nascimentos no interior das propriedades.

No pequeno universo de Vitória, o tráfico foi complementar, sendo a família a forma fundamental de reposição de cativos, pelo menos de acordo com as informações coligidas nas fontes que datam desde o final do século XVIII. Todos os indícios – queda do índice de masculinidade, forte predomínio de crioulos, alta porcentagem de crianças e laços familiares – apontam para a confirmação da importância da reprodução natural na manutenção da escravidão capixaba. Este se revelou, afinal, o caminho mais vantajoso para a região, há muito desvinculada do mercado externo.

A reprodução natural tornou-se a alternativa mais viável aos proprietários e tal política abriu caminho para a construção de laços familiares estáveis no interior dos plantéis, permitindo ao cativo construir, inclusive, estruturas sociais para além daquelas constituídas pelo poder senhorial, ultrapassando os limites dos plantéis e envolvendo a sociedade como um todo.

A obra que ora se conclui deixa, no entanto, outras perguntas a serem respondidas. Reconstruir a Vitória do século XIX não foi, certamente, tarefa simples. Tratou-se, antes de tudo o mais, de um esforço heurístico, de uma tentativa para um melhor conhecer, enveredando-se, muitas vezes, nos campos da interpretação histórica e – por que não? – da intuição da pesquisadora. Posto que o passado nem sempre deixa marcas visíveis, foi preciso compreendê-las na medida em que elas se apresentaram inteligíveis. Não obstante esse esforço, muitas lacunas estão fadadas a permanecerem sem respostas. Mas, apesar dos limites com os quais me defrontei, acredito que o presente trabalho tenha, de fato, colaborado na ampliação dos conhecimentos acerca da família escrava no Brasil.

Referências

1. Fontes primárias:

A. Manuscritas:

ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO. Inventários *post-mortem* e testamentos anexos, caixa 1-55, 1786-1872.

CONSELHO ULTRAMARINO. **Projeto Resgate de documentação histórica Barão de Rio Branco**. Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do ES (1582-1822). Rio de Janeiro: LPC Data Imagem, 2000. 2 CD-ROM. Cartas e relatórios administrativos.

CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA. **Livro de batismo de cativos da Catedral**. Vitória, 1861.

_____. **Livro de batismo de cativos da Catedral**. Vitória, 1862.

_____. **Livro de batismo de cativos da Catedral**. Vitória, 1863.

_____. **Livro de batismo de cativos da Catedral**. Vitória, 1864.

_____. **Livro de batismo de cativos da Catedral**. Vitória, 1865.

_____. **Livro de batismo de cativos da Catedral**. Vitória, 1866.

_____. **Livro de batismo de cativos da Catedral**. Vitória, 1867.

_____. **Livro de batismo de cativos da Catedral**. Vitória, 1869.

_____. **Livro de batismo de cativos da Catedral**. Vitória, 1870.

_____. **Livro de batismo de cativos da Catedral**. Vitória, 1872.

_____. **Livro de batismo de cativos da Catedral**. Vitória, 1878.

_____. **Livro de casamento da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vianna (1859-1873)**. Viana, 1873. n. 2.

_____. **Livro de óbitos de cativos da Catedral**. Vitória, 1850-1868.

B. Impressas:

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. **Falla com que o Exm. Vice-Presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abrio a Assembléia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1845.

_____. **Falla do Presidente Silva Coito**. Vitória, 1º abr. 1839.

_____. **Relatório do Presidente Sebastião Machado Nunes apresentado à Assembléia Legislativa Provincial**. Vitória, 24 maio 1854.

_____. **Relatório que o Exm. Presidente da Província do Espírito Santo, Dr. José Fernandes da Costa Pereira Jr., dirigiu a Assembléia Legislativa na Sessão Ordinária de 23 de maio de 1862**. Vitória, 1862.

_____. **Relatório que o Exm. Presidente da Província do Espírito Santo, Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros, dirigiu a Assembléia Legislativa na Sessão Ordinária de 23 de maio de 1856**. Vitória, 1856.

_____. **Relatório que o Exm. Presidente da Província do Espírito Santo, Dr. Sebastião Machado Nunes dirigiu a Assembléia Legislativa da mesma província na sessão ordinária de 25 de maio de 1854**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1855.

_____. **Relatório que o Exm. Presidente da Província do Espírito Santo, o Bacharel José Bonifácio Nascentes D' Azambuja diri-**

giu a Assembléia Legislativa da mesma província na sessão ordinária de 24 de maio de 1852. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1845.

_____. **Relatório que o Exm. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro Vice-Presidente da Província do ES, apresentou na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, 25 de maio de 1857**. Vitória, 1857.

CONCÍLIO ECUMÊNICO DE TRENTO. **Doutrina sobre o Sacramento do Matrimônio da Sessão XXIV-XXV do Agnus Dei, documento produzido pelo Concílio Ecumênico de Trento, celebrado no tempo do Sumo Pontífice Pio IV, em 11 de novembro de 1563**. Trento, 1563. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/documentos/trento.html>. Acesso em: 25 mar. 2005.

COUTINHO, J. C. da S. **O Espírito Santo em princípios do século XIX**: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à Capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819. Vitória: Estação Capixaba Cultural, 2002.

CUNHA, F. M. da. Ofício que Francisco Manoel da Cunha dirigiu ao Conde de Linhares sobre a capitania, hoje província, do Espírito Santo – 26/2/1811. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 511-518, 1849. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsMjBCWDlFbmo2Zm8/view>. Acesso em: 12 nov. 2005.

DEBRET, J. B. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Tomo II. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria Geral de Estatística – DGE. **Recenseamento do Brazil, Censo de 1872**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf>. Acessado em: 2 mar. 2017.

MARQUES, C. A. **Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. **Livro IV**. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4ind.htm>. Acesso em: 1º mar. 2017.

RUBIM, F. A. Memórias. **Revista do Instituto Histórico e Geographico do Espírito Santo**, Vitória, n. 7, p. 97-127, 1934.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VASCONCELLOS, I. A. de. **Memoria Statistica da Província do Espírito Santo escrita no anno de 1828**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

VIDE, S. M. da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustríssimo, e Reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade**: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. São Paulo: Typographia 2 de dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.

2. Livros:

ALENCASTRO, L. F. de (Org.). **História da vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

ALGRANTI, L. M. **O feitor ausente**: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1988.

ALMADA, V. P. F. de. **Escravismo e transição**: o Espírito Santo (1850-1888). Rio de Janeiro: Graal, 1984.

BEIGUELMAN, P. **Formação política do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

BELLINI, L. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforrias. In: REIS, J. J. (Org.). **Escravidão & invenção da liberdade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BERGAD, L. W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais (1720-1880). Bauru: Edusc, 2004.

BETHELL, L. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1976.

BITTENCOURT, G. A. M. **A formação econômica do Espírito Santo**: o roteiro da industrialização. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, 1987.

BLACKBURN, R. **A queda do escravismo colonial (1776-1848)**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BLASSINGAME, J. W. **The slave community**: plantation life in the Antebellum South. New York: Oxford University Press, 1972.

BRANDÃO, D. V. C. Do casamento religioso com efeitos civis e o novo Código Civil. **O Neófito**: informativo jurídico. 2001. p. 4. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/7815-7814-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2005.

CAHALI, Y. S. Do casamento. In: _____. **Enciclopédia Saraiva do Direito**. v. 13. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993. p. 9-19.

CALMON, P. **História social do Brasil**: espírito da sociedade imperial. São Paulo: Martins Fontes, 2002. v. 2.

CAMPOS, A. P. **Escravidão e creolização**: a capitania do Espírito Santo, 1790-1815. In: FRAGOSO, J. et al. (Orgs.). Nas rotas do Im-

pério: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes, 2006. p. 571-608.

_____. **Nas barras dos tribunais**: direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX. 2003. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V. da (Orgs.). **Da África ao Brasil**: itinerários históricos da cultura negra. Vitória: Flor & Cultura, 2007.

CANABRAVA, A. A grande lavoura. In: HOLANDA, S. B. **História Geral da Civilização Brasileira**. v. 6. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CARDOSO, C. F. S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume Dumará, 1996.

_____. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CODY, C. A. Naming, kinship, and estate dispersal: notes on slave family life on a South Carolina plantation, 1786 to 1833. **William and Mary Quarterly**. The family in early American history and culture. v. 39, n. 1, p. 192-211, 1982.

CONRAD, R. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**: 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

COSTA, E. V. da. **Da senzala à colônia**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, I. del N. da; SLENES, R. W.; SCHWARTZ, S. B. A família escrava em Lorena (1801). **Estudos Econômicos**, v. 17, n. 2, p. 245-295, maio/ago. 1987.

DAEMON, B. C. **Província do Espírito Santo**: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Vitória: Tipografia do Espírito-santense, 1879.

DAVIDSON, N. S. **A Contra-Reforma**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

DEAN, W. **Rio Claro**: um sistema de grande lavoura (1820-1920). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DELUMEAU, J. **A civilização do renascimento**. Lisboa: Estampa, 1984.

ELKINS, S. M. **Slavery**: a problem in American institutional and intellectual life. Chicago: University Chicago Press, 1959.

ELTON, E. **Velhos templos de Vitória & outros temas capixabas**. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987.

ENGEMANN, C. Comunidade escrava e grandes escravarias no Sudeste do século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5., 2003, Caxambu. **Anais eletrônicos**... Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_carlos_engemann_comunidade-escrava-e-grandes-escravarias-no-sudeste-do-seculo-xix.pdf>. Acesso em: 1º mar. 2017.

_____. **De laços e de nós**: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis no Sudeste brasileiro do Oitocentos. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Gra-

duação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FARIA, S. de C. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Compadrio. In: VAINFAS, R. (Org.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FLANDRIN, J.-L. **Famílias**: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga. Lisboa: Estampa, 1995.

FLORENTINO, M. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FLORENTINO, M. (Org.). **Tráfico, cativeiro e liberdade**: (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, M.; MACHADO, C. Sobre a família escrava em plantéis ausentes do mercado de cativos: três estudos de casos (Século XIX). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais**... Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1998. p. 1.379-1.396.

FOGEL, R. W.; ENGERMAN, S. L. **Time on the cross**: the economics of American negro slavery. Boston: Little, Brown and Company, 1974.

FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 3. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F. (Orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, J. et al. (Orgs.). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes, 2006.

FRAZIER, E. F. **The negro family in Chicago**. Chicago: University Press, 1932.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. Origem da família patriarcal brasileira. 46. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FURTADO, J. F. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes**: o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GENOVESE, E. D. **In red and black**: marxian explorations in Southern and Afro-American history. New York: Vintage Books, 1971.

_____. **A terra prometida**: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GILISSEN, J. **Introdução histórica ao direito**. Tradução de A. M. Hespanha e L. M. Macaísta Malheiros. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

GÓES, J. R. **O cativeiro imperfeito**. Vitória: Lineart, 1993.

GRAF, M. E. de C. **População escrava da Província do Paraná, a partir das listas de classificação para emancipação (1873-1886)**. 1974. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

GRINBERG, K. **Código Civil e cidadania**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GUTMAN, H. G. **The black family in slavery and freedom (1750-1925)**. New York: Vintage, 1976.

HENRY, L. Une richesse démographique en friche: les registres paroissiaux. **Population**, Paris, v. 8, n. 2, p. 281-290, 1953.

HOLANDA, S. B. de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. O Brasil Monárquico. v. 2. Dispersão e Unidade. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

_____. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KAPLAN, M. **Formação do Estado Nacional na América Latina**. Tradução de Lygia Maria Baeta Neves. Rio de Janeiro: Eldorado, 1982.

KARASCH, M. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro**: 1808-1850. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KARDINER, A; OVESEY, L. **The mark of oppression**: explorations in the personality of the american negro. New York: World Publishing, 1962.

KRAMER, H.; SPRENGER, J. **Malleus Maleficarum**: o martelo das feiticeiras. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LEVI, G. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIBBY, D. C. **Transformação e trabalho**: em uma economia escravista (Minas Gerais no século XIX). São Paulo: Brasiliense, 1988.

LUNA, F. V.; COSTA, I. del N. da. Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos (1727-1826). **Revista do Centro de Estudos Africanos da USP**, São Paulo, n. 4, p. 105-109, 1981.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Características da população em São Paulo no início do século XIX. **População e Família**, São Paulo, n. 3, 2000.

_____. Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 173-193, 2004.

LYRA, M. de L. V. **A utopia do poderoso Império**. Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MACHADO, C. **A trama das vontades**: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais - PR, passagem do XVIII para o XIX). 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MALONE, A. P. **Sweet chariot**: slave family and household structure in nineteenth-century Louisiana. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1992.

MAMIGONIAN, B. G. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. **Topoi**: Revista de História, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, jul.-dez. 2004.

MARCONDES, R. L. A propriedade escrava no Vale do Paraíba Paulista durante a década de 1870. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Bahia. **Anais Eletrônicos**... Disponível em:

<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200101028.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2017.

MARSON, I. A. **O Império do progresso**: a Revolução Praieira. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS, J. de S. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MATTOS, H. M. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MATTOS, I. R. de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATTOSO, K. M. de Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MEILLASSOUX, C. **Antropologia da escravidão**. O ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MERLO, P. M. da S. **À sombra da escravidão**: negócios e família escrava (Vitória/ES, 1800-1830). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

MORAES, D. B. de. A Igreja: o "baptismo", o casamento e a angústia do confessionário. **Mneme**: Revista de Humanidades, Caicó, v. 5, n. 12, out./nov. 2004.

MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres**: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Annablume, 1999.

MOTTA, J. F.; VALENTIM, A. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP). **Afro-Ásia**: Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UFBA), Salvador, n. 27, p. 161-192, 2002.

MOYNIHAN, D. P. The negro family: the case for national action. In: RAINWATER, L.; YANCEY, W. L. (Orgs.). **The Moynihan report and the politics of controversy**. Cambridge: M.I.T. Press, 1967.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NADALIN, S. O. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: Abep, 2004.

NADER, M. B. **Mudanças econômicas e relações conjugais**: novos paradigmas na relação mulher e casamento, Vitória (ES), 1970-2000. 2003. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

NOVAES, M. S. de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1968.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, C. H. de S. **A astúcia liberal**: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). São Paulo: Ícone, 1999.

OLIVEIRA, J. T. de **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PENHA, V. M. da. Queimado: o malogro. **Dimensões**: Revista de História da Ufes, Vitória, n. 10, p. 61-124, 2000.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

_____. **História econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1974.

REIS, D. O. M. dos. Características demográficas dos escravos em Araxá (MG), 1816-1888. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33., 2005, Natal. **Anais eletrônicos**... Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A018.pdf>. Acesso em: 1º mar. 2017.

REIS, J. J. (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

REIS, J. J.; SILVA, E. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REVEL, J. Microanálise e construção do social. In: _____ (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-38.

ROCHA, M. R. **Etíope resgatado**: empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado. Discurso teológico-jurídico sobre a libertação dos escravos no Brasil de 1758. Petrópolis: Vozes, 1992.

RODRIGUES, J. **O infame comércio**: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

RODRIGUES, N. **Os africanos no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1982.

RUBERT, A. **A Igreja no Brasil**. v. 3. Santa Maria: Pallotti, 1988.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 11-50, 2001.

SALETTO, N. **Donatários, colonos, índios e jesuítas**: o início da colonização do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998. (Coleção Canaã, 4).

SALLES, R. **Nostalgia imperial**: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SAMPAIO, A. C. J. de. **Magé na crise do escravismo**: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888). 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

SCHWARCZ, L. M. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro. In: SCHWARCZ, L. M.; QUEIROZ, R. da S. (Orgs.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 147-185.

_____. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, A. R. C. da. **Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio (1783-1823)**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

SILVA, J. J. de A. (Org.). **Coleção cronológica da legislação portuguesa**. Lisboa: Imprensa de J. J. de A. Silva, 1854-1859.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, M. B. N. da. **Cultura no Brasil Colônia**. Petrópolis: Vozes, 1981.

SIQUEIRA, M. da P. S. **O desenvolvimento do Porto de Vitória (1870-1940)**. Vitória: Codesa, 1984.

SLENES, R. W. "Malungu, ngoma vem!": África coberta e descoberta do Brasil. **Revista USP**, n. 12, p. 48-67, 1992.

_____. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

STEVENSON, B. E. **Life in black and white**: family and community in the slave South. New York: Oxford University Press, 1996.

TANNENBAUM, F. **Slave and citizen**: the negro in the Americas. New York: Vintage Books, 1946.

TEIXEIRA, H. M. **Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)**. 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

THORNTON, J. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)**. Tradução de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VAINFAS, R. **Trópico dos pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

VAINFAS, R. (Org.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VALLADÃO, H. **História do direito especialmente do direito brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1977.

VERGER, P. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII ao XIX**. São Paulo: Corrupio, 1987.

WEHLING, A.; WEHLING, M. J. C. M. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

YALOM, M. **A história da esposa**: da Virgem Maria a Madonna – o papel da mulher casada dos tempos bíblicos até hoje. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

Esta publicação foi composta utilizando-se
a família tipográfica PT Serif.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que
citada a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.

EDUFES